



DIÁRIO

da Assembleia da República

V LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1988-1989)

II REVISÃO CONSTITUCIONAL

REUNIÃO PLENÁRIA DE 29 DE MAIO DE 1989

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Cláudio José dos Santos Percheiro

Daniel Abílio Ferreira Bastos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 20 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de lei n.º 405/V.

Foi aprovado um voto de pesar pelo falecimento do presidente da Câmara de Pombal e ex-deputado à Assembleia da República, Guilherme Santos.

A abrir o debate da interpelação n.º 11/V (PCP), sobre política geral, centrada na preparação de Portugal para 1992, designadamente quanto às condições de realização da coesão económica e social, interviveram o Sr. Deputado Carlos Carvalhas (PCP) e os Srs. Ministros do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira) e da Indústria e Energia (Mira Amaral).

Seguidamente, usaram da palavra, a diverso título, além dos oradores atrás referidos, os Srs. Deputados Rui Almeida Mendes (PSD), Natália Correia (PRD), Torres Couto e Gameiro dos Santos (PS), Luís Roque e Octávio Teixeira (PCP), Armando Vara (PS), Lino de Carvalho (PCP), Narana Coissoró (CDS), Herculano Pombo (Os Verdes), António Filipe, Ilda Figueiredo e Rogério Brito (PCP), Carlos Lilaia (PRD), Guilherme Silva (PSD), Helena Torres Marques (PS), Basílio Horta (CDS) e Jerônimo de Sousa (PCP).

Encerraram o debate o Sr. Deputado Octávio Teixeira (PCP) e o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 45 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Alberto Cerqueira de Oliveira.
 Alberto Monteiro de Araújo.
 Alexandre Azevedo Monteiro.
 Amândio dos Anjos Gomes.
 Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.
 Américo de Sequeira.
 António Abílio Costa.
 António Costa de A. Sousa Lara.
 António Fernandes Ribeiro.
 António Jorge Santos Pereira.
 António José de Carvalho.
 António Maria Oliveira de Matos.
 António Maria Ourique Mendes.
 António Paulo Martins Pereira Coelho.
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.
 António da Silva Bacelar.
 Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
 Arlindo da Silva André Moreira.
 Armando Pedroso Militão.
 Arménio dos Santos.
 Belarmino Henrques Correia.
 Carla Tato Diogo.
 Carlos Manuel Pereira Batista.
 Carlos Manuel Sousa Encarnação.
 Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
 Carlos Sacramento Esmeraldo.
 Casimiro Gomes Pereira.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Dinah Serrão Alhandra.
 Domingos Duarte Lima.
 Domingos da Silva e Sousa.
 Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.
 Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.
 Fernando Dias de Carvalho Conceição.
 Fernando José Antunes Gomes Pereira.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco João Bernardino da Silva.
 Germano Silva Domingos.
 Humberto Pires Lopes.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Domingos F. de Abreu Salgado.
 João Granja Rodrigues da Fonseca.
 João José Pedreira de Matos.
 João José da Silva Maçãs.
 João Maria Ferreira Teixeira.
 João Soares Pinto Montenegro.
 Joaquim Fernandes Marques.
 Joaquim Vilela de Araújo.
 Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
 José Assunção Marques.
 José Francisco Amaral.
 José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.
 José Júlio Vieira Mesquita.
 José Leite Machado.
 José Luís Bonifácio Ramos.
 José Luís Campos Vieira de Castro.
 José Luís de Carvalho Lalanda Ribeiro.

José Manuel da Silva Torres.
 José Mário Lemos Damião.
 José Pereira Lopes.
 José de Vargas Bulcão.
 Licínio Moreira da Silva.
 Luís António Damásio Capoulas.
 Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
 Luís Filipe Menezes Lopes.
 Luís Manuel Neves Rodrigues.
 Luís da Silva Carvalho.
 Manuel António Sá Fernandes.
 Manuel Coelho dos Santos.
 Manuel João Vaz Freixo.
 Manuel Joaquim Batista Cardoso.
 Manuel Joaquim Dias Loureiro.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria da Conceição U. de Castro Pereira.
 Maria Luisa Lourenço Ferreira.
 Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.
 Mário Ferreira Bastos Raposo.
 Mário Jorge Belo Maciel.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
 Mátteus Manuel Lopes de Brito.
 Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.
 Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.
 Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.
 Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Gomes da Silva.
 Rui Manuel Almeida Mendes.
 Rui Manuel P. Chencerelle de Machete.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio de Oliveira Carneiro.
 Vítor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Manuel Avelino.
 António de Almeida Santos.
 António Fernandes Silva Braga.
 António Manuel C. Ferreira Vitorino.
 António Manuel Oliveira Guterres.
 António Miguel Morais Barreto.
 Armando António Martins Vara.
 Edite Fátima Marreiros Estrela.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Helena de Melo Torres Marques.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rosado Correia.
 Jorge Lacão Costa.
 José Carlos P. Basto da Mota Torres.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Manuel Torres Couto.
 José Socrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.
 Maria Teresa Santa Clara Gomes.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Raul d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rosa Maria Horta Albernaz.
 Rui António Ferreira Cunha.
 Vítor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Fávaz Brasileiro.
 Ana Paula da Silva Coelho.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.
 Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo Brito.
 Cláudio José dos Santos Percheiro.
 Fernando Manuel Conceição Gomes.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Jorge Manuel Abreu Lemos.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Júlio José Antunes.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Luisa Amorim.
 Maria de Lurdes Dias Hespanhol.
 Octávio Augusto Teixeira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 Isabel Maria Ferreira Espada.
 José Carlos Pereira Lilaia.
 Natália de Oliveira Correia.
 Rui dos Santos Silva.

Centro Democrático Social (CDS):

Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

Deputados Independentes:

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta do diploma que deu entrada na Mesa.

O Sr. Secretário (Daniel Bastos): — Deu entrada na Mesa, e foi admitido, o projecto de lei n.º 405/V — Garantia do direito de constituição de associações sindicais pelos profissionais da PSP —, apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Brito e outros, do PCP, que bai-xou às 3.ª e 5.ª Comissões.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, deu entrada na Mesa um voto de pesar, que a Mesa vai passar a ler.

O Sr. Secretário (Daniel Bastos): — O voto de pesar, subscrito pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é do seguinte teor:

A Assembleia da República, reunida em Plenário no dia 29 de Maio de 1989, ao tomar conhecimento do trágico falecimento de Guilherme Santos, presidente da Câmara Municipal de Pombal, exprime o seu pesar à família do prestigiado

autarca e antigo deputado à Assembleia da República e exprime igualmente as suas condolências às instituições autárquicas de Pombal.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, se não houvesse oposição, poderíamos votar, desde já, o voto.

Entretanto, anuncio à Câmara a presença de alunos, acompanhados de professores, da Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, da Figueira da Foz, para quem peço a vossa habitual saudação.

Aplausos gerais.

Srs. Deputados, de acordo com a informação que recebi, há consenso no sentido de que o voto que há pouco foi lido seja imediatamente votado, a que se seguirá um minuto de silêncio.

Vamos, pois, passar à votação do voto de pesar pelo falecimento do Sr. Presidente da Câmara de Pombal.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

A Câmara guardou, de pé, um minuto de silêncio.

O Sr. Presidente: — Vamos agora entrar no debate da interpelação n.º 11/V, sobre política geral, centrada na preparação de Portugal para 1992, designadamente quanto às condições de realização da coesão económica e social, apresentada pelo PCP.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Com esta interpelação queremos confrontar o Governo com métodos, propostas e ideias sobre a preparação do País para enfrentar 1992 e interpretar as manifestações de inquietação e de dúvida expressas publicamente por sectores empresariais, sindicatos, autarquias, técnicos de diversos quadrantes, sobre o modo como o Governo português está a encarar os assuntos comunitários e as consequências do Mercado Único.

O aproximar do final de 1992 não é um mero desafio que o orgulho nacional gostaria que se saldasse por uma vitória. O embate de 1992 não é um fugaz prélio desportivo em que a eventual perda de pontos pode ser facilmente recuperada na semana seguinte.

A concretização do Mercado Interno até 1992 coloca ao país sérios problemas, dificuldades e riscos que, a não serem enfrentados metódica e atempadamente, na base de uma política democrática inspirada pelo interesse nacional, se repercutirão, de forma extremamente negativa, nas principais esferas da vida nacional e condicionarão de forma sensível o futuro do País, em especial a sua estrutura produtiva e o desenvolvimento económico, cultural e social.

Problemas, dificuldades e riscos que adquirem maior grandeza e gravidade e que são acentuados pelo facto de a concretização do Mercado Único se sobrepor aos períodos de transição decorrentes de um Tratado de Adesão mal negociado, que exige à economia portuguesa profundas alterações estruturais, reestruturação de sectores em declínio e promoção e valorização das exportações, ao mesmo tempo que esta se vê sujeita a um rápido aumento da concorrência de produções estrangeiras mais competitivas.

Como se isso não bastasse, Portugal apresenta-se, no contexto dos doze países comunitários, como o País com menor grau de desenvolvimento económico e social, com os mais elevados níveis de inflação, de taxas

de juro e de défices comercial e orçamental, com um sistema financeiro pouco evoluído e mal dimensionado, com os mais baixos salários e poder de compra de toda a Comunidade.

Portugal não está, pois, perante o chamado desafio de 1992, não está perante questões que possam ser abordadas demagogicamente na base de cansativas superficialidades ou no fomento de ilusões, como tem sido feito, infelizmente, pelo Governo PSD.

O País está perante uma encruzilhada que tem de escolher o melhor caminho. Por isso, precisa não só de ultrapassar rapidamente as debilidades estruturais da economia, criando e reforçando as infra-estruturas materiais e humanas necessárias ao desenvolvimento económico, como necessita de definir, planejar e concretizar uma estratégia global que minimize, tanto quanto possível, os riscos certos e potenciais oportunidades em relação ao Mercado Único Comunitário.

Importa, pois, interpelar o Governo sobre o estado de preparação do País para enfrentar 1992.

Importa, por um lado, interpelar o Governo pelo não aproveitamento adequado dos períodos transitórios e dos próprios fundos comunitários para efectuar as necessárias alterações estruturais no aparelho e na especialização produtivas nacionais e, bem assim, pela passividade irresponsável com que o Governo vem encarando e aguardando as mudanças que, inevitavelmente, se irão registar na economia e na sociedade portuguesas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Importa, por outro lado, interpelar o Governo pelas atitudes que, em nome do País, vêm assumindo nas instâncias comunitárias, sacrificando a defesa dos interesses nacionais a longo prazo às aparentes «compensações» imediatas e à passividade perante a estratégia dos países mais ricos e dos grandes grupos económicos transnacionais, que sobreponem e privilegiam a imediata livre circulação de capitais, serviços e mercadorias à indispensável convergência real das economias e à coesão económica e social dos Estados membros da Comunidade.

Finalmente, importa interpelar o Governo pelos resultados recentes da sua política económica e social, que se tem traduzido na acentuação das desigualdades e no agravamento das principais fragilidades da economia com o fosso que nos separa dos restantes países comunitários a aumentar, em vez de diminuir.

É esta a interpelação ao Governo que o PCP traz hoje à Assembleia da República para, de forma responsável, e no condicionalismo da indesejável limitação de tempos que o acordo PS/PSD para a Revisão Constitucional nos impõe, possibilitar um confronto democrático de ideias e propostas, confrontar o Governo com as suas indeclináveis responsabilidades pela delapidação de recursos escassos e pela ausência de uma estratégia nacional de desenvolvimento para enfrentar 1992 e para propiciar a informação, a reflexão e o juízo dos portugueses sobre matérias de grandes consequências para o presente e o futuro do País. Pela nossa parte, tudo faremos para potenciar os trunfos de economia portuguesa e o poder de negociação nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com o Mercado Único de 1992, o protecionismo económico não será abolido, mas simplesmente transferido do campo das barreiras alfandegárias, técnicas e fiscais, para campos

menos acessíveis aos países mais atrasados: a investigação, a tecnologia e a inovação, as economias de escala, os recursos financeiros, a influência política nas decisões.

Portugal é o País de menor nível de desenvolvimento no conjunto dos doze países da CEE e verá a sua economia sujeita a uma acrescida concorrência externa, nomeadamente por parte das grandes empresas estrangeiras, beneficiando de competitividades superiores assentes nas economias de escala e inovação tecnológica, ao mesmo tempo que se acentuarão as tendências, já visíveis, para a aquisição de empresas portuguesas pelo capital estrangeiro.

Impunha-se, por isso, que o Governo definisse com clareza uma estratégia clara e tomasse medidas concretas, de modo a atenuar e a superar vulnerabilidades concretas, de modo a atenuar e a superar vulnerabilidades, a conservar o poder de decisão nacional nas empresas e sectores básicos e estratégicos, a aumentar a produtividade e a competitividade da economia, a modernizar o aparelho produtivo nacional e a diminuir as assimetrias regionais.

Impunha-se, para esse efeito, que o Governo maximizasse o aproveitamento dos favores da conjuntura externa e a eficácia na utilização dos fundos comunitários que têm sido canalizados para o País.

Mas não foi isso que o Governo fez, não é isso que está a acontecer. A análise objectiva da evolução económica e social portuguesa e da acção do Governo mostra que se têm aumentado as fraquezas nacionais para enfrentar 1992 e sustenta um amplo rol de acusações directas ao Governo de Cavaco Silva, ao PSD e à sua política.

Primeira, não se atenuaram as debilidades da economia portuguesa e, inversamente, tem-se acentuado o peso de uma especialização produtiva desvalorizada, com a diminuição da competitividade da economia e das exportações, que têm perdido quotas de mercado.

Segunda, as aplicações especulativas têm-se sobreposto ao investimento produtivo, dando origem ao parasitismo financeiro e à criação de rápidas fortunas, em detrimento da esfera produtiva.

Terceira, o Governo tem desbaratado verbas significativas dos fundos estruturais e dos fundos específicos para a economia portuguesa, permitindo objectivamente o alastrar da fraude e da corrupção.

Quarta, o Governo perdeu o controlo da inflação, cujo nível se afasta aceleradamente da média comunitária, o que, em conjugação com a permanente e brutal redução do crédito interno disponível para esfera produtiva, tem conduzido ao aumento das taxas de juro do crédito, à penalização das pequenas empresas e das poupanças depositadas e ao aumento das pressões para a desvalorização mais acentuada do escudo, alargando as divergências nominais monetárias e cambiais com os restantes países da CEE.

Quinta, agravou-se incontroladamente o défice da balança comercial, com especial incidência nos bens de consumo, e a economia portuguesa regressou ao ciclo dos défices da Balança de Transacções Correntes, aumentando os riscos decorrentes de uma completa liberalização dos movimentos de capitais, mercadorias e serviços.

Sexta, aumentaram as desigualdades e as injustiças sociais com a diminuição dos salários reais e da participação dos rendimentos do trabalho no rendimento nacional, o aumento da carga fiscal, a diminuição do

poder de compra dos pensionistas e reformados, as dificuldades concretas no acesso à habitação, o aumento da precariedade do emprego, agudizando a tensão e a conflitualidade na sociedade portuguesa.

Sétima, o Governo não promoveu qualquer análise global, regional ou sectorial do impacto do Mercado Único sobre a nossa economia, análises que, necessariamente, têm de ser a base para uma estratégia nacional e participada para enfrentar 1992.

Oitava, nas instâncias comunitárias o Governo apresenta-se sozinho, sem a consulta aos partidos e aos parceiros sociais, e alinha normalmente com os países mais ricos, privilegia as liberalizações a todo o vapor, em detrimento da defesa da economia nacional e da coesão económica, e subalterniza a dimensão social do Mercado Único.

Em suma, Srs. Deputados, o Governo inunda os portugueses com *slogans*, mas não se vê que prepare o País para enfrentar o Mercado Único. É a realidade que o demonstra.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A produção agro-alimentar encontra-se estagnada, o défice da balança alimentar tem-se agravado, mesmo em áreas como as das frutas e das pescas, que poderiam supor-se menos ameaçadas, diminuem os rendimentos dos agricultores, cresce rapidamente o domínio do capital estrangeiro sobre os mais importantes ramos do comércio agro-alimentar e sobre a nossa frota pesqueira.

A três anos de 1992, o País não dispõe ainda de um levantamento nacional dos recursos naturais e das suas potencialidades, nem de um ordenamento agro-florestal que impeça a eucaliptização indiscriminada do País e, por via do acordo de revisão PS/PSD, abrem-se as portas à reconstituição do latifúndio e à liquidação da reforma agrária e outras formas de exploração da terra por quem a trabalha.

Para o Governo, a aceitação da Política Agrícola Comum representa a sua estratégia produtiva da agricultura portuguesa. Questões elementares, como que produções fomentar e em que zonas ou que estratégia de implantação e desenvolvimento das indústria agro-alimentares e florestais, são, para o Governo e o PSD, questões desprezíveis.

Ignorando o peso das pequenas e médias explorações e das UCP/Cooperativas na evolução económica e social da agricultura e das regiões, o Governo reduz e recusa-lhes os necessários apoios técnicos e financeiros, comprometendo o próprio futuro da economia agrícola nacional. A política agrícola do Governo serve, acima de tudo, as explorações capitalistas mais desenvolvidas, as que, pela sua dimensão e peso político-partidário dos seus donos, têm fácil acesso aos serviços oficiais e às instituições financeiras.

Como se refere num estudo do Instituto Superior de Agronomia, «as orientações adoptadas nestes últimos dois anos são muito mais um reflexo das pressões exercidas pelos agentes económicos com posições prépondérantes nas estruturas de transformação e comercialização, do que uma tentativa de contribuir, de forma coerente e equilibrada, para a resolução dos graves problemas com que actualmente se confronta e, sobretudo, se irá debater, no futuro próximo, a esmagadora maioria dos agricultores portugueses.»

No que respeita à indústria, a sua evolução recente tem sido no sentido inverso ao que a preparação para

enfrentar o Mercado Único exige, acentuando-se a especialização em indústrias tradicionais assentes em tecnologias banalizadas e em mão-de-obra barata, com produções em perda na procura mundial e sujeitas à concorrência acrescida de países exteriores à Comunidade. Persistem enormes carências em infra-estruturas básicas e tecnológicas e o parque industrial português é, cada vez mais, objecto de apropriação pelo capital estrangeiro.

O Governo elegeu como prioridade o ataque às empresas públicas e nacionalizadas, as quais, pela sua dimensão, implantação em sectores estratégicos e possuidoras de alguns dos principais centros empresariais de investigação e tecnologia, são fundamentados para garantir o poder de decisão nacional numa estratégia de desenvolvimento menos subalterna e dependente, para facilitar, com êxito, a internacionalização de empresas portuguesas e impedir que núcleos fundamentais da economia caiam nas mãos das transnacionais.

O próprio PEDIP, possibilitando a Portugal verbas que, se bem aplicadas, poderiam contribuir para o lançamento de um efectivo programa de desenvolvimento industrial, visando uma especialização produtiva menos periférica e vulnerável, foi lançado sem definição de uma política industrial que o enquadre, apresenta uma inadequada distribuição de verbas pelos diversos eixos, não assegura a transparéncia de critérios na concessão de subsídios e não facilita o acesso às pequenas e médias empresas (PME's). Também aqui é de recear, Sr. Ministro da Indústria, o desbaratar de centenas de milhões de contos, sem proveito para uma estratégia nacional de desenvolvimento da indústria, capaz de enfrentar o impacto de 1992.

Se no plano da esfera produtiva o quadro é este, no plano social a situação não é menos inquietante.

A precariedade do emprego em Portugal é hoje uma questão gravíssima. Tomando como fonte o INE, os trabalhadores sem contrato permanente cresceram 55% entre 1985 e 1988. Os dados referem que cerca de 600 mil trabalhadores estão nesta situação. Mas esta impressionante estatística nem sequer considera formas de prestação de trabalho, como o emprego clandestino, o trabalho infantil, o falso trabalho independente, o trabalho domiciliário e o aluguer de mão-de-obra.

O Governo não só combate como promove a insecuridade no emprego e a estimativa de cerca de 100 mil trabalhadores, com vínculo precário, na Administração Pública prova claramente esta acusação. Mas se o faz no plano prático, quis completar a sua obra no plano jurídico-laboral, através da Lei dos Despedimentos que, depois de aprovada, ficou armadilhada e perspectivada para entrar em vigor para a semana seguinte — note-se, para a semana seguinte — às eleições para o Parlamento Europeu. Uma lei inconstitucional e injusta que visa liquidar a segurança no emprego para quem tem trabalho efectivo e aplicar aos jovens o vínculo sistemático da precarização, uma lei que mereceu uma recusa nacional, através das lutas mais poderosas até hoje verificadas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Que sentido dá o Governo à dimensão social, quando todos temos consciência de que a precariedade não só coloca em causa a segurança no emprego como ameaça também um conjunto de direitos dos trabalhadores, desde a greve, a sindicalização e a segurança social? Que preparação para o embate

do futuro, quando é o Governo a promover a precarização, geradora de fenómenos de marginalização, e agravamento das desigualdades sociais, reproduutora da desqualificação da mão-de-obra?

E que dimensão social ou à vontade de harmonização no sentido do progresso tem tido este Governo, quando, no plano da duração semanal do horário de trabalho, perante as reivindicações dos trabalhadores portugueses da redução para as 40 horas, apresenta aqui na Assembleia uma proposta de lei de 45 horas semanais, tentando assim manter o enorme fosso existente entre horários que são praticados em Portugal e na generalidade dos países da CEE.

Como justifica o Governo as suas grandes declarações, se nos planos da segurança, da saúde e do ambiente de trabalho, existem, nalguns casos, situações inacreditáveis, muitas delas resultantes da sua ineficácia preventiva e efectiva?

A multiplicação de instalações clandestinas, à utilização de garagens e barracões sem quaisquer condições de segurança, a substituição da função preventiva pelo seguro-reparação, o lançamento de novos produtos, nomeadamente químicos, sem estudo de riscos para a saúde, a existência de 600 médicos de trabalho, quando eram necessários mais de 2 mil, conduz, inevitavelmente, à sinistralidade laboral, ao carácter desumano da organização da produção, com reflexos na produtividade, e na economia nacional.

Fomentando a precarização, promovendo os despedimentos e a extinção de milhares de postos de trabalho, mudo e quedo face às degradantes condições de higiene e segurança no trabalho, praticando áicontenção no salário, o Governo não só vai ao arrepião da Constituição da República como contraria o princípio da «melhoria das condições de vida e de trabalho da mão-de-obra, permitindo a sua igualização no progresso», inscrito nos artigos 117.^º e 118.^º do Tratado de Roma.

É inevitável que uma tal política não só acentua as desigualdades sociais, como cria novas bolsas de pobreza.

Vozes do PCP: Muito bem!

O Orador: — Nelas estão os desempregados e, particularmente, os reformados e pensionistas.

O quadro que a seguir exemplificamos desmistifica os slogans governamentais: cerca de 68% dos pensionistas está a receber uma pensão de valor igual ou inferior à mínima do regime geral — 14.600\$; e só pouco mais de 5% dos reformados recebe uma pensão de valor igual ou superior ao salário mínimo nacional.

Por imposição e voto do PSD, não teve vencimento uma proposta do PCP que visava corrigir algumas das situações de injustiça mais gritantes para os reformados e pensionistas.

Mas porque a dimensão social tem de ser construída em primeiro lugar por nós, portugueses, propusemos recentemente, através de pedido de ratificação, a revogação das normas mais inconstitucionais e mais injustas do pacote laboral, entregando, simultaneamente, no Tribunal Constitucional um requerimento de inconstitucionalidade da lei dos despedimentos; propusemos e está, neste momento, em discussão pública um projecto de lei de redução do horário de trabalho semanal para 40 horas; entregámos recentemente um projecto de lei, visando corrigir, de acordo com o agravamento verificado na inflação, o salário mínimo nacional

e as reformas e pensões. A todas estas propostas positivas, visando a dimensão social do desenvolvimento no concreto, o Governo e o PSD vão dizendo: «Não!»

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A preparação do País para 1992 é inexistente; é necessário e urgente arrepistar caminho.

A preparação do País para fazer face às novas e complexas situações decorrentes dos processos de integração e de construção do Mercado Único é uma questão prioritária.

O País necessita, para tanto e antes de mais, de um projecto de desenvolvimento que, devidamente alicerçado na participação activa e na mobilização das forças sociais e económicas, das autarquias e dos agentes culturais, se oriente para a modernização da economia e do progresso do País, recusando quaisquer modelos de periferia e de subalternidade, e que inscreva, como objectivo principal, essencial e fundamental, a melhoria das condições de vida e de trabalho dos portugueses.

Um projecto que, tendo por base os interesses portugueses e o papel de Portugal no processo global de integração, recuse modelos de crescimento que agravam, cada vez mais, as injustiças sociais e rejeite uma CEE a duas velocidades.

Importa que Portugal defende, com firmeza e em todas as instâncias, que a coesão económica e social deve acompanhar a realização de cada etapa do Mercado Único e que a dimensão social não pode ser apenas um slogan, exigindo das Comunidades não a retórica mas as medidas concretas, eficazes e calendarizadas com esses objectivos. Importa, ainda, que internamente a preparação do País para enfrentar 1992 integre, como seu elemento essencial, o progresso social e não a regressão social, que resulta das políticas e das omisões do Governo.

Impõe-se para Portugal uma estratégia de mudança, modernização e desenvolvimento, e de redução dos impactos negativos do Mercado Único, tendo em atenção as interdependências como instrumentos de concorrência.

Face ao crescente domínio das transnacionais e à intensificação das alianças e fusões entre alguns gigantes industriais, num acentuado processo de concentração e centralização de capitais, reforça-se a importância de um forte e reestruturado sector empresarial do Estado, como elemento fundamental do desenvolvimento e de conservação, em Portugal, de importantes centros de decisão na economia portuguesa.

Exige-se que, durante o maior período de tempo possível, Portugal mantenha a autonomia das suas políticas monetária e cambial, visando uma consistente convergência real da sua economia, o que significa a recusa para o horizonte próximo da união monetária.

Dados os constrangimentos decorrentes da elevadíssima dívida pública portuguesa e a consequente necessidade de reduzir os défices orçamentais, exige-se que Portugal obtenha da Comunidade um reforço dos seus financiamentos e um menor esforço da comparticipação orçamental portuguesa, acompanhada de uma apurada selectividade de projectos e critérios transparentes, democráticos e de eficácia económica e social na aplicação das verbas dos fundos comunitários.

Pela nossa parte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuamos e continuaremos a dar o nosso contributo positivo para a implementação de um verdadeiro projecto de desenvolvimento nacional, apresentando propostas globais, sectoriais e regionais, aprofundando os nossos «25 pontos» para fazer face a 1992 e descutindo,

com toda a abertura, outras medidas concretas que visem o reforço da economia nacional e a promoção do bem-estar na sociedade portuguesa.

Queremos, por isso, com esta interpelação, contribuir para três objectivos centrais.

Primeiro, que o Governo deixe de encarar as relações com a CEE como uma simples coutada do PSD, que informe como é seu dever a Assembleia da República, que dialogue, como é seu dever, com todos os parceiros sociais, de modo a potenciar o poder negocial de Portugal e a exercer as relações com a Comunidade de forma fundamentada e sustentada.

Segundo, que o Governo passe dos *slogans* à análise concreta da situação económica, financeira e social e às respostas concretas, de modo a atenuar as dificuldades da economia e a fomentar as suas potencialidades.

Terceiro, que o Governo abra os ouvidos às críticas, olhe para as injustiças sociais, atente nas propostas dos outros partidos políticos e abandone a sua posição arrogante e sobranceira, de quem julga possuir o saber universal e a exclusividade da interpretação do interesse nacional.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Por tudo isto, interpelámos o Governo e gostaríamos de ter da parte do mesmo respostas concretas e abertura para a discussão das nossas propostas.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Inscreveu-se, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Rui de Almeida Mendes.

Informo que os pedidos de esclarecimento e as respectivas respostas serão feitos depois do termo do período de abertura.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O sucesso, em 1992, ou será de todos ou não terá a dimensão potencial que hoje lhe vislumbramos. Mas, para ser de todos, é preciso que só se contrarie a evolução quando houver boas razões para o fazer; o desperdício de energias é negativo, em quaisquer circunstâncias.

O tema da interpelação de hoje é vasto. Há os aspectos materiais da resposta aos desafios de 1992 e há as facetas mais difusas da conservação de uma identidade cultural e de afirmação de uma individualidade que não constitui preocupação maior para os países mais populosos e mais ricos, mas tem de representar, para os mais pequenos, um cuidado permanente, sob pena de perderem muito do seu património intangível.

Por razões de tempo, limitar-me-ei aos primeiros. Não quis, todavia, que, por falta de referência aos segundos, se induzisse que o Governo não possui uma perspectiva larga do que significa a construção do Mercado Único, mesmo nessas facetas que, afinal, não são tão longínquas, como pode parecer à primeira vista, do bem-estar dos portugueses, apreciando como resultado do nível de vida, da qualidade de vida, do saber onde se situam no espaço e no tempo e do comando do modo como se sentem bem nas relações com os outros povos.

Cingindo-me aos principais aspectos materiais da preparação para a cobertura de fronteiras de 1992, posso resumir as nossas preocupações às seguintes: primeiro, é preciso que os portugueses produzam mais; segundo, é indispensável que eles invistam bem, com vista a produzir mais; terceiro, é urgente que eles produzam melhor, para dispor de mais excedentes que lhes permitem investir mais e produzir mais e melhor.

Em linhas muito esquemáticas é a esta tríplice ambição que se reduz o que temos feito. Temo-nos empenhado com o sucesso que os números traduzem: as taxas de progressão têm sido sistematicamente melhores do que as médias comunitárias, o que significa que temos fustigado o passo, como convém, em relação aos parceiros, na generalidade dos casos muito mais avançados e com muitos dos problemas básicos em larga medida ultrapassados. Temos feito investimentos públicos correctos, porque todos os meses se assiste à ultrapassagem de barreiras que eram símbolos de impossibilidade ou representavam queixas de sempre. Temos definido sistemas de incentivos ajustados, porque logo surgem candidaturas cujo montante multiplica algumas vezes as disponibilidades existentes. Temos apostado bem nos recursos humanos, porque, subsistindo um desemprego quase residual, os empregadores insistem todos os dias na disponibilidade de uma mão-de-obra cada vez mais qualificada. A nossa ambição de produtividade está a ter resposta porque se multiplicam as iniciativas no campo da ciência e da tecnologia, formando-se novas instituições de relação entre as já existentes e surgindo novos problemas que implicam o garnecimento de empresas e de laboratórios com quadros de alto nível, anteriormente reservados somente ao ensino universitário.

A produção está a crescer, porque se conquistaram novos mercados ou se alargaram as quotas já conseguidas em alguns deles. O próprio consumo, ao crescer mais do que convinha, aponta de modo claro que, afinal, o progresso distribuído está ao alcance de um grande número que tem acesso a bens, em relação aos quais já se esqueceu de que há bem pouco tempo nem pensava consumi-los.

Sr. Presidente, vale a pena fazer um breve comentário ao enquadramento comunitário e ao desafio de 1992 para a Europa e para Portugal.

A construção do Mercado Interno surge como a resposta europeia aos desafios da economia mundial. A Europa apercebeu-se de que a sua divisão implica custos acrescidos evitáveis e de que a sua união pode determinar escalas de operação e convergência de esforços que a farão emparceirar com as grandes potências económicas mundiais e dispor, em muitos campos, de vantagens comparativas que reforçam a sua base económica. Mas a dinâmica dessa construção irá ter ritmos diferenciados e implicações distintas, conforme os níveis de desenvolvimento económico, social, científico e tecnológico de cada um dos Estados membros.

A adaptação de Portugal ao novo ritmo de evolução da economia europeia terá, assim, de ser feita a uma cadência forçada. A Europa está a queimar etapas de ajustamento aos ritmos da economia mundial; Portugal tem de se ajustar à Europa e ao mundo desenvolvido, o que implica para nós um esforço redobrado.

Para os Estados membros pertencentes ao núcleo mais desenvolvido da Comunidade Europeia, o desafio de 1992 é um desafio na continuidade, enquadrando numa «quase-rotina» do seu processo de desenvolvimento. Para os Estados membros da periferia, como

é o nosso caso; o desafio contém a oportunidade de dar um grande salto qualitativo, mas exige, também, uma aplicação que, insisto em repetir, é de todos e não só do Governo.

A própria Comunidade tem a dimensão desse esforço. Fá-lo em face dos números e fá-lo também porque, sempre que podemos, lho demonstrámos, insistindo em tratar do assunto com competência. Participámos na reforma dos fundos estruturais que, como se sabe, representam um instrumento estratégico fundamental para alcançar um desenvolvimento harmonioso da Europa e insistimos em algumas das vertentes fundamentais da sua conceção: a duplação dos montantes; a sua concentração nas áreas mais carentes e nos instrumentos mais eficazes; a racionalização, de objectos em torno dos quais se organiza a ação; a programação rigorosa das realizações, apreciada numa perspectiva de médio-prazo, etc... Conseguimos, também, demonstrar que, em Portugal, nenhuma parcela do território poderia ser segregada para efeitos da aplicação desses fundos; é, por isso, que o nosso país é considerado, todo ele, como uma região única, tendo em vista o apoio comunitário.

Quando chegou o momento de apresentar o documento que traduz a ideia que temos acerca do desenvolvimento do País, não nos furtámos a esforços para detectar os estrangulamentos, para encontrar parceiros com quem compartilhemos encargos e capacidades de execução e para formular uma estratégia coerente. Fizemo-lo com competência, como é reconhecido pelas instâncias comunitárias e por muitos observadores independentes. As negociações acerca do quadro comunitário de apoio estão em curso, aplicando-nos nós, naturalmente, para encontrar as melhores formas de maximizar a ajuda comunitária ao nosso desenvolvimento, no quadro de uma negociação complexa com numerosos parceiros e em diversas instâncias — na comissão, no conselho, no Parlamento e em equilíbrios bilaterais com outros Estados membros.

Considerámos, nesse quadro, a política de desenvolvimento regional como motora do desenvolvimento do País. É preciso, por um lado, aproveitar todos os recursos — naturais e humanos — de que dispomos, estesjam eles onde estiverem, garantindo escalas adequadas e enquadramento dinâmico ao seu florescimento e, por outro, é preciso orientar o maior montante possível para investimento em Portugal. Não havendo muitos mais fundos relevantes para promover o reforço do desenvolvimento do País, além dos que serão afectados através do Plano de Desenvolvimento Regional, a política de desenvolvimento sobrepõe-se, em larga extensão, à política de desenvolvimento regional, o que confere importância instrumental acrescida àquele Plano.

Poderíamos ter concentrado as acções em três ou quatro projectos de iniciativa e de gestão centralizadas e a elaboração do Plano teria sido mais fácil e o seu acompanhamento muito mais cómodo. Mas é importante para nós que não se reduza a integração na Europa e os fundos que nos chegam por esse facto a um mero instrumento promotor de infra-estruturas; ela tem se ser, também, o estimulador de todas as energias, porque a nossa é a época de todas as esperanças que, se ficarem inconsequentes, agravarão o pessimismo a que, tantas vezes, somos tão propensos.

O Plano de Desenvolvimento Regional reflecte, assim, as grandes opções nacionais de desenvolvimento: a redução dos desniveis de desenvolvimento da economia

portuguesa em relação à média comunitária; a correcção dos desequilíbrios de desenvolvimento internos. O exercício, como disse, é desta forma mais difícil, mas não seria justo, ninguém nos perdoaria no futuro e revelar-se-ia nefasto a longo-prazo, se concentrássemos as acções no litoral, mais desenvolvido, esquecendo o resto do País. Houve e há ainda alguma gente que acha que esse grande resto é paisagem. Não é isso que pensamos e não foi nessa conformidade que apresentámos a nossa proposta: O País tem mais energias do que se pensa e, para nós, todos os portugueses são medidos pela mesma bitola, quando se pensa nas oportunidades a que têm de ter acesso. Por isso, o nosso plano de desenvolvimento é um plano de desenvolvimento regional.

Já tive ocasião de o analisar em trabalho de Comissão Parlamentar e com os partidos da Oposição. Não vou insistir, no seu pormenor, mas vale a pena sublinhar a coerência de tudo quanto acabo de dizer com aquilo que foi apresentado como proposta portuguesa.

Os três eixos fundamentais em que ele assenta são: primeiro, o aumento da eficiência do sistema produtivo; segundo, a preparação dos recursos humanos; terceiro, a correcção dos desequilíbrios de desenvolvimento interno. Aqui estão, de forma explícita, as preocupações com a produção e com a produtividade, com os investimentos que autorizam o seu incremento e com a harmonia do desenvolvimento, ao longo de todo o território.

Essa coerência fica ainda mais clara se avançarmos mais um degrau na pormenorização da referência:

O primeiro eixo de ação concretiza-se através da criação de infra-estruturas, visando a obtenção de economias externas às empresas por melhoria dos custos de acessibilidade, da energia e dos recursos hídricos ou da disponibilidade de equipamentos ligados à investigação e ao desenvolvimento tecnológico ou, ainda, do acesso a incentivos de apoio ao investimento produtivo na agricultura, nas pescas, na indústria, no turismo e nos serviços. As intervenções operacionais previstas neste domínio tomarão, predominantemente, a forma de programas operacionais de iniciativa sectorial e de âmbito nacional e de regimes de incentivos nacionais.

O segundo eixo terá expressão fundamentalmente através do desenvolvimento da educação e da formação profissional. A convergência de ação destes dois eixos visa, directamente, os aumentos da produção e da produtividade, através dos investimentos apropriados.

O terceiro eixo tem como propósito a reconversão produtiva regional, o aproveitamento dos potenciais de crescimento ainda não mobilizados e o desenvolvimento local e ordenamento do território. Os objectivos são, afinal, idênticos aos anteriores, porque também têm em mente a produção e a produtividade; todavia, fazem-no em relação a recursos ainda não devidamente utilizados, procurando estimular uma energia que levou grandes sangrias com os diversos tipos de emigração que o interior sofreu; mas essa energia subsiste, impondo-se reacendê-la, porque tudo mostra, em muitas partes do mundo, que os requisitos básicos, embora latentes, fazem parte dos atributos das populações que ainda lá estão. As iniciativas, neste domínio, serão especialmente dirigidas ao enquadramento de iniciativas locais de apoio ao desenvolvimento económico e social e tomarão, predominantemente, a forma de subvenções globais.

Srs. Deputados, as negociações do quadro comunitário de apoio estão a decorrer em clima muito positivo, tendo a fase formal das mesmas início esta semana, em Lisboa, esperando-se obter a definição daquele quadro até meados de Julho.

A nossa proposta é ambiciosa mas muito adequada para os compromissos múltiplos a que temos de chegar, quer com a comissão quer com os outros países que igualmente concorrem aos mesmos fundos. Ela vai reclamar uma grande convergência de esforços de todos os seus agentes potenciais; a maior parte deles, já acertou connosco acções e calendários. Por isso, lucraremos todos mais com a exibição de uma determinação comum de que com a insistência em demonstrar clivagens que, bem analisadas, são mais superficiais do que de substância. A atitude de colaboração torna-se ainda mais necessária porque a fase de realização, pondo problemas distintos dos da fase de preparação, é ainda mais exigente para cumprir com datas e objectivos. O Governo manifesta, desde já, a sua disponibilidade para tudo levar a efeito em associação com os agentes interessados.

Entretanto, não descurámos a fase de transição entre o sistema antigo de comparticipação dos fundos e a nova modalidade.

Não vou repetir aquilo que já disse, eu próprio, ao Plenário a respeito dos níveis de execução passados. Eles foram sempre melhores do que as previsões e muito melhores do que os presságios negros dos que, entre nós, preferem a corrosão da confiança e o discurso da incapacidade. Foi o contrário disso que aconteceu: o Governo e a Administração foram capazes de fazer tudo a tempo e bem, a confiança generalizou-se e os exemplos de capacidade multiplicaram-se.

Mas é óbvio que não poderíamos correr o risco de ficar quase um ano sem saber o que seria financiado e sem garantir continuidade a tudo o que, passando, na sua execução, para este ano e seguintes, já tinha sido anteriormente aprovado. Por isso, no quadro das negociações permanentes que mantemos, ficou estabelecido que Portugal poderia ver aprovados, ao abrigo das disposições relativas ao período transitório, um conjunto de candidaturas envolvendo uma comparticipação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) de cerca de 34,5 milhões de contos. Este acordo traduz-se, na prática, na aprovação de um conjunto significativo de projectos — na sua maioria de reduzida dimensão financeira e quase todos pertencentes a autarquias locais —, mesmo antes do estabelecimento do quadro comunitário de apoio.

Está prevista para depois de amanhã a assinatura pela Comissão das Comunidades Europeias das primeiras atribuições, no âmbito do FEDER e daquele acordo, integrando noventa e três projectos de investimento em infra-estruturas e o Programa Nacional de Interesse Comunitário dos Açores. Essa afectação de verbas envolve mais de 22 milhões de contos de contribuição FEDER, sendo 20,7 milhões para projectos e 1,5 milhões de contos para programas.

Prevê-se ainda que, durante a última semana de Junho próximo, seja tomada uma decisão relativa à restante verba de compromissos, contemplando sobretudo projectos promovidos pelas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e pelas autarquias locais do continente.

Encerrarse-á, assim, o primeiro semestre de 1989, garantindo às autarquias locais um nível de comparticipação FEDER idêntico ao conseguido ao longo de

todo o ano transacto, ou seja, 18,5 milhões de contos. Evitar-se-á, desse modo, qualquer quebra de fluxos financeiros, ao mesmo tempo que se assegura a transição para a nova forma de operar.

Uma última palavra para dar informações acerca do modo como tem decorrido a aplicação dos Sistemas de Incentivos de Base Regional (SIBR) e de Incentivos Financeiros às Infra-estruturas Turísticas (SIFIT).

Quanto ao SIBR, a procura ultrapassou as expectativas mais optimistas, tendo sido apresentados, até ao final de 1988, 2635 processos de candidatura, representando um volume global de intenções de investimento superior a 350 milhões de contos. A análise sectorial das candidaturas reflecte, ainda, uma composição tradicional na indústria portuguesa, mas, a análise geográfica das candidaturas mostra uma alteração sensível do padrão tradicional de localização; de facto, 45% do montante de investimento candidato provém da zona mais desfavorecida, 35% da zona intermédia e somente 16% da zona mais próxima do litoral. Como se sabe, esta tem, no quadro do Programa Espécífico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP), o instrumento privilegiado para a sua modernização.

Até ao momento, foram aprovados 791 projectos que obtiveram apoios que, em média, orçam pelos 33% das aplicações relevantes. Trata-se de projectos que envolvem um investimento global de 95 milhões de contos e que criam 21 100 novos postos de trabalho, beneficiando de um incentivo global que monta a 23,6 milhões de contos. Desta fatia, já aprovada, 80% dos projectos situa-se na zona mais desfavorecida, 19% na intermédia e somente 1% na mais desenvolvida.

É de referir que 57% dos projectos apoiados têm relevância industrial, o que significa que traduzem uma modernização ou inovação dos processos produtivos que utilizam. Essa inovação tem de se acentuar. É importante criar emprego, mas é também indispensável caminhar para processos produtivos modernos, capazes de garantir vantagens comparativas sustentadas no tempo.

Quanto ao SIFIT, até ao final do ano de 1988, foram apresentadas 231 candidaturas, envolvendo um investimento global de 51,8 milhões de contos.

Foram já aprovados 84 projectos, 63% dos quais estão localizados nas zonas prioritárias do interior. Trata-se, nesta primeira fatia, de projectos que envolvem um montante de investimento de 12,2 milhões de contos, beneficiam de um incentivo global superior a 4 milhões de contos e criam quase 800 novos postos de trabalho. Através deles, incrementar-se-á a capacidade de alojamento turístico, especialmente em zonas com boas potencialidades mas insuficientemente mobilizadas para fins turísticos.

O essencial do que quis dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o seguinte: aproveitámos bem os auxílios que nos foram facultados no passado; preparamo-nos bem para cumprir com as novas regras que ajdámos a definir; estamos a defender bem os nossos pontos de vista e interesses; demonstramos coerência na nossa acção; os resultados da avaliação que fazemos dos instrumentos que concebemos mostram que fizemos julgamentos certos e que soubemos criar a dinâmica conveniente. Tudo isto requer muita aplicação e é isso que fazemos. Tudo isto reclama um clima de confiança e uma perspectiva optimista do futuro: tentamos conseguir ambas! Tudo isto exige convergência de esforços, porque, insisto em repetir, o sucesso

do desafio de 1992 depende de todos e não só do Governo, porque o desafio não é só o de acompanhar à Europa: é o de nos juntarmos à Europa para acompanhar os países mais desenvolvidos do mundo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Inscreram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Natália Correia, Carlos Carvalhas, Armando Vara, Gameiro dos Santos, Luís Roque, Octávio Teixeira, Lino de Carvalho, Torres Couto e Narana Coissoró. Tal como disse há pouco, os pedidos de esclarecimentos e as respectivas respostas serão feitos no termo do período de abertura.

Ainda para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia (Mira Amaral): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No quadro da estratégia da indústria portuguesa face ao Mercado Interno Europeu, a indústria portuguesa, como já acontece com a europeia, tem de basear o seu desenvolvimento, cada vez mais, em factores de ordem qualitativa.

Deverão, cada vez mais, ter um peso crescente, em termos de competitividade industrial, os chamados factores dinâmicos da competitividade — factores não-preço —; tais como a capacidade para inovar, desenvolver e incorporar novas tecnologias, para produzir produtos baseados na qualidade, no design e na imagem de marca, para melhorar os sistemas de organização da produção e de gestão empresarial, para promover estratégias comerciais agréssivas e para aumentar o valor acrescentado dos produtos.

As empresas portuguesas têm de se perspectivar, enquanto agentes, no Mercado Único Europeu e mesmo mundial não mais enquanto «empresas nacionais que exportam». Tem, pois, de ser abandonada a tradicional distinção entre mercado interno e exportação, com todas as diferenças de actuação que lhe estão associadas a nível dos diversos elementos do *marketing mix*, nomeadamente preços e canais de distribuição.

Neste enorme esforço de reestruturação empresarial, o Estado e os agentes económicos têm papéis diferentes, complementares, a desempenhar.

Ao Estado compete, utilizando os fundos comunitários e o PEDIP, criar as condições para que a reestruturação empresarial seja mais fácil e feita essencialmente durante os poucos anos que faltam para o Mercado Único Europeu.

Para isso, deverá em primeiro lugar, informar e dinamizar os empresários para o desafio da integração europeia e a mudança de atitudes que com o consequente reflexo a nível de estratégias empresariais, é o elemento crítico do sucesso da adaptação necessária; em segundo lugar, deve fornecer informação adequada sobre as perspectivas industriais, com vista à orientação da economia e dos industriais, reflectindo, em conjunto, com o sector privado, por forma a que seja possível desenvolver pensamentos estratégicos sobre a nossa evolução industrial; em terceiro lugar, compete ao Estado estimular o investimento corpóreo e incorpóreo, indispensável a esse esforço de adaptação, através de sistemas de incentivos financeiros; em quarto lugar, compete ao Estado completar todo um conjunto de infra-estruturas físicas e tecnológicas que contribuam

para minorar as desvantagens comparativas decorrentes da posição periférica de Portugal e o seu relativo atraso tecnológico e científico do interface com a indústria; em quinto lugar, escolher, em conjunto com o sector privado, alguns projectos de demonstração empresarial — autênticos centros de excelência — que sirvam de dinamização e efeito de propagação sobre a estrutura industrial.

Acontece que ainda há em Portugal quem pense, erradamente, que a existência de uma política industrial significa o Governo substituir-se aos empresários nas decisões que eles, de forma autónoma e responsável, devem tomar face ao mercado existente ou potencial que enfrentem.

Há, pois, ainda em Portugal correntes políticas e sociais que confundem política industrial com Estado-empresário.

A política industrial do Governo aparecerá, então, como um complemento e não como um substituto dos mecanismos de mercado, sendo, pois, o de um Estado-regulador e não o de um Estado-empresário, não pretendendo o Governo substituir-se aos empresários na formulação das suas estratégias empresariais e nas decisões que, autónoma e responsávelmente, eles devem tomar face ao mercado existente ou potencial que enfrentem.

O objectivo principal de curto prazo da política industrial portuguesa é, obviamente, o de preparar a indústria portuguesa para a concorrência nesse grande Mercado Único que se perspectiva para 1992.

Mas como o médio/longo prazo se constrói a partir do curto prazo, as acções a empreender, desde já, devem inserir-se numa perspectiva mais dilatada no tempo, que irá para além de 1992, a qual consiste em tornar Portugal, no ano 2000, um país industrial, moderno, produtor de bens e serviços de qualidade, adequados aos padrões de consumo dessa época.

É neste contexto que uma política industrial a médio prazo deve ter preocupações de diversificação industrial — por forma a gerar uma estrutura industrial menos especializada em produtos já banalizados, mas mais compatível com os padrões do futuro e preocupações ambientais, pois o grande desafio das sociedades industriais evoluídas é o de perspectivarem um desenvolvimento industrial com preocupações de defesa do ambiente e não contra este, como aconteceu num passado recente.

Tal é a visão do PEDIP, instrumento por excelência para a implementação da política industrial definida pelo Governo. Tal estratégia pretende, a muito curto prazo, defender e modernizar o que temos, ao mesmo tempo que permite o avanço para novos produtos, novos processos de fabrício, enquadrados nessa perspectiva de médio-prazo.

O PEDIP é, pois, o principal instrumento, mas não o único da política industrial. Ele é articulado, designadamente, com o FEDER (financiamento de infra-estruturas e ainda do investimento produtivo nos concelhos menos desenvolvidos industrialmente) com o Fundo Social Europeu, com o SIURE (Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia), com o VALOREN, com o STAR, com os Programas Comunitários de Ciência e Tecnologia.

O PEDIP visa revitalizar a base industrial existente, criar e desenvolver novas indústrias, eliminar ou atenuar um conjunto de desvantagens comparativas estruturais.

O PEDIP é, pois, utilizado como instrumento de política industrial, de acordo com a perspectiva de intervenção do Estado na economia.

Pela primeira vez, em Portugal, existem sistemas de incentivos com critérios perfeitamente definidos e estabelecidos em legislação publicada em *Diário da República*, em suma, com total transparência quanto aos mecanismos de atribuição dos incentivos e quanto aos cálculos que fixam o valor do incentivo financeiro a ser atribuído.

O PEDIP também foi amplamente discutido com as associações industriais e sindicais, como todos, hoje em dia, têm consciência.

O PEDIP visa, pois, em suma: apoios infra-estruturais e de enquadramento, através das infra-estruturas de base e tecnológicas e de acções de formação profissional; apoios financeiros, através do sistema de incentivos, das reestruturações industriais, sectoriais e dos mecanismos de engenharia financeira; apoios aos factores dinâmicos de competitividade, através das missões de produtividade, de qualidade e de *design* industrial.

Gostaria ainda de referir que, desde a entrada em vigor do sistema de incentivos financeiros do PEDIP (SINPEDIP), já se candidataram cerca de 495 projectos que perspectivam intenções de investimento na ordem dos 60 milhões de contos.

A estas intenções de investimento na indústria apoiadas pelo SINPEDIP acrescem as intenções de investimento, já referidas pelo Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, no quadro do Sistema de Incentivos da Base Regional.

Será oportuno também referir que, no quadro dos projectos transitados do SIBR para o SINPEDIP — tratava-se de projectos de zonas industriais do litoral e que, portanto, são feitos numa perspectiva de modernização da indústria já existente — foram, até este momento, pagos incentivos da ordem de 1 milhão e 600 mil contos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo tem feito aquilo que lhe compete. Negociando, em Bruxelas, os fundos estruturais e o PEDIP e criando, em Portugal, o quadro que permite implementar todos esses fundos estruturais, a comunidade empresarial tem respondido de forma extremamente positiva, muitas vezes excedendo as nossas expectativas em termos de projectos de investimento e *dossiers* submetidos aos vários programas de apoio ao desenvolvimento da actividade industrial.

Compete-nos, pois, a todos nós vencer o desafio do Mercado Único Europeu.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente, Marques Júnior.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas, tem a palavra o Sr. Deputado Rui de Almeida Mendes.

O Sr. Rui de Almeida Mendes (PSD): — Sr. Deputado Carlos Carvalhas, ouvi-o com grande atenção e julgo que grande parte daquilo que disse já deve ter sido respondido pelo Governo no debate que aqui se realizou a 28 de Fevereiro. Contudo fiquei com algumas dúvidas sobre certos aspectos.

V. Ex.^a disse que se têm verificado rendimentos negativos ou que, pelo menos, têm diminuído os rendimentos na agricultura e que não têm sido convenientemente aproveitados os períodos de transição.

Ora, nestas circunstâncias pergunto: se não tivessem sido aproveitados convenientemente os períodos de transição como assim estariam agora os rendimentos dos nossos agricultores? Como sabe, é beneficiando os produtos de transição que temos podido manter os preços aos nossos produtores, porque se não eles seriam mais reduzidos.

Por outro lado, V. Ex.^a também atacou, digamos, o investimento que se tem feito nas indústrias tradicionais. O senhor sabe bem como elas são extremamente importantes no momento presente e também no futuro, desde que se estruturem e que vão, como toda e qualquer indústria, acompanhando o mercado e a inovação tecnológica, pois são importantes para o emprego e para a exportação. Julgo — e peço-lhe que retifique a sua afirmação — que não será de criticar que se continuem a fazer investimentos nesses sectores.

V. Ex.^a condenou liminarmente a união monetária, dizendo que não deveríamos aderir a ela. Julgo que é uma afirmação de extrema gravidade, principalmente quando V. Ex.^a anteriormente tinha recusado uma Europa a duas velocidades. O facto de não aderirmos à união monetária ou de não a acompanharmos significará ficarmos fora dessa Europa que caminhará se nós e que poderá também caminhar sem a Inglaterra — é ainda a questão que se põe.

Quanto a este aspecto, gostaria de saber se a posição do PCP é idêntica à da Sr.^a Thatcher, ou seja, a de não querer participar na União Monetária Europeia.

Por último, o Sr. Deputado fez referências àquilo que poderia ser um colonialismo tecnológico. Pergunto-lhe se não considera que a investigação, tal como está a ser conduzida no âmbito da Comunidade Económica Europeia, é, de facto, uma das áreas que trará maiores possibilidades para o nosso país pelas vantagens de colaboração que temos, tanto na sua fase de preparação, como depois na fase de desenvolvimento e de exploração tecnológica que daí resultar.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Deputado Rui de Almeida Mendes, muito obrigado pelas questões que me colocou.

Não estou de acordo com a afirmação que fez de que aquilo que questionámos já havia sido respondido pelo Governo anteriormente, pois se ouviu com atenção as perguntas que colocámos verificará que assim não é. Certamente que o Sr. Deputado estará de acordo, bem como a bancada do Governo, que existem questões que estão em aberto e que há propostas que devem ser confrontadas, pelo que viemos aqui com a disposição de apresentar as nossas propostas, confrontá-las e dialogar.

Pensamos que é necessário aumentar os trunfos da economia portuguesa, diminuir os seus efeitos negativos, isto é, os efeitos negativos do Mercado Único, que o Governo não tem a verdade no bolso e que deve deixar-se de soberanceria e ouvir com atenção as propostas dos diversos partidos.

Em relação às questões que me colocou, gostaria de dizer-lhe que, nomeadamente quando me referiu aos agricultores e à sua diminuição de rendimentos, me referi aos preços em média ao produtor e à disparidade entre os preços de factores de produção, que têm crescido mais do que a inflação, e os preços ao produtor, que têm tido diminuições reais e até por vezes nominais. São as estatísticas que o dizem!

Em relação ao investimento, não afirmei que as indústrias tradicionais, e o Sr. Ministro da Indústria e Energia também está de acordo comigo; não são úteis ao país. Aliás, não há indústrias tradicionais nem indústrias obsoletas. O que pode haver é tecnologias obsoletas, e aqui estou de acordo com o Sr. Ministro, quando afirma, por exemplo, que é necessário aumentar a gama alta ou aumentar a gama dos produtos. Mas onde é que estão as medidas, onde é que elas têm sido concretizadas, onde é que tem sido planeada uma reestruturação dessas empresas sem ser contra o emprego, com justiça social, com eficácia, defendendo o poder de decisão nacional? Onde é que estão essas medidas?

Sr. Deputado, quem é que é capaz de contestar que se tem acentuado os défices estruturais da economia portuguesa? O défice tecnológico, o défice energético, o défice agro-alimentar? São ou não uma realidade?

A terceira questão que o Sr. Deputado referiu tem a ver com a união monetária. Também, em relação a este assunto, o Sr. Deputado não ouviu com atenção aquilo que eu disse. O que temos dito é que Portugal não deverá entrar para um sistema monetário sem resolver algumas questões.

Primeiro, a taxa de inflação tem de ficar muito próximo da média comunitária, e está a disparar; segundo, os défices da economia portuguesa têm de estar consolidados, não basta sequer estarem reparados; pois tem de o estar consolidadamente; terceiro, o escudo não deverá entrar sem também entrar a libra e a peseta; quarto, a entrarmos na união monetária o escudo nunca poderá entrar com uma taxa de flutuação inferior à da lira, isto para defesa do interesse nacional.

Penso que em relação a estes problemas qualquer técnico, independentemente do quadrante político em que se encontre, dar-nos-á razão em relação às questões que colocámos.

Em relação ao colonialismo tecnológico, chamamos a atenção para o facto de haver hoje empresas básicas estratégicas que estão no sector empresarial do Estado, nas quais se encontram centros tecnológicos e de investigação extremamente importantes e que com a política de privatização, isto é de estrangeirização, corre-se o risco da colonização tecnológica do pouco que há e do bom que há.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, há pouco, por lapso, não informei a Câmara de que se inscreveram para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro da Indústria e Energia, os Srs. Deputados António Filipe, Octávio Teixeira e Ilda Figueiredo.

Para formular um pedido de esclarecimento ao Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, tem a palavra a Sr.ª Deputada Natália Correia.

A Sr.ª Natália Correia (PRD): — O Sr. Ministro do Planeamento e Administração do Território fez uma

referência no início da sua intervenção, à necessidade de reforço da identidade cultural dos pequenos países da Europa em construção.

Sendo este o nosso caso, pena é que V. Ex.ª tenha, depois, postergado este aspecto para valorizar o filo directo do discurso oficial, que é o aspecto técnico-económico. Efectivamente, não se vêem reflexos na política comunitária do Governo de uma preocupação que paira na CEE sobre a gestão de uma Europa que, encerrada nos constrangimentos do mundo industrial, deprime cada vez mais as suas culturas tradicionais. Gostaria de saber bem que acções manifesta o Governo, pois elas não se tornam visíveis, a sua solidariedade com essa preocupação concernente a uma Europa cultural.

A pergunta impõe-se por duas ordens de razões: a primeira situa-se na perspectiva da nossa cidadania europeia, o que nos implica numa unidade cultural da Europa que é tecida pela multiplicidade de culturas locais, regionais e nacionais, o que se opõe à uniformização; a segunda razão, que se articula com a primeira, põe o acento na necessidade de defendermos a nossa diferença, no que, simultaneamente, preservamos a nossa identidade cultural e contribuímos para o enriquecimento do espírito europeu que recebe a sua seiva da referida multiplicidade de territórios culturais que o comprehende.

Já na criação de uma identidade cultural europeia tem sido relevantemente assinalado, no papel fundamental da Europa das televisões, o incremento de produções nacionais, que foi, aliás, assumido em recentes declarações da Sr.ª Secretária de Estado da Cultura.

Mas na grande atenção que a CEE está a dar aos problemas regionais, que são focos de rebelião contra a uniformização, vinca-se a tendência de valorizar as televisões regionais que não só contribuem para a integração europeia, traduzindo imagens de realidades quotidianas, costumes e tradições, como, mais do que as televisões dos grandes grupos internacionais, farão participar os cidadãos de maneira democrática nas orientações comunitárias.

A pergunta a fazer é a seguinte: acaso o projecto de dar um espaço significativo às televisões regionais e locais se inscreve na política governamental da entrega da exploração da televisão a entidades privadas?

É passo à literatura, lembrando que não é com esquichos de quinzenas literárias em Paris que se faz...

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, queira terminar o seu pedido de esclarecimento.

A Oradora: — Não posso, é muito mais longo!

O Sr. Presidente: — Bom, a Sr.ª Deputada pode gastar cinco minutos nos termos regimentais; no entanto lembro-lhe de que já gastou três minutos.

A Oradora: — Bom, nesse caso gostaria de acentuar o seguinte: parece-me que não se está a fazer absolutamente nada em relação à política do livro como transportador de ideias e modelos. Vamos ser colonizados por ideias e modelos, mas o nosso livro é que não chega lá fora, o que impõe uma convergência de estratégias do Instituto Português de Livro com o Instituto do Comércio Externo, para se assentar numa política de tradução e de edição do livro português no estrangeiro.

Finalmente, gostaria de fazer uma pequena referência ainda na esfera da cultura que, no seu amplo significado, tem na gastronomia uma das expressões da identidade natural dos povos. Devo dizer que a nossa gastronomia é de grande nomeada e é um dos atrativos do turismo. Assalta-nos, pois, o receio de que a invasão de produtos alimentares «frigorificados», industrializados, desnature a nossa peculiaridade gastronómica. Cabe, por conseguinte, apurar se o Governo tenta dar a bênção da sua passividade ao sacrifício da nossa riqueza gastronómica, à conversão de Portugal num supermercado?

Para terminar, e face ao vazio que nos inquieta, pois onde esperavam ver um projecto que nos revestisse de uma defesa cultural nesse grande mercado em que o primado da economia nos destina um papel menor, passe a doce ilusão de V. Ex.^a quando a virmos a acompanhar os países mais desenvolvidos do mundo, resumo, pois, essa inquietação nas seguintes perguntas: que faz o Governo para nos subtrair ao perigo de nos submetermos à importação e assimilação dos modelos que descaracterizam a nossa cultura? Porque subestima o Governo a comunidade europeia como um espaço que devia ser privilegiado para difundir e afirmar a nossa mensagem cultural?

Aplausos do PRD, de alguns deputados do PS e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, havendo mais oradores inscritos para pedidos de esclarecimento, V. Ex.^a deseja responder já ou no fim?

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Ministro, estamos ainda no início desta interpelação e permita-me que apele para uma alteração de postura, ou seja, para que possamos confrontar ideias, opiniões para ver se conseguimos delinear a tal estratégia que falta.

O Sr. Ministro, na sua intervenção, disse que a aplicação dos fundos vai bem, a modernização da economia vai bem, o combate aos défices estruturais vai bem, a inflação vai bem, os cortes de crédito vão bem, as taxas de juros vão bem, enfim, tudo vai bem.

Mas o Sr. Ministro não pode ofuscar-se com a propaganda e, portanto, falando seriamente e com rigor, penso que a aplicação dos fundos não vai bem, os cortes de crédito e das taxas de juro criam problemas às pequenas empresas, os défices aí estão, a inflação acelera, e isto são as questões que não se podem ofuscar e ultrapassar com afirmações de que tudo vai bem.

O Sr. Ministro falou no Plano de Desenvolvimento Regional, disse, inclusivamente, que o grande salto necessário para o nosso país acompanhar os outros, e sobretudo os mais desenvolvidos, implicava a participação de todos. Mas se assim é como explica que para a elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Regional, ou melhor, que o Plano de Desenvolvimento Regional elaborado pelo Governo não tenha ouvido autarquias, sindicatos, empresários e a própria Assembleia da República, que continua à margem de todos os processos relativos ao processo de integração, quer

em relação ao Conselho de Educação que se realizou há pouco tempo, quer em relação ao Conselho dos Assuntos Gerais, quer em relação ao Conselho da Saúde, quer em relação à política regional.

Não existe uma informação mínima e, Sr. Ministro, perante isto a pergunta que lhe faço é a seguinte: o Sr. Ministro pensa ou não que é necessário debater estas questões? Ou vai continuar a responder que tudo vai bem, que nada vai mal e que tudo está a encaminhar-se para que Portugal encare 1993 sem dificuldades, que as injustiças sociais serão superadas, que o País se aproxime da média das comunidades? Será isso, Sr. Ministro?

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Torres Couto.

O Sr. Torres Couto (PS): — Sr. Ministro de Planeamento e da Administração do Território, retirei da sua intervenção uma consideração quanto à questão do emprego versus desemprego: V. Ex.^a disse-nos que o desemprego em Portugal é de uma dimensão praticamente residual. Sr. Ministro, em relação a esta problemática, gostaria, pois, de colocar-lhe algumas questões.

V. Ex.^a tem, seguramente, consciência da forma como é elaborado o inquérito nacional do emprego e sabe que, por exemplo, contrariando tudo o que seria a dinâmica própria de um país que avança e que se prepara para a Europa, nos últimos anos, o emprego em Portugal — e refiro números e dados do inquérito ao emprego —, na agricultura tem aumentado, sector que se debate com dois problemas seríssimos.

Por um lado, existe uma certa incapacidade ou dificuldade em nos modernizarmos para enfrentarmos o desafio europeu e, por outro lado, temos uma percentagem da população activa afecta à agricultura que é extremamente excessiva, isto em função do *ratio* e daquilo que serão os desafios inevitáveis da modernidade.

V. Ex.^a também conhece a situação de precariedade brutal, violenta, que neste momento fustiga o mercado de trabalho. Seguramente que não desconhece, até porque é do norte do País, a situação de exploração abusiva e contínua do trabalho infantil, até na própria cidade de que o Sr. Ministro é natural, ou seja, no Porto. Temos, neste momento, estudos que nos levam a concluir que a situação do trabalho infantil se degrada e se agrava de uma forma complicadíssima.

V. Ex.^a conhece bem a situação que, neste momento, existe em algumas zonas periféricas a pólos de desenvolvimento industrial, como, por exemplo, a situação que ocorre na periferia do distrito de Aveiro, onde temos um número considerável de jovens que, em vez de estarem nas escolas a obterem a escolaridade obrigatória, trabalham nas pedrarias, nas fábricas e até à porta das minas em trabalhos que são atentatórios daquilo que seria uma sociedade democrática e apostada no futuro, concomitantemente apostada na juventude e na sua valorização.

V. Ex.^a conhece também que existem números relativos ao emprego que estão ligados a questões sensíveis, que têm de ser ponderadas e que têm a ver com um certo aproveitamento dos jovens que saem das escolas e a sua utilização nas acções de formação profissional, nomeadamente em acções do Fundo Social Europeu.

Pôsso dizer-lhe que ainda neste fim-de-semana, e como não estamos aqui para fazer propaganda mas, sim, para discutir uma questão importante é substancial, visitei a região centro do País e encontrei no distrito de Viseu, por exemplo, empresas e empresários do sector da construção civil onde, neste momento, a aposta dessas empresas é toda feita em algum crescimento sustentado em jovens trabalhadores apoiados nas acções do Fundo Social Europeu.

Isto é, as obras fazem-se, as casas fazem-se, os prédios fazem-se, os empresários somam os lucros, o custo, da mão-de-obra é suportado integralmente pelo Fundo Social Europeu e acontece até que há empresários que estão interessadíssimos em libertar-se de alguma mão-de-obra menos precária para poderem ir procurar no mercado de trabalho jovens à procura do primeiro emprego, que venham a beneficiar desses incentivos e benefícios que V. Ex.^a conhece tão bem ou melhor do que eu.

Por conseguinte, não aceitamos a situação do emprego em Portugal, ou seja, não aceitamos que ela possa ser discutida num aspecto meramente quantitativo. Geralmente o Governo tenta justificar uma boa performance económica com a manipulação dos números do emprego e do desemprego, mas quanto a este aspecto gostaria de dizer que a nossa preocupação, a preocupação do PS, neste momento, é muito mais a de discutirmos a qualidade do emprego do que a quantidade nos termos e nas percentagens com que VV. Ex.^{as} se vêm enfatizando nos últimos tempos.

Perante esta situação que é particularmente difícil, tanto mais que as reestruturações industriais não estão feitas — é decerto V. Ex.^a também não ignorará que, o norte do País corre sérios riscos a partir de 1992 com a situação que emerge de uma certa dificuldade em modernizar o sector têxtil nas bacias do Ave, do Cávado e do Lima — corremos o risco de uma percentagem importante de empresas que empregam muita mão-de-obra não terem hipótese alguma de concorrer, de competir e, portanto, correm o risco de vir a encerrar a sua actividade.

Perante uma situação como a que acabei de referir, toda ela de preocupação, de insegurança e de instabilidade, gostaria de perguntar ao Sr. Ministro como é que V. Ex.^a pode considerar, apesar de tudo, como residual a questão do desemprego.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Gameiro dos Santos.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Sr. Ministro, na sua intervenção referiu que as políticas do Governo tinham por objectivo produzir mais, investir mais, produzir melhor.

Gostaria que V. Ex.^a fosse capaz de confrontar estas suas afirmações, que, na minha opinião, são uma figura de retórica, com o que está a acontecer actualmente da economia portuguesa, associada ao corte brutal no crédito, pondo em causa o funcionamento e até o investimento nas pequenas e médias empresas industriais, pondo em causa, por exemplo, o que no nosso entendimento é verdadeiramente lamentável, o financiamento às campanhas agrícolas do ano de 1989.

É do domínio público que os agricultores se deparam neste momento com problemas gravíssimos, porque, não tendo crédito, não podem de facto fazer as suas culturas.

Mas V. Ex.^a não referiu, também, que para investir mais é necessário que as taxas de juro sejam competitivas. Ora, a derrapagem deste Governo em matéria económica, designadamente a inflação, ao acarretar a subida gradual das taxas de juro — é bom que saibamos que a banca já está a utilizar taxas de juro superiores a 20% — compromete não só o funcionamento das empresas, como a produção de uma autêntica política de investimentos.

Gostaria que V. Ex.^a conseguisse conciliar as suas afirmações com estas realidades.

Outra afirmação que fez, e para terminar, que também considero lamentável foi de que «O Governo faz tudo a tempo e bem.»

Gostaria de confrontar esta sua afirmação com uma outra realidade, que é a realidade do PDR.

Será que V. Ex.^a tem coragem de dizer que faz tudo a tempo e bem, quando, por exemplo, o PDR foi feito à revelia dos agentes económicos e sociais, foi feita à revelia das autarquias locais. Como é possível fazer uma afirmação destas?

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Roque.

O Sr. Luís Roque (PCP): — Sr. Ministro do Planeamento, à parte do que o meu camarada Carlos Carvalhas referiu em relação ao PDR, queria dizer-lhe que o PDR foi mandado para as autarquias locais para que elas decidissem, em oito dias, um planeamento de quatro anos.

Isto é verdade e outra verdade, Sr. Ministro é esta: os agentes económicos nem sequer foram ouvidos.

Percorri o Alentejo todo, falei com as associações de empresários, falei com as autarquias todas e posso dizer-lhe que está enganado.

Aliás, um exemplo acabado do PRD é a OID, norte-alentejana.

A OID norte-alentejana é uma operação integrada de desenvolvimento que devia ser uma operação integrada para o desenvolvimento do norte do Alentejo, mas não acontece assim.

Pode ser efectivamente uma operação que leve a população a ter um melhor meio de vida, mas desenvolvimento não tem. Desenvolvimento não haverá porque os agentes económicos são postos perante factos consumados, assim como os sindicatos.

Sr. Ministro, nessa OID não está sequer planeada uma rede viária de primeira classe, que essa sim viria desenvolver a região, está, sim prevista inclusivamente a desclassificação de linhas, como a desclassificação da linha de Marvão; por exemplo.

A linha de Marvão está desclassificada, mas a OID pretende criar novas vias ferroviárias, mas uma via de circulação a duzentos e cinquenta quilómetros horários a passar por Elvas? Sr. Ministro passa e anda, criar desenvolvimento não cria.

Por outro lado, uma coisa que me espanta quanto a essa OID, que é paradigmática em relação ao PRD, é o caso da barragem de Montargil e do aproveitamento das barragens, quer do Caia, quer do Poio, quer de Maranhão, cujo regadio está subaproveitado, da mesma maneira que a barragem do Pisão, não tem saneamento, não tem rede de águas, tem as estradas ainda em terra, porque a autarquia do Crato se recusa a investir ali, já que a aldeia vai ficar submersa.

O Sr. Presidente: — Queira terminar Sr. Deputado, terminou o seu tempo.

O Orador: — Já agora queria que o Sr. Ministro me explicasse qual o ministério da folha 3-A do PDR que se refere ao Alqueva, que aparece totalmente em branco e que põe a iniciativa, digamos nas mãos da CEE.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Ministro do Planeamento, começaria por concordar com uma frase que disse logo na primeira parte da sua intervenção, quando referiu — e do meu ponto de vista bem, não estou a fazer *blague* que as pequenas economias correm o risco de perder o seu património. É um facto e estamos a ver isso em Portugal. Nessa perspectiva todo o cuidado é pouco — estou a sintetizar Sr. Ministro, julgo que não estou a alterar a ideia.

De qualquer modo, Sr. Ministro do nosso ponto de vista, é lamentável que, quer na intervenção ao Sr. Ministro do Planeamento, quer na do Sr. Ministro da Indústria, se note a postura do Governo em minimizar — pior do que isso —, desprezar a dimensão social de todo este processo.

O Sr. Ministro referiu, nomeadamente, a preocupação do Governo em promover e criar condições para que haja mais excedentes, para que as empresas possam investir. Não teve uma palavra para referir aquilo que está a suceder, e que é extremamente negativo, mesmo na perspectiva a criação do Mercado Interno a crescente diminuição da participação do trabalho no rendimento nacional.

É inadmissível que isso seja esquecido, é inadmissível que, neste momento, a percentagem do rendimento do trabalho no rendimento nacional esteja nos 40%, talvez tenha vindo um pouco abaixo em 1988.

O Sr. Ministro esquece-se igualmente, quanto ao emprego, de duas questões.

Esquece os últimos seis meses, quando as estatísticas do INE apontam, no último trimestre de 1988 e no primeiro trimestre de 1989, para uma inflexão da evolução que se estava a verificar no mercado do trabalho. O Sr. Ministro cala esta questão e esconde, igualmente, o problema que o meu camarada Carlos Carvalhas teve oportunidade de referir na sua intervenção — grave neste momento, em Portugal — da precarização do trabalho.

Aumentar em três anos em 55% o trabalho precário, aquele que é conhecido oficialmente em termos estatísticos, convenhamos que é demais.

Uma última questão, Sr. Ministro relacionada com o problema do PDR e com uma afirmação sua quando referiu «tudo exige uma ampla convergência de esforços».

É um facto: o problema da preparação de Portugal para 1992 exige ampla convergência de esforços. Mas como conseguir essa ampla conjugação de esforços, se o Governo não dialoga, se o Governo promove a elaboração do chamado Plano de Desenvolvimento Regional sem dialogar com ninguém.

Sr. Ministro, com certeza ainda não lhe chegaram os ecos da reunião deste fim de semana, em Montechoro, tive oportunidade de ler há pouco nos jornais.

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: — Terminei de imediato, Sr. Presidente.

Ora uma das questões levantadas pelos empresários reunidos em Montechoro foi precisamente a sua participação, a não audição dos empresários para o PDR. Tal como não foram os empresários, não foram as organizações sindicais, não foram as autarquias locais e não foi a Assembleia da República — disso temos a certeza absoluta, do conhecimento concreto, do conhecimento pessoal.

Finalmente, quando pensa o Sr. Ministro ou o Governo, através do Sr. Ministro, repor na legalidade o problema do regulamento do FEDER que foi declarado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional já há vários meses?

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Armando Vara.

O Sr. Armando Vara (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Uma questão muito breve ao Sr. Ministro.

Quando da sua intervenção, pareceu-me ouvir, devo confessar com algum espanto, a seguinte frase: «Seria nefasto concentrar acções no litoral do País esquecendo o resto.»

Digo que ouvi isto com algum espanto, na medida em que toda a política do Governo, tudo o que tem sido documento orientador da política do Governo, não tem feito mais que concentrar esforços no litoral, levar a efeito aquilo a que o Sr. Ministro chamou em tempos «a litoralização do País».

É evidente que até o PDR, que já foi aqui bastante referido nas últimas, intervenções é disso um exemplo significativo.

É evidente que há sempre algumas migalhas que ficam para o interior. O Sr. Ministro referiu também na sua intervenção alguns milhões de contos que, em termos percentuais, tendo em conta o bolo global do investimento que aqui vai ser feito, não passam de umas pequenas migalhas que o interior vai levar.

Digo isto com alguma pena, porque sou deputado por uma região do interior, que vive nessa região, já que só passo alguns dias da semana em Lisboa, portanto, sinto os problemas da região como alguém que vive lá, e pergunto a mim mesmo até que ponto não poderemos considerar esta situação como os custos da democracia. Será que as minorias, em democracia, estão condenadas a que ninguém lhes ligue?

Eu comprehendo perfeitamente, que os governos tenham que governar de acordo com aquilo que é o interesse das maiorias. Mas, uma vez que não estão vocacionados para governar para pequenas parcelas da população do território, porque é que se não permite que essas populações se possam governar a si próprias, tenham algum meio de «auto-governo». Não estou, naturalmente, a referir-me a um qualquer tipo de governo regional, pois o Sr. Ministro saberá perfeitamente que estou a referir-me à regionalização.

É para mim inconcebível que o Governo continue a não aceitar que se faça qualquer tipo de regionalização do País, e que continue a impedir que as populações do interior sejam governadas por si próprios.

Há dias, num levantamento pequeno e rápido, verifiquei que há cerca de trinta deputados nesta casa que

são naturais de Trás-os-Montes e Alto-Douro. Muitas vezes os naturais da terra dizem: «Bem, os deputados, estão na Assembleia, governam o País, foram ministros, mas nunca fizeram nada pela sua terra.» A resposta que tenho para isto é que nunca lhes deixaram fazer nada pela sua terra.

Os transmontanos, os durienses, gente do interior, tem sido capaz de governar o País, tem sido capaz de dar bons ministros, bons deputados, enfim gente capaz para o País, mas nunca foi capaz de governar a sua terra, porque nunca lhe deram possibilidades para tal.

Ao longo destes tempos, com a política deste Governo, pelos números, tenho verificado que se têm acentuado as assimetrias regionais e aquilo que com o PDR se vai realizar ao longo dos próximos anos vai também acentuar-as.

Queria perguntar ao Sr. Ministro quais as acções concretas ou que indicadores dispõe, no sentido de dizer que não é verdade que estão a acentuar as assimetrias regionais.

Porque o tempo é escasso, pois gostava de falar mais sobre estes assuntos, gostaria de lhe colocar uma questão que tem a ver com transportes. Sei que não é da área do seu ministério, mas enquanto plano é coordenação haverá certamente algo a dizer sobre isto.

Vai todo o norte ter ou não uma ligação através de TGV para o norte e centro da Europa?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Ministro, tinha-me inscrito para lhe fazer umas perguntas sobre o PDR mas, depois desta «saraivada» de críticas a este plano, sinto-me inibido de continuar a «bater no bombô da festa»!

De qualquer modo, não quereria deixar de referir três aspectos que me parecem relevantes.

Um deles já aqui foi generalizadamente criticado e tem a ver com a ausência da participação e de audição dos vários sectores económicos, sociais e culturais do País. Nesse aspecto, confirmando o que acabou de dizer o meu camarada Octávio Teixeira, gostaria de saber como é que o Sr. Ministro comenta a afirmação do presidente da Associação Industrial Portuguesa, engenheiro Rocha de Matos — certamente uma personalidade insuspeita para o Sr. Ministro — que, no recente Congresso dos Núcleos da AIP, também criticou a ausência de audição das estruturas empresariais.

Isto é, em relação a este aspecto e ao contrário de outros países como, por exemplo, a Itália, o Governo apresenta-se sozinho em Bruxelas, sem ter obtido previamente o consenso das forças sindicais, empresariais, autárquicas e outras, o que só teria reforçado o poder negocial do Governo.

Penso que esta é bem a imagem da forma precipitada e autocrática de como o Governo conduzi aspectos estratégicos, fulcrais para o desenvolvimento e para o futuro do País no quadro da integração europeia.

Portanto, gostaria de ouvir o comentário do Sr. Ministro sobre este aspecto, aliás, já aqui largamente referido.

Um outro aspecto prende-se com a precipitação do Governo, que está bem expressa no próprio conteúdo do PDR. Se o lemos com alguma atenção — sobre-

tudo o volume II tardiamente distribuído —, verificaremos que não tem inscritos projectos vitais e estratégicos para o desenvolvimento das várias regiões.

Por exemplo, temos a questão do aproveitamento e da transformação das riquezas da metalurgia de Sines e das pirites do Alentejo, temos o caso do Alqueva, temos o de se anunciem investimentos directos da ordem das centenas de milhões de contos para uma determinada região — o Alentejo — enquanto as projeções estatísticas apontam para que, no final da execução do PDR, a criação de emprego adicional venha a ser igual a zero e venha a registar-se um decréscimo de 9% na população.

Assim, como é possível apontar-se para investimentos, salvo erro, da ordem de 200 milhões de contos, não se traduzindo o resultado respectivo na criação de emprego adicional mas, sim, na continuação do despoçoamento da região e da desertificação?

Esta é uma contradição evidente, que, aliás, só vem confirmar que a trajectória que se tem vindo a verificar na nossa integração comunitária é a de uma quebra acentuada das condições de vida e dos rendimentos dos agricultores.

Não sendo o Sr. Ministro especialista nesta área, mesmo assim, aproveito para confirmar o que, há pouco, afirmou o meu camarada Carlos Carvalhas, em resposta ao Sr. Deputado Rui Almeida Mendes.

Assim, ainda agora, o Governo fixou os preços de intervenção para 1989/90. Ora, esses preços são cerca de 5% a 20% mais baixos, em termos nominais, do que os do ano passado. Por exemplo, o trigo, que em 1988/89 tinha o preço de intervenção fixado em 49\$70, agora tem o de 41\$; o milho, que, no ano passado, tinha um preço de intervenção fixado em 40\$50, agora tem o de 38\$50, o que se traduz numa brutal pressão sobre os rendimentos dos agricultores.

Voltando à questão do PDR, um terceiro aspecto é o do problema da forma como estão prejudicadas as zonas do País mais periféricas e menos desenvolvidas, no quadro deste Plano de Desenvolvimento Regional.

Isto é, os termos e as condições em que foi elaborado o PDR fazem com que as zonas mais periféricas e menos desenvolvidas — Trás-os-Montes, Alentejo e mesmo a Madeira — estejam prejudicadas porque, só por si, os indicadores que possuem lhes permitiriam ter acesso a subsídios e a apoios majorados. Amalgamadas com zonas mais desenvolvidas do País, prejudicam-se a elas próprias e não contribuem para beneficiar as outras zonas mais desenvolvidas.

Esta é uma crítica que já foi feita, mesmo por técnicos da própria CEE e é sobre essas questões que gostaria de ouvir o Sr. Ministro. Mas também gostaria de ouvir a sua resposta à pergunta que lhe vou pôr a seguir. Nesta fase em que vai iniciar-se a negociação concreta do PDR com a CEE, está o Governo disponível para ouvir e concertar posições com os parceiros sociais?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Estamos a assistir a uma caricatura de uma interpelação ao Governo.

Na verdade, uma interpelação é um acto de fiscalização do Governo em que este deve responder à Oposição:

sobre matérias concretas. Ora, tal como tem vindo a acontecer ultimamente com a prática deste Governo, o que, hoje, aqui sucedeu foi que um deputado do partido interpelante subiu à tribuna, apresentou um rol de questões, no seu entender, importantes, embora nem todos os partidos considerem essas propostas aceitáveis ou com razão.

Perante isto, o que faz o Governo? No fim daquelas perguntas, distraidamente, o Governo «puxa do seu canhengo», dactilografado, «trazido de casa», sem que saiba absolutamente nada sobre o que a Oposição lhe iria perguntar e «debita» a sua «lição» sobre problemas completamente diferentes dos que o interpelante perguntou.

Então, logo à noite, a televisão vai mostrar-nos, durante um minuto, o Sr. Deputado Carlos Carvalhas e, depois, durante dois minutos, o Sr. Ministro do Planeamento a «debitar» a sua «lição». E, perante o País, a interpelação ao Governo consistiu no Sr. Ministro ter dito o que entendeu, que nada tinha a ver com a Assembleia, enquanto o Sr. Deputado Carlos Carvalhas disse o que disse. Isto não é uma interpelação, são dois monólogos.

Ora, quem está a ver televisão fica com a sensação de que as perguntas feitas incidiram mais sobre o que «debitou» o Sr. Ministro do que, propriamente, sobre a matéria da interpelação do Partido Comunista Português.

Quer dizer, o Governo não se deixa fiscalizar e não quer responder às perguntas concretas das oposições. Depois, há-de dizer-se: «Se um tal partido não falou é porque está de acordo com o Governo; se outro tal partido disse isto ou aquilo, é porque está de acordo...» Ora não se passa nada disso! O Governo é que se recusa, terminantemente, a responder às perguntas concretas que a Oposição lhe apresenta...

Protestos do deputado Fernando Gomes (PSD).

Como vêem, é isto que temos como maioria: estes ditos de um deputado do PSD, durante uma interpelação ao Governo, em vez de tomar parte activa no debate!

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Ditote é isso que V. Ex.^a disse; isto é uma interpelação!

O Sr. Fernando Gomes (PSD): — Tem muito que aprender, Sr. Deputado Narana Coissoró!

O Orador: — Ora bem, os senhores também têm muito que aprender; ainda têm mais dois anos para aprender porque, depois, não voltam mais para cá!

Risos do PS, do PCP e do CDS.

Sr. Ministro, a questão que queria pôr-lhe é a de que, no seu discurso, V. Ex.^a fez uma confusão grave. Pelo menos, pelo que ouvi, assim o creio, mas V. Ex.^a há-de fazer-me a justiça de que não lhe atribuo afirmações insensatas pois V. Ex.^a é um académico de prestígio e, naturalmente, não espero de si confusões, a menos que sejam propositadas e políticas.

Ora, uma das confusões propositadas e políticas feita por V. Ex.^a é entre o Plano de Desenvolvimento Regional e a política de desenvolvimento regional. Assim, por vezes, V. Ex.^a começou a referir-se-lhes como se fossem sinónimos: por um lado, apresentou o Plano de

Desenvolvimento Regional «laranja» e, por outro, a política de desenvolvimento regional não é «laranja» nem coisa nenhuma porque, até agora, o Governo não teve nenhuma política nesse sentido, mas queria tê-la.

De facto, o Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social escreveu uma carta magnífica ao Presidente da Assembleia, solicitando o agendamento deste debate sobre política regional, durante o qual também há-de ser debatido o problema do desenvolvimento regional. Isto significa que o próprio Governo reconhece que, neste momento, não há uma política regional e não existindo, não pode haver uma política de desenvolvimento regional, porque a palavra «regional» mais não é que um mero adjetivo do substantivo.

Por que é que V. Ex.^a, Sr. Ministro, faz esta confusão? Será porque também quer tratar o problema da política regional da mesma forma que tratou o do Plano de Desenvolvimento Regional? Isto é, quer V. Ex.^a apresentar como facto consumado a política regional para, posteriormente, dizer que «foram todos ouvidos», que «toda a gente está de acordo» com o que V. Ex.^a fez e que «está resolvido o problema da política regional»?

Em segundo lugar V. Ex.^a diz que, em Portugal, o problema do emprego é residual. Ora, a ser assim, por que é que o Sr. Ministro do Emprego não foi capaz de apresentar uma reforma estrutural de emprego que, independentemente da pressão do desemprego — que segundo V. Ex.^a, não existe —, fosse capaz de modernizar o País? Se, efectivamente, não existe o problema de emprego, porquê aquela «meia reforma», que não satisfaz ninguém e que até piora as condições dos contratos a prazo? Como é que se justifica que, num país onde, supostamente, não há pressão de emprego, o Governo venha «gritar», dizendo que quer uma reforma estrutural de leis laborais e, depois, nem sequer cumpre essa promessa e apresenta-se, hoje, nesta Assembleia, dizendo que, em Portugal, o problema do emprego é residual?

Sr. Ministro, como é que se compreendem estas duas afirmações contraditórias vindas de um mesmo Governo?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os verdes): — Sr. Ministro, hoje mesmo, a instituição SEDES divulgou um documento em que se afirma, nomeadamente, que «(...) fala-se muito na Europa mas, a nosso ver, não se estão a adoptar as estratégias adequadas para responder a este desafio (...).» Mais adiante, a SEDES considera que «(...) existe uma total ausência de estratégia nacional de desenvolvimento, que se quer aberta e solidária e não baseada no mero espontaneísmo e em respostas avulsas e conjunturais (...).» Refere ainda que «(...) existe a incerteza, nos agentes económicos, quanto ao futuro e a insegurança de entrarem em campo sem estarem devidamente informados, preparados e apoiados (...).»

Inquirindo aqui, hoje, sobre qual a sua estratégia para vencer o desafio, o Governo, pela voz dos Srs. Ministros, respondeu com PEDIP, sem PEDIP, com CIFITE, etc...

O Sr. Duarte Lima (PSD): — O que é que queria que respondesse?

O Orador: — Ou seja, o Governo trouxe-nos a lista dos «estimulantes», dos «anabolizantes» que obrigam o País a «tomar» para ganhar esse desafio.

Grave é que, nesta sede, o Governo assuma a responsabilidade de obrigar o País a «tomar», «anabolizantes» e «estimulantes» sem «receita médica». Isto é, o País não tem uma verdadeira estratégia que o prepare para este desafio, de 1992.

O Sr. Fernando Gomes (PSD): — Qual é a «receita» de V. Ex.ª?

O Orador: — Quer ouvir o resto da Pergunta, Sr. Deputado?

Já agora, sempre lhe digo que, a propósito deste desafio, considero — pelos vistos, não sou só eu mas mais de metade do País — que, para ganhar o desafio de 1992, ou mudamos de «treinador», ou há «chicotada psicológica», ou nem sequer vamos conseguir «empatar»!

Mas tinha-me proposto fazer perguntas aos Srs. Ministros, começando pelo Sr. Ministro Valente de Oliveira, o que passo a fazer.

Sr. Ministro, em primeiro lugar, o PDR, que já hoje aqui foi suficientemente referido. Para nós — pelos vistos, também, para o Governo, que admite que ele deve vir a ser discutido —, é facto que o PDR não foi elaborado após audição de todos os interessados: agentes políticos, económicos, líderes de opinião, etc.

Tal como afirmámos na altura, quanto à nós o PDR não passa de uma lista de pedidos de «prendas ao Pai Natal» elaborada pelo Governo; veremos se vêm ou não. Ninguém foi «tido nem achado», o Governo gabou-se de ter sido o primeiro a pôr o «sapatinho debaixo da árvore» e não nos pediu opinião para a escolha das «prendas» que hão-de vir da Comunidade.

Quanto à abertura de «portas» para a Europa, debruçar-me-ei sobre uma das «portas» do norte: a fronteira de Chaves.

Sr. Ministro, consta que por Chaves passarão diariamente dezenas ou centenas de camiões TIR. Assim, pergunto-lhe por que estrada, por que vias de comunicação é que passarão esses camiões. Será que dezenas irão passar pelo jardim público daquela cidade, já que é por aí que, neste momento, passa a única estrada em direcção à fronteira? Iremos ter que assistir à passagem diária de dezenas de camiões, exactamente pelo meio da cidade?

Para quando uma via para o escoamento desse trânsito intenso que terá que passar por ali? Onde irá situar-se essa via? Irá ocupar mais de metade da Veiga ou terá outro traçado?

O Sr. Fernando Gomes (PSD): — Desconhece os projectos do Governo?

O Orador: — Outra questão diz respeito ao ordenamento e política florestal.

Sr. Ministro, em Bruxelas, discute-se a política florestal da CEE. Durante o período de integração e mesmo depois deste, continuaremos a ser um país periférico com especialização em floresta industrial ou tal situação vai modificar-se? Continuaremos a ser «correntes» da Arábia Saudita com o nosso «petróleo verde» ou vamos modificar a nossa situação?

Uma última questão destina-se mais ao Sr. Ministro da Indústria e Energia. Quer ficar inscrito?

O Orador: — Sim, Sr. Presidente. Fico, então, inscrito para, posteriormente, fazer a pergunta ao Sr. Ministro da Indústria e Energia.

Mas não quero acabar sem afirmar que concordo com as palavras do Sr. Deputado Narana Coissoró quando afirmou que esta é uma caricatura de uma interpelação. É que estamos aqui para interpelar o Governo e não para perguntar as horas aos ministros.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Confunde interpelação com sessão de perguntas ao Governo!

O Sr. Presidente: — Para responder tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Srs. Deputados, gostaria de esclarecer o Sr. Deputado Narana Coissoró dizendo-lhe que não há qualquer espécie de confusão por parte do Governo e que isto não é uma caricatura mas que, efectivamente, se trata de uma interpelação ao Governo com carácter geral, nos seguintes termos: debate de política geral, centrado na preparação de Portugal para 1992, designadamente quanto às condições de realização da coesão económica e social. Portanto, esta não é uma sessão de perguntas ao Governo, é um debate de política geral, formulado nos termos que acabei de expor...

Aplausos do PSD.

Assim, se houve confusão, terá sido da parte do Sr. Deputado.

Começarei, então, a responder às perguntas que me foram dirigidas, que foram muitas e, naturalmente estou agradecido pela manifestação de tanto interesse.

Sr.º Deputada Natália Correia, ainda bem que falei nos aspectos intangíveis, porque caso contrário é que seria grave. No entanto, tal como me foi induzido pela própria interpelação, disse «... tendo em conta o quadro da situação social existente e as assimetrias económicas e sociais do País...». Mas disse-o porque a isso fui induzido. Simplesmente, quereria ter dito que há mais coisas e, portanto, apesar de não as ter referido, não deverá entender-se que não existam.

No entanto, concentrei-me, efectivamente, naquilo a que a Sr.º Deputada chamou o «fio técnico-económico do Governo», tendo sido conduzido a isso pela forma como foi formulada a sua pergunta.

Para além disso, estou de acordo com muitas das suas afirmações e disse-o na minha intervenção inicial. Assim é no que respeita à reafirmação da identidade e à necessidade de preservar muito do carácter nacional, facto que é muito mais importante para os pequenos países como o nosso.

Mas, depois, a Sr.º Deputada abordou aspectos muito pormenorizados, como a gastronomia. Ora, considero interessantes esses aspectos e devo dizer que considero que grande parte de alguma preservação de produtos naturais e artesanais, como é o caso das feiras de queijos e dos concursos de vinhos ou da respectiva promoção, faz parte da tal pequena dimensão que referiu e da qual, naturalmente, estamos a cuidar.

No entanto, não creio que possamos estar a incorrer no risco de virmos a ser um «supermercado europeu», a seu tempo, saberemos defender-nos quanto a esse ponto.

Efectivamente, considero que está a fazer-se muito, só que é um «fazer» tão «miúdo», tão descentralizado, que quase se não dá por ele.

Quanto ao problema das televisões regionais, como sabe, está em elaboração uma Lei da Televisão e, oportunamente, o Governo pronunciar-se-á sobre o assunto.

No que diz respeito à política de tradução no estrangeiro de obras de autores portugueses...

A Sr.ª Natália Correia (PRD): — Tradução e edição, Sr. Ministro. É muito importante frisá-lo!

O Orador: — ...tradução e edição, sim, Sr.º Deputada.

... devo dizer que é um aspecto muito importante e que tenho visto muitas obras de autores portugueses traduzidas no estrangeiro e oxalá haja muitos mais.

Sr. Deputado Carlos Carvalhas, responderei em bloco quanto a alguns pontos das suas perguntas porque há confusões e erros em que se insiste uma vez e outra e que, de uma vez por todas, têm de ser arredados.

Por exemplo, estão sempre a falar na questão da participação no PDR dos vários sectores nacionais. Ora, já tive ocasião de explicar isso nesta sede e em comissão, mas volto a fazê-lo e espero não me esquecer das numerosas acções em que eu próprio participei: cinco reuniões com os autarcas do continente, duas com os governos regionais, em que estiveram 275 autarquias presentes.

Protestos do PCP.

Vozes do PSD: — Oiçam!

O Orador: — Não foram oito dias..., foram muitos mais. Foram reuniões terminais de um processo que vinha longamente a ser preparado; foram reuniões com autarcas; foram reuniões com governos regionais; foram reuniões com membros das Academias; foram reuniões com núcleos da Associação Industrial Portuguesa; foram reuniões no Conselho de Concertação Social; foram reuniões na Comissão Parlamentar de Integração Europeia; foram cinco reuniões com os partidos da Oposição, etc.

Sr. Deputado, foram muitas reuniões em que eu próprio participei e devo esclarecer que essas reuniões foram a sequência e o coroamento de muitas outras reuniões que, a nível regional, tinham sido já efectuadas.

E, se me permite uma crítica, digo-lhe que nós temos as nossas propostas e temos as nossas propostas em letra de forma.

Devo dizer que quando o Sr. Deputado fala em estratégia e diz que eu venho fazer propaganda dumha estratégia, está a contradizer-se. Aquilo que eu gostava era de ouvir quais são as propostas que têm a fazer para muitos dos problemas que estão, em análise, mas o que vejo é criticar, sem aparecer com novas propostas contraditórias.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Isso não é verdade, Sr. Ministro.

O Orador: — Sr. Deputado Torres Couto, o desemprego é praticamente residual...

Protestos do PS.

Isso é um facto, que V. Ex.^a conhece muito bem!... Para não falar no caso da Espanha, falo só na média do desemprego dos doze: em 1986, nós tínhamos 8,5% e a média europeia era de 11,1%; em 1987, a média europeia era de 10,7% e nós tínhamos 7,1%; em 1988, a média europeia era de 10,3% e nós tínhamos 5,7%, usando sempre os mesmos métodos de avaliação.

Se acha que 5,7% não é residual, posso dizer-lhe que é, de facto, residual.

É evidente que há muita coisa a fazer e quando V. Ex.^a se queixa de que eram quase 20% de trabalhadores no sector primário e que temos que fazer um grande esforço neste domínio, eu também acho que sim.

Devemos fazer e muito! Temos de investir e muito, para libertar muita dessa mão-de-obra, a maior parte dela velha, a maior parte dela pouco inovadora e muito pouco apta aos ganhos de produtividade, que comecei por referir.

Nós atendemos à qualidade e o Sr. Deputado sabe isso muito bem e para que fique claro que atendemos à qualidade, as grandes apostas em que se vai investir e em que já se está a investir, dentro do quadro PDR, são exactamente os recursos humanos, a educação, a formação profissional, a investigação, a ciência e a tecnologia. Tudo isto é qualidade, tudo isto é proporcionar qualidade.

Sr. Deputado Gameiro dos Santos, quanto à afirmação que fez sobre o corte brutal do crédito, devo dizer-lhe que, quando analisamos as taxas de formação bruta de capital fixo, por exemplo, em 1987, a Comunidade tinha 4,8 e nós tínhamos 20,2; em 1988, a Comunidade tinha 7,8 e nós tínhamos 16,0. Perante estes valores, com taxas tão desequilibradas, o que eu pergunto é se não deveria haver, para moderá-las um pouco, para tornar mais selectivo o investimento, uma selecção com os instrumentos que temos ao nosso alcance.

Quanto ao PDR, como já referi, Sr. Deputado Luís Roque, a sua discussão não foi feita apenas em oito dias; isso foi um só documento na parte final. O Sr. Deputado está a referir um único documento. Foram muitos meses, anos...

O Sr. Luís Roque (PCP): — Foi uma semana, Sr. Ministro.

O Orador: — Tinha-se começado muito tempo antes com a preparação de todo este documento.

Nas OID do norte alentejano, os agentes económicos são confrontados com os factos consumados? Não pode haver falta de verdade maior. Eu próprio fui protagonista de algumas dessas sessões — se assim não fosse eu ainda podia admitir que elas não tivessem existido, mas eu próprio estive em Portalegre com toda a gente..., com o conselho..., estavam lá os empresários, estavam lá as uniões sindicais, estavam lá todos! Eu vi-os e estive horas a ouvi-los.

Sr. Deputado, não pode continuar a dizer isso, porque não é verdade.

Quando me fala na rede viária secundária e quer privilegiar a rede viária secundária, em relação à rede viária principal...

O Sr. Luís Roque (PCP): — Não foi isso que eu disse.

O Orador: — Foi isso que disse, sim, Sr. Deputado!

O Sr. Luís Roque (PCP): — Uma é complementar da outra.

O Orador: — É complementar da outra, estou de acordo, simplesmente aquilo em que insisto, é no seguinte: nós temos de encontrar todas as fórmulas de financiamento daquilo que temos, ao nosso alcance.

Se temos um FEDER para vias principais, temos de ir buscar um FEOGA para vias secundárias, para os caminhos municipais. Temos de fazer isso e é o que eu estou a tentar, aliás, com sucesso, levando as autarquias a fazer coisas complementares.

Falou muito em barragens. Devo dizer-lhe que uma coisa que nos preocupa tanto, ao Sr. Ministro da Agricultura e a mim próprio, é a falta de immobilização das águas, de tal modo que temos um grupo neste momento a fazer um trabalho exaustivo, a fim de ver o que é necessário para desbloquear e para fazer a articulação entre grandes reservatórios e a pequena utilização.

A maior dificuldade, até este momento, é a falta de valor, a falta de capacidade, e a falta de sabedoria, se é que se pode dizer isto nestes termos — de muitos dos agricultores no uso do regadio.

O Sr. Deputado Octávio Teixeira não mudou o sentido daquilo que eu disse há pouco, é evidente, pois não eram as pequenas economias que corriam o risco de perder o seu património, era mais no sentido daquilo que a Sr.ª Deputada Natália Correia há pouco referia... Eu falava era no património intangível dos pequenos grupos.

Grande parte das outras coisas já tive ocasião de comentar.

O PDR e a falta de participação na sua elaboração continuam a ser tema, mas eu já tive ocasião de esclarecer isso. Fiz-lo, naturalmente, com muito gosto, e fa-lo-ei sempre que for necessário, para tornar clara a correção do processo.

Sr. Deputado Armando Vara, na minha exposição de há bocado referi os números do investimento no interior e tive ocasião de dizer, especialmente quanto ao SIBR, que a análise geográfica das candidaturas mostra uma alteração sensível do padrão tradicional de localização.

De facto, 45% do montante do investimento vêm exactamente da zona onde se situa a zona periférica, isto é, quase metade das candidaturas e do que já foi aprovado 80% privilegiou-se exactamente essa área. Portanto, deu-se privilégio à análise de toda essa área e daquilo que já foi aprovado e concedido, neste momento, 80% dos projectos referem-se, exactamente, à zona 3, onde se situa toda a área; onde V. Ex.º lamentou não haver protecção, cuidado, etc.

Eu tive já ocasião de referir o que se passa quanto à regionalização. O Governo pediu um debate e por isso não me vou alongar em questões sobre essa temática.

Mas, quando V. Ex.º fala em acções concretas, eu não posso enumerar todas as acções concretas em cinco ou dez minutos, privilegiando, uma resposta, ao Sr. Deputado Armando Vara.

Aquilo que posso dizer-lhe é que é evidente que tenho instrumentos de acompanhamento do investimento, e esses instrumentos, se por acaso referirmos cada um deles *per capita*, levam-nos a ver toda a parte

da periferia muito privilegiada, o que, com certeza, demonstra que a nossa estratégia está certa.

Desbloquear, desencravar, fazer grandes investimentos físicos para tornar as distâncias, os custos de transporte e a segurança desse transporte muito mais fácil, e a partir daí começar a fazer outras acções mais determinantes sobre o terreno. Essa é a nossa estratégia.

Sr. Deputado Lino de Carvalho, devo dizer-lhe que quando compara o que é que o Governo português fez com o que fizeram outros governos estrangeiros, fico muito tranquilo e não vou embaraçar esses governos estrangeiros — houve mesmo um país que mandou o exercício central e, depois de o ter mandado para Bruxelas, mandou-o com um cartãozinho aos Srs. Deputados.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — O Sr. Ministro!...

O Orador: — Efectivamente há uma enorme diferença de tratamento e nós não tememos a falta de participação.

Sr. Deputado Narana Coissoró, é evidente que não fiz mistificação nenhuma, e não fiz qualquer espécie de confusão, propositada e política nos seus termos.

Não fiz qualquer espécie de manobra nesse sentido, pois há um plano de Governo...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Maquinção e não plano.

O Orador: — ..., há uma política de desenvolvimento regional do Governo que está muito bem explicada em tudo quanto são os nossos documentos.

Finalmente, Sr. Deputado Herculano Pombo, está enganado, porque isto não são estimulantes e anabolizantes sem receita, pois a estratégia está escrita e o volume I do Plano de Desenvolvimento Regional contém, naturalmente, todas as prescrições e a razão de ser dessas prescrições.

Quanto à abertura da fronteira de Chaves, é um problema pontual, mas tenho, naturalmente, muito gosto em responder-lhe.

Vai ser aberta para camiões TIR, e vai ser dada prioridade ao IP3, cuja parte mais difícil é entre Vila Real e Lamego, porque os estudos estão atrasados, visto a zona ser a mais difícil e a localização da ponte estar muito complicada.

Trataremos, no entanto, de salvar o que resta da Veiga, porque há vinte anos que eu ando a lutar pela sua salvação, no entanto devo frisar que as indisciplinas são mais locais, do que centrais ou regionais, pelo menos a partir do momento em que assumi estas responsabilidades.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Indústria e da Energia, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Indústria e da Energia: A comunicação social divulgou, recentemente, um relatório do Ministério da Indústria, sobre a aplicação em Portugal de programas de investigação e desenvolvimento tecnológico.

Segundo os dados vindos a público, esse relatório refere que estamos perante uma nova forma de fuga de cérebros, através da aplicação a Portugal ou melhor, da aplicação que é feita em Portugal desses programas.

Refere, ainda, que só uma pequena parte dos projectos apresentados para Portugal representa, de facto, oportunidades para a indústria nacional. Mais: que 60% dessa iniciativa pertence a proponentes estrangeiros que usam esses programas em Portugal, em seu benefício, aproveitando o «estado de graça» decorrente do período inicial da adesão.

Um inquérito feito a gestores interessados em projectos, nestes domínios, refere que esta situação se deve fundamentalmente à falta de informação sobre os objectivos e sobre os mecanismos processuais de acesso a esses programas comunitários.

Sr. Ministro, sempre lhe direi que a falta de informação sobre os projectos existentes, sobre os programas existentes, a não consideração de interesses nacionais e dos vários sectores sociais a envolver nesses programas, na aplicação a Portugal, é comum a vários programas e não apenas aos de investigação e desenvolvimento tecnológico, que têm como destinatários, particularmente, jovens portugueses e sobre os quais há uma intensa divulgação e uma intensa propaganda.

A aplicação de todos esses programas a Portugal (isto praticamente toda a gente conhece) é diminuta, tendo em consideração a forma como esses programas são utilizados por outros países da Comunidade Económica Europeia, designadamente, a Alemanha Federal, a França e a Itália, para não falar de outros países.

Toda a gente sabe que a aplicação a Portugal é diminuta e não tem em consideração interesses próprios dos jovens, das empresas e das universidades portuguesas e que, desta forma, se estão a tornar, não factores redutores de desigualdades existentes, mas, pelo contrário, em factores de acentuação dessas mesmas desigualdades.

E não é por falta de publicações, brochuras várias e mesmo de publicidade em órgãos de comunicação social que isto se verifica, pois o que se verifica é que o Governo tem trocado a promoção publicitária por uma divulgação efectiva desses programas e do acesso a eles que, de facto, não tem feito.

O Governo tem especiais responsabilidades nesta matéria, dado que concentra junto de si as agências de aplicação em Portugal desses programas.

A pergunta concreta que eu faria ao Sr. Ministro é esta: o que é que tem feito o Governo para que sejam tidos em consideração interesses nacionais na definição da aplicação em Portugal de programas comunitários? O que é que tem feito o Governo para dinamizar a participação de empresas, de universidades e de jovens portugueses, concretamente, na aplicação desses programas?

Já nem vale a pena falar no que o Governo não fez para pôr cobro a situações de escândalo, como as que têm envolvido as acções financiadas pelo Fundo Social Europeu no nosso país, ou para pôr cobro a situações em que, sob a capa de acções de formação profissional, se verificam situações que são muito diversas e que redundam na exploração de jovens, sob formas fraudulentas e, em muitos casos, ignóbeis.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Como o Sr. Ministro deseja responder no fim, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Ministro da Indústria, para ver se o Sr. Ministro consegue transmitir a esta Câmara aquilo que é a questão essencial, básica e primeira, a primeira questão que lhe coloco é a seguinte: qual é a estratégia do Governo para preparar Portugal para 1992?

O Sr. Ministro falou no PDR, diz que foi discutido, que foi longamente discutido, etc, mas não nos consegue dar resposta a esta questão essencial e básica que é a de saber qual é a estratégia que o Governo tem para preparar a economia portuguesa e a sociedade portuguesa para 1992.

A segunda questão que eu gostaria de colocar-lhe, Sr. Ministro, relaciona-se com a política industrial.

O Sr. Ministro referiu que na política industrial não deve ser o Estado a substituir-se aos agentes económicos e aos empresários.

Não é isso que está em causa, Sr. Ministro. O problema é este: nós temos a necessidade da preparação do País para 1992, pois os choques vão ser enormes, o tempo é curto para essa preparação e os recursos de que o País dispõe são limitados, incluindo aqui os recursos financeiros, que vêm dos fundos da CEE.

Perante este quadro, há que tomar opções globais e sectoriais daquilo que é premente e prioritário.

É aí que o Estado tem de vir a intervir e deve intervir e não é isso que se está a verificar. Não se está a verificar com o PDR, que deveria ser a base dum plano de médio prazo e não é; o PDR não passa de um amontoado de políticas e de projectos sectoriais. Não passa disso.

Também, por exemplo, em relação ao PEDIP não existe essa definição básica.

Quais são as orientações e quais são os sectores fundamentais, tendo em atenção que os recursos são escassos?

Não valerá a pena, como o Sr. Ministro fez e também como fez o Sr. Ministro do Planeamento, vir dizer que os nossos esquemas de incentivos são óptimos, porque apareceram muito mais empresas a pedir, do que aquilo que nós temos para dar.

É lógico. Se todas as empresas andam cheias de fome, todas querem, porque os recursos são escassos, por isso é que é necessário o Estado fazer a tal triagem das prioridades.

Uma última questão, Sr. Ministro: a preparação das empresas não vai ser nem pode ser apenas feita através dos fundos da CEE. Precisa de outras soluções e uma delas é o crédito.

Como é que o Sr. Ministro encara a situação que se está a viver neste momento, em que devido à liberalização dos movimentos de capitais, a banca portuguesa, o Estado português e o Banco de Portugal são obrigados, progressivamente, a cortar o crédito interno, devido a essa liberalização, que do nosso ponto de vista, em determinadas aspectos, é uma liberalização excessiva?

Cortam o crédito interno às empresas e as empresas internas não têm crédito interno para poder investir. Como é que o Governo vai resolver esse assunto?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada, Ilda Figueiredo.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: A primeira questão que quero colocar-lhe refere-se a uma informação que deu sobre política industrial e defesa do ambiente.

Eu sinceramente julguei estar a ouvir falar um ministro de um outro país qualquer.

Não resisto a colocar-lhe duas questões sobre este problema.

O Sr. Ministro sabe que, dois anos após a aprovação, por esta Assembleia da República, da Lei de Bases do Ambiente, que dava o prazo de um ano para a sua regulamentação, continua por regular aspectos fundamentais dessa lei.

Lembro os níveis de poluição dos efluentes industriais, e a Lei da Água; lembro que zonas como a do Ave e a do Cávado estão profundamente afectadas pela falta de tratamento das tinturarias, que continuam a agravar a sua poluição, pondo em causa, inclusivamente, a saúde das populações, o mesmo acontecendo no Vouga por falta de tratamento da Portucel; lembro ainda que a população de Estarreja vive permanentemente com o coração nas mãos.

Onde estão, Sr. Ministro as medidas concretas para que haja um desenvolvimento industrial compatível com a conservação da Natureza?

Eu podia multiplicar os exemplos — o Alviela, o Tejo, em certas zonas — porque de norte a sul do País a poluição industrial está a afectar seriamente a vida das populações, por falta de medidas concretas.

Onde estão elas, Sr. Ministro?

A segunda questão que eu gostaria de colocar-lhe prende-se com o agravamento das assimetrias no acesso, por exemplo, à educação, das assimetrias sociais no acesso à fruição cultural, das assimetrias no tipo de emprego da população.

Sr. Ministro, um estudo recente da CCR do Norte revela um agravamento do abandono da escolaridade ao fim de quatro anos, por parte das crianças, porque de crianças se trata, que atinge uma taxa da ordem dos 25%, isto é, mais do dobro da média do País e que isso se verifica fundamentalmente em zonas, como a do vale do Sousa e a do Ave; que são zonas têxteis:

Isto acontece porque as crianças abandonam os bancos das escolas para irem trabalhar para as fábricas.

Será a isto que o Sr. Ministro Valente de Oliveira chama desemprego residual?

Será a este trabalho infantil, crescente nestas zonas, que o Sr. Ministro se refere?

Uma outra questão que eu queria colocar-lhe tem a ver com o que se passa em zonas de mono-indústria; por exemplo, na zona da Covilhã, Castelo Branco, mas também em toda a zona do Ave, do Porto, etc. O que faz o Governo para o desenvolvimento regional destas zonas? Onde está, por exemplo, o PEDIP para a indústria têxtil, tendo em conta as suas características especiais? Mas o que faz o Governo em termos de desenvolvimento regional? O que faz é o aditamento da regionalização, é o bloqueio de todo o processo para impedir a gestão democrática dos fundos comunitários, tal como prevê a Constituição e gestão essa que devia caber nos termos constitucionais às regiões.

Para quê a manobra dilatória que o Governo anuncia de um novo debate da regionalização? Será para esconder do País os resultados francamente positivos

da consulta pública às assembleias municipais realizada pela Assembleia da República nos termos constitucionais? Será que os Srs. Ministros Mira Amaral e Valente de Oliveira sabem que a essa consulta responderam cerca de 60% das assembleias municipais do continente? E sabem que responderam positivamente representando cerca de 80% dos cidadãos eleitos do continente?

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, antes de pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Indústria e Energia, quero dizer que também estou de acordo com o Sr. Ministro Valente de Oliveira quando diz que, de facto, os portugueses foram ouvidos sobre o PDR.

E verdade, nós fomos ouvidos, eu participei numa dessas reuniões com os partidos, mas nós, os partidos com assento na Assembleia da República, fomos ouvidos estranhamente depois de o PDR estar elaborado e entregue. Verdade, verdadinha, todo o país foi ouvido, é verdade! Mas foi ouvido durante o período de reclamações, antes não. Abriu-se um prazo para reclamações e vai daí reclamámos todos: reclamaram os municípios, a Associação de Municípios, os deputados, toda a gente reclamou, espero que o tenhamos feito dentro do prazo de reclamações.

Feito este reparo, porque acho que o Sr. Ministro não mente, apenas conta a história de outra maneira, dirijo as minhas perguntas ao Sr. Ministro da Indústria e Energia.

Sr. Ministro, hoje celebra-se o Dia da Energia, como é sabido!

O Sr. Ministro da Indústria e Energia (Mira Amaral): — É!

O Orador: — É de facto! O Sr. Ministro não se lembrava? Então, eu lembro-lhe! Estamos a comemorar, não se sabe muito bem o quê, se a falta de energia ou se o mau uso dela. Mas estamos a comemorar a energia e vem a propósito colocar-lhe algumas questões sobre o défice energético de Portugal que neste momento se situará à volta dos 80% segundo os dados de que dispomos.

Sr. Ministro, há países com muita sorte, e o nosso é um deles. Vejam lá, Srs. Deputados, que na mesma altura em que dois cientistas estrangeiros descobriram a «fusão a frio», um ministro do Governo português inventava o «petróleo verde». Há países com sorte, há outros menos bafejados pela sorte!

Mas aquilo que o Sr. Ministro ainda não conseguiu descobrir foi a forma ou as formas — porque em questões de utilização de energia eu gosto sempre de falar em formas — de reduzir o nosso défice energético.

Quem sabe, se diversificando as fontes — coisa que não tem sido feita até agora! —, utilizando as minerais de forma nacional e não de forma estrangeira (pondo-as a funcionar para que depois os franceses as explorem, como temos inúmeros casos por esse País fora), quem sabe, se assumindo nós próprios o País que somos, o Governo que temos, a responsabilidade que temos de fazer ou não fazer executar o projecto do Alqueva e de explicar porquê — e não deixar a «ficha n.º 13-A» em branco para que os iluminados da CEE

decidam como se tivesse alguém neutro que decidir numa questão que apenas é nossa e nos diz respeito a nós —, mas que decidissemos nós e que o Sr. Ministro, de uma vez por todas, deixasse claro se vamos ou não ter uma central ou centrais nucleares.

E se não vamos ter centrais nucleares, se vamos ser contribuinte líquido para aguentar as centrais nucleares francesas, com a liberalização da energia depois da entrada no Mercado Comum, será Portugal ainda mais endividado para ter de suportar os défices profundos da energia nuclear na Europa? Aqui fica esta pequena questão.

E já agora uma questão sobre a indústria, que também tem a ver, obviamente, com o «petróleo verde», como não podia deixar de ser. O Sr. Ministro sabe que a «história» do eucalipto nem sempre está em cima, às vezes está em baixo, não me refiro à árvore (às vezes está de pernas para o ar e nós temos dado uma ajuda nisso), estou a referir-me ao mercado da pasta. E neste momento, pelo que se ouve dizer — e parece ser verdade —, o mercado da pasta de papel estagnou e decresceu mesmo, talvez haja a necessidade de algumas empresas, nomeadamente a Portucel, fazerem algumas reconversões nas suas indústrias no sentido de produzir um novo tipo de pasta (pasta branqueada) para poderem aguentar-se nestas flutuações de mercado.

E a Portucel, pelos vistos, terá pensado que se aguentaria um pouco mais, durante mais algum tempo, e com isso — quem sabe! — aguentaria a economia do País se construísse uma estação de branqueamento ali para os lados de Vila Velha de Rodão...

O que eu pergunto, Sr. Ministro, é se está ciente, se está consciente e sabedor de todos os riscos de todos os riscos ambientais — e são muitos e são pesadíssimos — que uma estação de branqueamento situada no Tejo pode trazer para o principal rio nacional. Vai o Sr. Ministro impedir a construção da estação de branqueamento se, de facto, se provar que a empresa não tem condições ou não tem vontade para minimizar ou para anular completamente os custos ambientais de tal instalação? Há algum estudo sério e rigoroso no sentido de pôr a claro aquilo que vai ser oclareamento da pasta e o enegrecimento do nosso Tejo?

São estas questões que quero colocar-lhe, Sr. Ministro, por quanto já tentei indagar, já contactei autarquias, já concatei a própria empresa, já contactei o seu ministério e aquilo que me dizem é que, enfim, isto é mesmo assim, a região precisa de postos de trabalho, isto dava um jeitão pois criavam-se mais algum, nós bem sabemos que o Tejo..., etc, mas, enfim, há-de fazer-se um estudo!... O que eu digo, Sr. Ministro, é que a Portucel é useira e vezeira em violar, nomeadamente, o protocolo que assinou com a Secretaria de Estado do Ambiente sobre as emanações poluentes para a atmosfera. Será que a Portucel — que é useira e vezeira em violação de leis e por isso tem pago ridículas multas —, nos dá alguma garantia de que não vai poluir o Tejo acima do mínimo, porque ele já está tão poluído, já vem de Espanha tão poluído? Será que temos alguma garantia de que o Tejo sobreviverá a mais esta «criação» de postos de trabalho?

O Sr. Presidente: — Para responder às questões colocadas, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Começaria por dizer que fiquei perplexo com o tom e o sentido das intervenções do Partido Comunista. De facto, face às opções estratégicas do Partido Comunista, eu julgava que ele vinha aqui propor hoje uma discussão sobre como desinvestir do Mercado Único, sobre qual a melhor maneira de sairmos da Comunidade Económica Europeia. Afinal de contas, verifiquei que o Partido Comunista parecia que estava preocupado de como é que nos preparávamos para o mercado único europeu.

É claro que nestas matérias, como costuma dizer o povo, quando a esmola é demasiada o próprio desconfia...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Exactamente!

O Orador: — ..., portanto, logicamente tem de ter alguma surpresa sobre essa matéria.

Começaria por responder concretamente às perguntas que me foram colocadas dizendo ao Sr. Deputado António Filipe que descobriu — e ainda bem —, na comunicação social, um relatório que fui eu que mandei fazer sobre o acesso das empresas portuguesas aos Programas Comunitários de Ciência e Tecnologia. Repto: fui eu que mandei fazer esse relatório, porque dele, obviamente iam tirar-se conclusões interessantes e dessas conclusões iriam ser sugeridas medidas de política tecnológica para nós, Governo, aproveitarmos e é isso que vou passar a explicar-lhe.

Há um problema existente em Portugal, mas que não é só português, que é o problema dos pequenos países em que a sua qualidade científica e tecnológica tem tendência a alinhar-se com as prioridades científicas e tecnológicas da comunidade internacional e não com a do país em causa. Isto não tem nada de especial no caso português...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — O Sr. Ministro anda muito distraído!

O Orador: — ..., isto tem a ver com o facto de uma comunidade científica e tecnológica de um país ser aquela que é mais desenvolvida, que tem mais contactos com a comunidade internacional, portanto tem uma lógica de tendência para se situar numa perspectiva mais internacional saindo do quadro do País.

É isso que nós estamos a constatar no acesso aos programas comunitários da ciência e tecnologia. Na realidade, as universidades portuguesas, os laboratórios portugueses estão a ter um crescente acesso a esses programas comunitários e isto mostra a alta qualidade, a capacidade científica e tecnológica dos nossos cientistas. Só que é isso que devemos incentivar, conhecer — e é motivo de orgulho —, não nos chega em Portugal, é preciso pôr também as empresas portuguesas no circuito. Foi este o meu diagnóstico e é esta a minha conclusão lógica desse inquérito que viu.

Depois há aqui outra coisa sobre a qual devemos reflectir: é que esses Programas Comunitários de Ciência e Tecnologia foram feitos numa óptica de ajudar as empresas europeias a competir com as americanas e as japonesas. Acontece que ainda há muitos casos, em Portugal, em que as empresas portuguesas não

estão em condições de fazer esse desafio com as americanas e as japonesas». Temos ideias para ainda competir, diminuindo-lhes o atraso em relação às europeias e o problema de muitas delas é pôr as mesmas condições de competir com as europeias se não com as americanas e as japonesas.

Daqui infere-se lógicamente que muitas destas empresas não estarão neste momento em condições de ter acesso aos Programas Comunitários de Ciência e Tecnologia. Isto é acto de realismo elementar; não é que não gostássemos que elas tivessem acesso.

Portanto, há que distinguir dois tipos de acções em termos de política tecnológica para as empresas portuguesas: aquelas que são específicas do caso português, da nossa realidade, e portanto, têm de ser incentivadas com apoios de fundos portugueses, que de programas específicos para Portugal, como é o PEDIP ou será o Programa Ciência, porque, de facto, nestes casos não há possibilidade, porque as empresas não estão em condições de ter acesso aos Programas Comunitários de Ciência e Tecnologia e outro tipo de acções em que as empresas portuguesas já estão em condições de ter acesso a esses programas e portanto não são precisas acções específicas portuguesas.

Dir-lhe-ei que há dois casos em que as empresas portuguesas estão em perfeitas condições de ter acesso a programas comunitários: são as empresas mineiras aos Programas de Materiais Primas e as empresas de pasta de papel, a tal pasta de que os senhores não gostam, e que estão em perfeitas condições de ter acesso, e já têm tido, aos programas comunitários.

Nos outros casos, o que é que fizemos? Quer através das infra-estruturas tecnológicas do PEDIP quer através do sistema de incentivos do PEDIP (no subsector tema «aquisições e desenvolvimento de tecnologias») financiamos as empresas para comprarem equipamento para laboratórios para poderem fazer algum trabalho de investigação e desenvolvimento nas suas próprias. No nosso país estamos a financiar-las para fazer investigações ao desenvolvimento.

Por outro lado, estamos também a incentivar a inserção nas empresas industriais, de núcleos de recursos humanos de pequenos núcleos de ID, através de um programa de investigadores para a indústria, semelhante ao Programa de Joyens Técnicos para a Indústria, que já foi lançado no âmbito do PEDIP. Aí, estamos a criar condições humanas também para que haja investigação nas próprias empresas.

Por outro lado, o próprio PEDIP tem e já começou uma das acções para o Programa BRITE (Basic Research in Industrial Technology for Europe), um programa para divulgar os programas comunitários de ciência e tecnologia e para ajudar as empresas portuguesas a candidatarem-se a esses programas comunitários. O Ministério da Indústria já começou essa acção com o BRITE, foi um protótipo que vamos fazer para os outros Programas Comunitários de Ciência e Tecnologia.

No quadro do Programa Ciência, eu e o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território responsável por esse programa, estamos também a trabalhar na articulação entre o PEDIP e o Programa Ciência por forma a que possamos complementar este conjunto de coisas que eu aqui descrevi. Portanto, Sr. Deputado António Filipe, quem fez o inquérito

fomos nós, analisámos logo com realismo, e estamos até a fazer medidas de política, de acordo com os resultados do inquérito. O Sr. Deputado Octávio Teixeira, pergunta qual a estratégia do Governo para que a economia portuguesa para o ano 1992. Se o Sr. Deputado tiver a bondade de ler este verão textos que hoje distribui, que se chama «Estratégias da Indústria Portuguesa no quadro do Mercado Único», verificará que há uma estratégia para preparar a indústria portuguesa para a integração harmoniosa no Mercado Único Europeu. O Sr. Deputado pode não concordar com ela ou não gostar dela, mas não pode dizer que não há uma estratégia.

Está lá de uma forma clara, em termos globais, devo dizer-lhe daquilo que já foi dito pelo meu colega, o ministro do Planeamento, esa Administração do Território, que se pode assentárem três problemas básicos, isto é, no problema dos recursos humanos, no problema do reforço da estrutura produtiva e no problema do reforço das infra-estruturas de tudo aquilo que tende a diminuir as desvantagens comparativas da economia portuguesa em relação às outras. São estas as básicas condições no quadro de uma economia de mercado. O que o senhor não terá do Governo é não pode ter, porque nós temos uma economia de mercado, é uma visão intervencionista e dirigista.

O Sr. Basílio Horta (CDS): Muito bem, Exactamente! Agora, o sr. Filipe, que é o seu interlocutor, responde ao Sr. Deputado Basílio Horta.

O Orador: — Não somos nós que vamos dizer aos industriais que invistam aqui ou invistam no quadro de uma economia de mercado. O Governo cria as condições, o quadro e os apoios são os empresários que têm de tomar decisões sobre onde devem investir porque são eles que criam o mercado, são eles que conhecem o mercado. É aí que os senhores não conseguem compreender, ou é este ou é o vosso modelo. Portanto, é uma questão de modelos, sejamos claros, sobre a matéria. E posso dizer que em termos de indústria, temos de ter aqui uma latitude de realismo e de bom senso. Em termos defensivos, isto é, daquilo que já temos em Portugal, podemos ter uma estratégia sectorial. E porquê? Porque conhecemos os sectores industriais que temos em Portugal e, portanto, podemos atacá-los na perspectiva da sua modernização. É o que estamos a fazer nos lanifícios e que podemos fazer nos têxteis. Em termos ofensivos de novas produções industriais em Portugal, sendo Portugal uma pequena economia aberta que se integra num espaço muito mais vasto, não há qualquer relevância de o Governo português só por si revelar as estratégias empresariais no quadro do Mercado Único Europeu, ir dizer que vamos ser campeões europeus de informática ou da electrónica. Não temos qualquer relevância de fazê-lo. Em termos ofensivos, a política industrial tem de ser mais horizontal fornecendo tal quadro de apoio e os instrumentos para apoiar que bons investimentos sejam feitos em Portugal. É esta, as traços largos, se quiser, a nossa estratégia, que tem muito a ver com a componente material do investimento, com o funcionamento imaterial das empresas e a que eu chamei, em termos industriais, os factores dinâmicos de competitividade.

Pela primeira vez, em Portugal, existem programas que são os programas de missões de produtividade, qualidade e *design* no PEDIP para apoiar todo esse aspecto do investimento imaterial desses factores qualitativos, que hoje em dia fazem a competitividade industrial.

Também no quadro do Programa Ciência, tudo isso é contemplado e a nossa preocupação é muito grande naqueles factores no quadro de uma economia de mercado, que dita, hoje em dia, as condições de competitividade, não são apenas factores mecânicos mas também de compras e de equipamento. É isto que posso dizer-lhe, a traços largos, sobre a nossa estratégia.

Devo dizer-lhe que o PEDIP é selectivo porque só pretende apoiar bons investimentos industriais. Quando fazemos a pontuação do investimento de zero a cem só passam os projectos a partir de um certo valor, que são aqueles projectos que assentam hoje em dia em algo de novo, em termos de tecnologia, em termos de qualidade, de *design*, de preocupações, de *marketing*, de estratégias comerciais. Os projectos que reposam apenas em mão-de-obra barata não são apoiados no quadro do PEDIP. Temos aqui uma estratégia clara de evolução tecnológica, de enriquecimento da mão-de-obra e não de aproveitar a mão-de-obra barata no quadro do PEDIP.

Quanto à questão que foi aqui colocada relativamente ao corte do crédito, tenho a dizer-lhe o seguinte: temos de perspectivar que, em 1987, as taxas de crescimento de investimento na economia portuguesa eram da ordem dos 17, 18%, quando, em 1988, foram da ordem dos 13 a 15%. Portanto, são extremamente elevadas e o que a política monetária tem de fazer neste momento é diminuir as taxas de crescimento do investimento e não travar o investimento, como os senhores parecem querer dizer. É preciso moderar o ritmo de crescimento do investimento...

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Ninguém disse isso, é o inverso!

O Orador: — ..., passar para patamares mais baixos, de crescimento do investimento da ordem dos 10 a 12% ao ano. É isto que está em causa, não são cortes drásticos ou brutais em termos de crédito.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Isso é o que se tem verificado, é o que o Governo tem feito!

O Orador: — Aquilo que disse a Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo sobre a Lei de Bases do Ambiente, estava, aqui o meu colega, ministro do Planeamento e da Administração do Território, a dizer-me que, de facto, está a ser feito. Estão a ser complementados todos os dispositivos legais sobre essa matéria.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Para cumprir a lei devia ter sido feito há ano e meio!

O Orador: — Dir-lhe-ia que nessa matéria já devia ter sido feito há 10 anos.

Posso chamar-lhe a atenção de que pela primeira vez, em Portugal, existe um sistema de incentivos ao investimento industrial que contempla o apoio à compra de equipamentos para o controlo ambiental e da poluição. Temos preocupações de ambiente no quadro do PEDIP.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — E o trabalho infantil?

O Orador: — O que a Sr.^a Deputada diz deixa-me perplexo, pois vem falar-me no trabalho infantil... Como sabe o trabalho infantil não entra nas estatísticas do emprego, visto que esses jovens não estão ainda em idade de trabalhar.

Protestos do PCP.

É que há aqui uma coisa que não percebo. A Sr.^a Deputada vem dizer uma coisa que é um erro vem dizer que o trabalho infantil contribui para diminuir as estatísticas do desemprego... Não contribui nada, visto que esse trabalho infantil, pela própria definição de trabalho infantil, não entra de facto, na população que é captada pelo mercado de trabalho. Isso não tem nada a ver com as estatísticas do desemprego ou do emprego; são coisas totalmente diferentes!

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Mas é um escândalo existir!

O Orador: — Sobre o texto do PEDIP é bom que clarifiquemos as questões. O PEDIP tem o objectivo de modernização industrial e de apoio às empresas do sector têxtil, não tem o objectivo de desenvolvimento regional. Esse existe no SIBR e existe nas operações integradas de desenvolvimento regional. Não podemos pedir ao PEDIP mais do que aquilo para que foi concebido e ele tem por objectivo a modernização das empresas que são passíveis de modernização para competir no Mercado Único Europeu. É esse o objectivo do PEDIP!

Quando numa dada zona há libertação de mão-de-obra da indústria que não possa ser por ela aborvida, isso tem de ser contemplado no quadro de uma operação integrada de desenvolvimento, cujo exemplo típico é a OID de Setúbal. Não é um PEDIP feito numa óptica de mobilização industrial que pode ser feito.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — O que é que fizemos à Soporcel?

O Orador: — Em relação à questão que o Sr. Deputado Herculano Frango...

Risos.

Peço desculpa por ter chamado Herculano Frango, Sr. Deputado. Porém, a verdade é que tem em termos futebolísticos os senhores sofreram um «frango», pois viraram chutar contra vocês próprios quando disseram que queriam aperfeiçoar-se para entrar no Mercado Único... Esse foi o meu *lapsus linguae*.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — *Lapsus quæ, Sr. Ministro?*

O Orador: — Em termos futebolísticos, os senhores cometem um frango...

O Sr. Narana Colissoró (CDS): — Não precisava de ter ouvido esta!

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Gosto de ministros bem dispostos!

O Orador: — Sr. Deputado Herculano Pombo, como eu estava a dizer, o Sr. Secretário de Estado da Energia e eu preparamos uma série de manifestações sobre o Dia da Energia.

Em relação a saber o que estamos a fazer em termos de energia, devo dizer que a nossa estratégia é clara: para já, a diversificação das fontes energéticas. Quando estamos a incentivar a implementação do carvão, quer nas centrais termoeléctricas quer na própria indústria, como tem sido, há um óbvio objectivo de diversificação das fontes energéticas.

Quando estamos a estudar a introdução do gás natural em Portugal, como está contemplado no PDR, é um óbvio objectivo de diversificação energética. Quando estamos a tentar que aparezam em Portugal produtores privados, principalmente no caso das hidrálicas, também estamos no bom caminho em termos de diversificação e de aproveitamento das nossas potencialidades em termos de recursos naturais.

O Sr. Luís Roque (PCP): — E se os espanhóis fecharem a torneira como é...?

O Orador: — Gostaria de dizer que o problema do Alqueva transcende o aspecto energético.

O Sr. Luís Roque (PCP): — São 25%, Sr. Ministro!

O Orador: — A parte da energia é apenas uma das componentes do Alqueva e é errado reduzir o problema do Alqueva a um problema de energia eléctrica.

No que respeita à importação da energia eléctrica de França, gostaria de esclarecer o Sr. Deputado, pois comete um erro crasso, talvez por não conhecer o assunto. Assim, se tiver a bondade de me ouvir, vou explicar: o que se passa é que em certas alturas é mais barato importar energia eléctrica de França do que produzi-la em Portugal nas centrais termoeléctricas. E porquê? Porque, no fundo, nas centrais termoeléctricas não produzimos energia eléctrica. Importamos o carvão ou o petróleo e transformamo-lo, nessas centrais, em energia eléctrica. Portanto, é errado dizer que...

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — É preciso ser ministro para perceber isso?

O Orador: — Sr. Deputado, ainda V. Ex.ª não pensava na política já eu trabalhava nestas matérias. Portanto, devo esclarecer que não aceito.

Protestos do PCP e do Deputado Independente João Corregedor da Fonseca.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — É um caso de insucesso escolar! Não bebeu leite escolar, foi no que deu!

O Orador: — O que é importante nestas matérias é, em cada momento, raciocinar para ver o que é mais económico para o País: se importar energia eléctrica do centro da Europa ou se produzir essa energia nas centrais termoeléctricas. É isto que devemos fazer.

O Sr. Luís Roque (PCP): — Enquanto os espanhóis estiverem abertos!

O Orador: — Aliás, isto não tem nada a ver com o facto de sermos explorados pelos franceses ou pelas redes europeias quando importamos energia. Antes, pelo contrário, é aproveitar boas oportunidades no mercado energético.

O Sr. Deputado foi extremamente infeliz quando se referiu à empresa Portucel. É que se há empresas no quadro desse tipo da pasta do papel que têm tido preocupações ambientais e um comportamento de diálogo com as populações tem sido a Portucel.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Essa não! Pode dizer-me que a Soporcet é a pior, mas assim não!

O Orador: — Gostaria ainda de dizer que aquilo que possa ser feito em termos do tal projecto de «branqueamento» só é feito se a Secretaria de Estado do Ambiente e, portanto, os órgãos governamentais responsáveis pelo ambiente autorizarem. Obviamente, se autorizarem é porque está de acordo com as regras existentes. Não é o ministro da Indústria e Energia que vai autorizar tal investimento mas, sim, os órgãos responsáveis pelo ambiente. Portanto, não tenho mais nada a esclarecer sobre esta matéria.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Brito.

O Sr. Rogério Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Decorridos que já estão três anos do processo de integração da nossa agricultura na CEE, continua por encetar uma política capaz de criar as condições necessárias para vencermos a ineficácia económica e a insuficiência produtiva do sector.

Pelo contrário, a política sectorial que vem sendo imposta conduz ao acentuar dos estrangulamentos económico-agrícolas e compromete todas e quaisquer probabilidades de êxito para enfrentar um mercado comunitário, cada vez mais competitivo, e uma política agrícola comunitária, cada vez mais agressiva nos seus objectivos e na sua estratégia.

A degradação continuada da rendibilidade do sector agrícola e a quebra acentuada dos já de si baixos rendimentos da maioria dos agricultores portugueses, têm expressão na estagnação da produção agro-alimentar e no agravamento acelerado do défice da balança comercial agro-alimentar, na deterioração dos termos de troca agrícolas e no cavar das assimetrias regionais. É uma situação tanto mais grave quanto é certo que facilita a penetração das tendências para uma especialização produtiva redutora, que elege o eucalipto como prato forte de uma concepção de política florestal e de vocação produtiva para o País mais que indigesta para a saúde da nossa economia agrícola e para o progresso económico e social das regiões menos desenvolvidas.

É uma situação que nos enfraquece no contexto das negociações com a Comunidade e perante a evolução da Política Agrícola Comum (PAC).

Tendo hoje por objectivo nuclear a redução da produção agrícola, a PAC vem assentando a sua acção na redução dos preços agrícolas ao produtor, na imposição de quotas de produção, na penalização dos excessivos, nos incentivos à extensificação e abandono de

produções agrícolas, na redução da superfície de uso agrícola e na afectação dos solos à florestação e aos «pousios».

Neste quadro, é inegável o antagonismo entre os objectivos da PAC e as necessidades económico-produtivas e sociais da agricultura portuguesa, antagonismo que se fará sentir em crescendo, sobretudo a partir de 1991, com o final da primeira etapa do período de transição e com o impacto da realização do Mercado Único.

A superação dos fortes estrangulamentos económicos e sociais resultantes da ineficácia económica e da insuficiência produtiva da agricultura portuguesa impunham, pois, e desde logo, a plena e melhor utilização do período de transição para mobilizar e gerir com êxito os recursos financeiros, comunitários e nacionais necessários à rápida modernização do sector; para aproveitar toda a margem de manobra de que dispomos em matéria de derrogação temporária das disciplinas de produção da PAC; para desenvolvemos e consolidarmos uma estratégia económico-produtiva capaz de proporcionar competitividade, de reduzir o nosso défice agro-alimentar, de desenvolver e proteger os nossos recursos, de expandir e diversificar as nossas produções agrícolas, pecuárias e florestais, de criar mais valor acrescentado e de gerar expectativas de êxito para as nossas exportações; para negociar, obter, reforçar e ajustar a diversidade de programas e medidas sócio-estruturais que estão e as que poderão vir a estar à nossa disposição, à diversidade da estrutura económico-agrícola, social e regional da nossa agricultura e às necessidades da sua transformação e valorização; para controlarmos e adaptarmos o ritmo de adopção e o impacto das políticas de preços e de mercado agrícolas, não deixando degradar ainda mais o nível de rendimentos dos nossos agricultores e evitando que os preços agrícolas se constituam como factor acrescido de estrangulamento da produção.

Infelizmente — e os factos atestam a afirmação —, a política e a acção governativa estão longe de corresponder àquelas exigências, seja por insuficiência da quantidade e da qualidade das respostas seja pelo próprio antagonismo da sua política.

Os critérios avulsos de investimento, desinseridos de qualquer estratégia nacional e sectorial, sem qualquer artivulação entre os sub-setores e regiões, aliam-se à progressiva abdicação por parte do Estado de intervir como elemento orientador e fomentador de medidas e acções estruturais necessárias para o pleno aproveitamento e racional utilização dos recursos, a supressão das enormes carências infra-estruturais e organizacionais da produção e das economias, sobretudo das regiões e zonas mais atrasadas, à partida sem capacidade de transformação e desenvolvimento auto-sustentado.

Não são, pois, de estranhar as dificuldades, os desequilíbrios e a falta de rationalidade patentes na elaboração, na avaliação e na ponderação da relação custos/benefícios, na integração e na execução dos programas sócio-estruturais específicos e de âmbito regional.

É evidente, na selectividade da política governativa, a subestimação e o desperdício do potencial económico-produtivo das pequenas e médias explorações agrícolas, das UCP/Cooperativas, o que condena, desde logo, toda e qualquer estratégia de desenvolvimento e progresso da nossa agricultura.

Secundarizando e penalizando o agricultor autónomo e a exploração agrícola familiar, subvalorizando o peso económico e social na sociedade e no mercado da agricultura a tempo parcial, o Governo nega os devidos apoios técnico-económicos a mais de 80% das explorações economicamente viáveis ou potencialmente viáveis, que detêm cerca de 40% da superfície agrícola útil, cerca de 70% da área regada, mais de 60% dos efectivos pecuários e para cima de 60% do valor acrescentado bruto gerado pelo sector no continente, e que deveria, por isso mesmo, receber todos os apoios para se modernizar e melhorar a sua eficiência económico-produtiva, não podendo o Governo ignorar que as transformações estruturais da malha produtiva só se realizam e farão sentir-se a longo prazo.

Ainda no que respeita aos apoios às explorações agrícolas — pasme-se! —, o MAPA divulga, com o desprudor dos inconscientes do significado dos seus actos, que 5 948 produtores de ovinos e caprinos não receberão 1,14 milhões de contos de prémios atribuídos pela Política Agrícola Comunitária e a que tinham direito por não terem (veja-se bem!) preenchido devidamente os papéis.

Os produtores de azeite ainda não receberam os prémios a que têm direito, relativos às campanhas de 1987 e 1988, por negligência ou por incapacidade dos serviços oficiais, correspondendo estes prémios a mais de 50 mil escudos por tonelada de azeitona.

Em relação aos prejuízos provocados pelas intempéries do ano passado, para lá das evidentes insuficiências da linha de crédito, o Governo transformou 3,76 milhões de contos aprovados pela CEE para minorar aqueles prejuízos, em complemento das indemnizações compensatórias, sem ter em conta a diversidade das situações e sem ter em conta que são muitos os que, vítimas das intempéries e mais necessitados, não recebem as referidas indemnizações.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Quando precisávamos de acautelar e fomentar a nossa produção agro-pecuária e conter a níveis aceitáveis os rendimentos dos nossos agricultores, o Governo abre mão de barreiras aduaneiras, libertando a contigentação de exportações, reduzindo ou eliminando direitos ou estabelecendo preços de entrada extremamente baixos.

Dos efeitos negativos sobre a produção e dos não benefícios para os consumidores dão eco os produtores de bovinos, de suínos, de maçãs, de vinho, etc.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É inquestionável a importância das políticas de rendimentos e preços no processo de desenvolvimento de qualquer agricultura e particularmente das que registam baixa eficiência económica e insuficiência produtiva.

Neste contexto, a descida dos preços agrícolas comuns, alterando os pressupostos iniciais que orientaram as negociações da adesão, vieram agravar as dificuldades de aproximação (entenda-se por adopção) aos preços agrícolas comuns, atingindo ainda mais fortemente o rendimento dos nossos agricultores e tornando mais selectivas as condições de viabilidade económica das produções, particularmente das estratégicas, pelo seu enorme peso económico nas nossas importações.

Incrivelmente e sem quaisquer razões de rationalidade técnico-económica, os nossos agricultores são confrontados com dificuldades acrescidas, e de impacto

imediato, em consequência do ritmo de aproximação dos preços impostos pelo Governo, muito superior ao exigido pelo Tratado de Adesão e totalmente inadequado, mesmo em relação às melhores expectativas de crescimento dos rendimentos físicos.

Tomando por base a evolução dos preços à produção (em termos reais) de 1985/86 a 1988/89, verifica-se que em relação aos produtos vegetais os preços em Portugal diminuiram de 6% contra, apena, 3% na CEE. Em relação aos produtos animais, a redução dos preços em Portugal situa-se acima dos 6% contra, apenas, 1% na CEE. E não estamos ainda a considerar os preços para 1989/90.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Como se isto não bastasse, os preços de compra dos meios de produção na CEE diminuíram neste período 5,8% em 1986, 4,8% em 1987, 1,1% em 1988, enquanto que os preços de compra dos meios de produção em Portugal subiram, permanentemente, a ritmos superiores aos da inflação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Entre 1983 e 1987 a evolução dos rendimentos agrícolas em termos reais na CEE registou uma redução à taxa média anual de 1%. No entanto, em Portugal os rendimentos agrícolas diminuíram a uma taxa média anual superior a 5% no mesmo período. Esta evolução expressa uma degradação bem mais acelerada da rentabilidade do sector agrícola em Portugal, onde o efeito relativamente positivo da evolução da população activa agrícola é totalmente neutralizada pela evolução negativa e conjugada dos preços e volumes da produção e dos custos e encargos agrícolas. Esta evolução é tanto mais grave quanto é certo que à data da adesão o nosso rendimento agrícola correspondia já e apenas a um terço do rendimento comunitário.

A situação dos agricultores portugueses apresenta-se em todo este quadro substancialmente agravada em relação à situação «média» dos agricultores da Comunidade Económica Europeia, sujeitos que estão a uma política de preços mais restritiva e a custos de produção relativamente mais elevados, com rendimentos físicos e económicos bastante inferiores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo está desaproveitando o período de transição, em que podiam prevalecer os interesses e as regras nacionais, para desenvolver uma estratégia que fosse capaz de vencer os estrangulamentos internos, criar e reforçar os mecanismos de defesa que possibilissem tornar ou contrabalançar os condicionamentos da Política Agrícola Comum.

Por outro lado, é o próprio Governo que está a agravar a selectividade e os condicionamentos da política comunitária.

Aplausos do PCP:

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — O PSD está de acordo com o que dissemos. Não tem perguntas a fazer!...

O Sr. Nuno Delerue (PSD): — Nem vale a pena! As perguntas já foram feitas há dois anos!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem à palavra o Sr. Deputado Torres Couto.

O Sr. Torres Couto (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando hoje, em Portugal, se pensa na Europa do Mercado Único, a partir de 1993, tem, obrigatoriamente, de se pensar na juventude, porque é nos jovens que reside o mais importante potencial estratégico para que Portugal possa enfrentar, com sucesso, esse desafio, porque são os jovens que serão chamados a viver e a protagonizar os novos projectos profissionais e de vida, de todo desejamos que sejam mais estimulantes, mais satisfaatórios, mais dignificantes, mais factores de felicidade.

A capacidade de resposta da juventude portuguesa vai ser o facto mais decisivo e, portanto, Portugal tem de investir prioritariamente na preparação dos jovens na educação, na formação, na investigação, na extensão universitária.

Porém, esta prioridade, sempre presentes nos discursos dos responsáveis, não tem tido a necessária concretização na prática. Por isso os jovens portugueses vivem uma época de angústias e incertezas.

Hoje a maioria esmagadora dos jovens apenas são oferecidos empregos precários, com normas salariais muitas vezes degradadas, pouco exigentes em qualificação, nada estimulantes da sua capacidade criativa e do seu espírito de iniciativa. Antes da entrada no mundo do trabalho, os jovens passam por uma escola de baixa qualidade pedagógica, pouco ligada à vida, onde as taxas de insucesso escolar crescem; por uma escola que tem nas elevadas taxas de abandono precoce o índice mais flagrante e preocupante da sua patente incapacidade de responder aos desafios do futuro.

Perante um grande desafio que se perfila no horizonte de um povo, são sempre identificáveis oportunidades e riscos. Não há nada que valha a pena conquistar que não envolva riscos e que não implique trabalho e determinação, só porque que as oportunidades poderão fugir-nos e os riscos penalizar-nos se não nos preparamos e, em particular, se não preparamos os jovens.

A capacidade de resposta nacional ao grande desafio europeu da última década deste século tem de ser gerada internamente. Não serão os outros europeus que nos salvarão se falharmos. E só não falharemos se criarmos condições para o sucesso dos jovens portugueses no novo Portugal europeu e na Europa com Portugal.

E criar condições para o sucesso dos jovens portugueses significa assegurar aos jovens portugueses igualdade de oportunidades em Portugal e na Europa. Igualdade de oportunidades traduzida numa efectiva liberdade de escolha do local em que pretendem trabalhar e viver, situe-se esse local em Portugal — no interior, nas ilhas ou no litoral — ou em qualquer dos outros países membros da CEE. Significa liberdade de optarem por continuar em Portugal ou por escolher outro país para fazerem a sua vida. Mas significa também que os jovens portugueses não mais se verão obrigados a emigrar a «salto» para fora do País.

Para tudo isto a liberdade de circulação dos trabalhadores é importante e deverá mesmo ser antecipada, mas não chega. É indispensável que em Portugal se criem mais e melhores empregos. Empregos mais exigentes em qualificação e responsabilização, mas, também, mais

satisfatórios para propiciarem acesso a melhores condições de trabalho e a um melhor nível e qualidade de vida.

Na Europa pós-1992 continuarão a existir vários mercados de trabalho que deverão tender a harmonizar-se progressivamente, mas em que o acesso a todos eles deverá ser assegurado, desde o início, a todos os trabalhadores europeus e a todos os trabalhadores portugueses, em particular.

Para a realização destes objectivos tornam-se indispensáveis políticas económicas e sociais enérgicas visando o pleno emprego; a antecipação, para 1 de Janeiro de 1991, da liberdade de circulação de trabalhadores portugueses; a aprovação urgente da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais; mais meios financeiros para educação e a formação profissional, e maior autonomia para Portugal utilizá-los internamente; a melhoria dos sistemas de protecção social; a melhoria do ambiente e das condições de trabalho; a democratização da empresa; aprofundamento do diálogo social.

Para que aos jovens portugueses seja assegurada a igualdade de oportunidades é indispensável pôr em prática políticas educativas e de formação profissional que lhes permitam compreender e dominar as novas tecnologias, adaptarem-se às mudanças organizacionais, concretizarem, ao longo de toda a vida, vários momentos de estudo e formação que lhes permitam adquirir e actualizar as competências de que, inevitavelmente, necessitarão para responder com sucesso às exigências mutantes do mercado de trabalho.

Mas é também necessário que as políticas de investigação, de educação e de formação sejam programadas de forma a articularem-se correctamente com a gestão previsional do mercado de trabalho, no plano sectorial ou regional, mas também no plano nacional e comunitário.

É ainda indispensável assegurar o reconhecimento da equivalência e dos títulos de certificação dos nossos sistemas educativo e de formação profissional, sob pena de os jovens portugueses se verem preteridos ou serem marginalizados para empregos com normas salariais e condições de trabalho degradadas.

Há uma outra vertente que não pode ser esquecida quando se pensa nos desafios da Europa pós-1992 e no papel que nela estará reservado para os jovens portugueses. Refiro-me à problemática da modernização da nossa economia.

Portugal não pode nem deve pensar a sua modernização e o seu desenvolvimento fora do quadro da actual fase de profundas mudanças, que não se limitam à esfera tecnológica, mas atingem, de forma complexa, múltiplos vectores à escala internacional e à escala nacional. Vivemos, hoje, um processo em que as transformações e as inerentes incertezas atingem um ritmo sem precedentes; uma fase de transição (que ainda se vai prolongar) entre um modelo de crescimento que se esgota e um modelo que arranca. Vivemos uma autêntica mudança civilizacional em que coexistem formas decadentes, típicas da «velha economia», com cada vez mais numerosas e significativas experiências empresariais, que esboçam uma «nova economia».

Para os países terem graus de liberdade significativos, maximizando a sua autonomia num contexto de crescente e desejável internacionalização e independência, é fundamental a aposta nessa transição, o apoio às formas emergentes dessa mesma «nova economia».

Temos de dar o primado ao saber, ao conhecimento, à informação; temos de compreender a importância crescente do «imaterial» (no investimento, na produção, nas vendas); temos de pôr a qualidade no posto de comando; temos de pensar na produção e na venda em termos de serviços de sistemas complexos; temos de apostar no desenvolvimento das redes e da cooperação; temos de considerar como estratégia a utilização de recursos humanos em qualidade e quantidade, em suma, avançar conscientemente para o futuro que corresponde, na nossa perspectiva, a uma necessidade evidente de desenvolvimento.

Portugal precisa de uma estratégia voluntarista, com a convergência de esforços de todos os agentes económicos (privados e públicos) e dos parceiros sociais para uma importante transformação do padrão de especialização, o que pressupõe uma óptica dinâmica na análise das vantagens comparativas do nosso País.

Para a criação de novas vantagens comparativas é necessário pôr o acento tónico na educação e na formação dos recursos humanos. Há que adaptar às novas tecnologias de informação os sistemas de organização social que processam informação; há que criar um sistema de ensino e investigação inserido internacionalmente e articulado com a economia portuguesa; «há que gerar recursos humanos altamente qualificados e capazes de se inserirem num quadro institucional e empresarial que potencie a criatividade», como se diz numa proposta de contrato social em tempos apresentada para a modernização da economia portuguesa.

O sucesso no campo económico não implica apenas capacidade de inovação tecnológica, implica também inovação social. A questão de democratização da empresa e da participação dos trabalhadores não deve nem pode ser vista como algo interessa apenas a estes, mas terá de ser encarada como do interesse global da empresa, na medida em que contribuirá de forma determinante para a redução dos custos, para a optimização dos resultados e para a vitalização da empresa, acrescendo a sua capacidade de adaptação e de resposta à mudança. Aliás, como em outras áreas que explicitam maior contratualização, mais ampla participação na vida das empresas, falar no primado dos recursos humanos não pode ser um mero reflexo de uma moda ou a exemplificação de uma evidência. Trata-se, sim, de, dessa forma, influenciar toda a vida de um país desde os níveis macro à vida empresarial. Trata-se de uma filosofia e não de um *slogan*, de uma alternativa estratégica e não de um mero expediente táctico.

Sei que não se podem ignorar os impasses e as dificuldades por que se passa, neste momento, o diálogo social em Portugal. Tenho perfeita consciência de que posso ser mal entendido, mas tenho também uma consciência muito viva da imperativa necessidade de dialogar, negociar e concertar.

Mesmo quando a conjuntura é difícil, mesmo quando alguns interlocutores parecem não querer ou não saber dialogar, é indispensável dizer que será suicida caminharmos para 1993 sem nos entendermos internamente.

O Mercado Interno Europeu representa uma boa oportunidade, mas envolve igualmente enormes riscos. A grande questão vai ser a de se saber se as nossas instituições estão ou não à altura dos desafios que teremos de enfrentar. Falo em instituições porque vão colocar-nos questões decisivas de poder político, económico,

social, cultural, bem como questões de capacidade de iniciativa e de pilotagem de processos de mutação complexos, delicados e acelerados.

Não se pode esquecer que uma parte significativa das decisões políticas em áreas decisivas vão ser transferidas para Bruxelas, que os *media* comunitários nos vão invadir, que as empresas portuguesas não só vão supor tar uma concorrência acrescida como poderão ser colocadas em situação de dependência confrangedora de grandes grupos estrangeiros que controlam os mercados, a inovação tecnológica e os movimentos de capitais.

Face a tudo isto, precisamos de escolas, universidades e centros de investigação que sejam autênticos centros de excelência; precisamos de uma administração modernizada, descentralizada e ágil; precisamos de empresas inovadoras e ágeis e precisamos, sem complexos, de grupos empresariais nacionais fortes, com vocação para a sua internacionalização; precisamos de sindicatos; associações empresariais e em geral de associações de produtores fortes, com sentido estratégico e com verdadeira capacidade de intervenção.

Tudo isto só se conseguirá se houver diálogo, negociação e concertação que estimulem e propiciem o empenhamento colectivo e a convergência de vontades e de esforços. Se não agirmos assim estaremos a condicionar à mediocridade Portugal e os portugueses. Estou optimista porque sei que Portugal e os portugueses e, em especial, os jovens saberão recusar, de uma forma determinada, essa mediocridade.

Em Portugal os salários são baixos e os horários não são pequenos, as condições de vida e de trabalho, todos nós sabemos que para muitos portugueses são más. A segurança social, infelizmente para todos, continua a ser insuficiente.

Dizemos «não» à Europa construída à imagem do que se passa em Portugal. Não permitiremos que a situação portuguesa, de que muitas vezes o Governo se gaba, seja invocada para travar o progresso social no resto da Europa e para reduzir os salários ou os direitos dos franceses, dos alemaes ou dos holandeses.

Queremos conquistar a solidariedade activa dos trabalhadores e dos povos mais desenvolvidos da Europa para construir a Europa social aqui, em Portugal.

Dizemos «não» à Europa dos especuladores e das desigualdades.

Dizemos «sim» à Europa social, à Europa das mulheres e dos homens, à Europa das liberdades e da igualdade de oportunidades.

Dizemos «sim» à Europa como um espaço de verdadeira coesão económica e social.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Deputado Torres Couto, V. Ex.ª acabou de fazer um discurso magnífico sobre a preparação da juventude para o Mercado Comum. Não é um problema indígena ou aborigene; é um problema comum a todo os países da Europa que, neste momento, estão a lutar pela preparação da sua juventude para a Europa. Há pouco tempo, foi editado um livrinho da responsabilidade da OIT, intitulado *La Jeunesse*, onde podemos verificar que todos os países com a liderança de França estão

extremamente preocupados em preparar a sua mocidade para a integração no Mercado Comum e para o grande impacto que se espera, e procuram saber como é que os jovens trabalhadores, universitários e aqueles que concluem a escola média receberão o Acto Único Europeu.

O problema que hoje se coloca em Portugal é diferente.

Com efeito, há cerca de uns quatro ou cinco dias, contactei com alguns patrões que me disseram que, neste momento, não há qualquer dificuldade, em Portugal, para um jovem profissional apetrechado, saído do ensino de doze anos ou do ensino universitário entrar no mercado de trabalho. Isto é, há hoje em Portugal uma oferta superior à procura por parte dos jovens.

Por outro lado, verifica-se que há uma camada de jovens que não quer entrar para estes empregos, porque com o que ganham através do Fundo Social Europeu e com o regime que têm no referido Fundo sentem-se muito mais satisfeitos do que a obedecer a horários a regras empresariais, a determinados sistemas de trabalho, a determinadas regras do mercado de trabalho e da própria indústria, que hoje se exige que os jovens cumpram, mas que estes não são habituados, nem preparados, nem querem cumprir.

Por outro lado, V. Ex.ª não referiu um problema inquietante, que se faz sentir em Portugal e que se deve ao facto de a nossa Universidade estar completamente desligada do meio empresarial, isto é, hoje, a nossa Universidade prepara teoricamente os estudantes para as empresas, mas estas não se mostram capazes de influenciar a Universidade através de uma interligação e entre a universidade e a vida, entre a Universidade e a empresa no sentido de preparar a juventude para o grande desafio de 1992.

Em meu entender, o problema não é apenas do Governo mas é também das universidades, dos nossos sindicatos, dos nossos empresários; pelo que, a rematar a sua intervenção, V. Ex.ª, em vez de dizer que tudo está preparado e que não existem as oportunidades, deveria ter feito apelo mais à sociedade civil do que propriamente ao Governo para que esta preparação se faça muito rapidamente.

A minha intervenção não tem por objectivo ajudar o Governo, nem pretendo, com ela, dizer que o Governo está a fazer bem, pois o Governo está a fazer mal, o Governo não faz nada.

Risos do PSD.

E o Sr. Ministro da Juventude, presente nesta Câmara, sabe que o Governo não faz nada! O Sr. Ministro da Juventude pensa mais nos secretários de Estado que há-de ter daqui a dois anos e na maneira de poder vir a ser super-ministro do que em fazer uma política de juventude.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Basta ver hoje, que é o debate sobre a Europa, onde é que está a juventude de todos os partidos..., não está, cá a Juventude Socialista, nem a Juventude Social-Democrata e foi preciso V. Ex.ª fazer o discurso da juventude.

O Sr. Nuno Delerue (PSD): — Está ali o Sr. Deputado José Apolinário, da JS. É o único!

O Orador: — Está ali, mas está apenas a ouvir! Basta vermos isto para verificarmos que a juventude está desmotivada para o mercado de trabalho.

Por esta razão, considero que o discurso de V. Ex.^a é estimulante, mas está incompleto, não nos mostra a outra face da moeda que nos compete a nós assegurar. Não podemos, de forma alguma, subtrair ao debate parlamentar esta face que nos diz respeito a nós. Isto é, nós, representantes da sociedade civil, até agora também não temos feito o suficiente para a nossa juventude se preparar para o Acto Único. Temos de dar a mão à palmatória, porque não é só criticando o Governo que se faz o Parlamento, também os parlamentares têm o dever de bater em si próprios para estimular os nossos representados.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Torres Couto.

O Sr. Torres Couto (PS): — Sr. Deputado Narana Coissoró, o tempo é um constrangimento a um debate mais vivo nos termos em que V. Ex.^a aqui colocou a questão crucial da sua intervenção.

Assim, Sr. Deputado, de uma forma muito breve, gostaria de dizer que não quis apontar com grandes saídas na minha intervenção, porque entendo que esta questão, por ser uma questão nacional, é se tal maneira complexa que exige, de facto, um debate nacional que co-responsabilize as partes e a sociedade civil devidamente organizada. Penso que esse debate tem de ser estimulado e que o Governo tem em tudo isto um peso bastante grande. Não deve assumir uma função protecionista, mas deve funcionar como um elemento estimulante para este debate, o que não tem acontecido. Um exemplo disto está na afirmação do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território, em relação ao PDR, que é, de facto, o exemplo acabado de que em grandes desafios como este a sociedade civil não só não é estimulada como é maltratada.

Com efeito, não podemos aceitar que questões desta dimensão e desta complexidade se possam confiná-las a meras intervenções, a meras explicações dos membros do Governo sem que os mesmos participem em processos amplos de debate, de diálogo, de negociação, de concertação, porque entendo que o governo forte não é aquele que impõe mas aquele que sabe e quer negociar e que alarga cada vez mais os campos e os caminhos do diálogo e da negociação.

Por conseguinte, em meu entender, a via de superação de tudo isto, em Portugal, é a via do reforço da contratualização.

Penso que, em Portugal, temos um grande défice de debate democrático e para não perdermos este desafio é fundamental que esta matéria seja discutida não na perspectiva das eleições que estão à porta, não numa perspectiva de voltar a ter uma maioria em 1992, mas na de análise de questões nacionais que transcendem as questões de carácter eleitoralista e que devem ser discutidas com espírito aberto e grande sentido de responsabilidade.

É óbvio que, neste momento, há um divórcio grave entre a universidade e a vida; é óbvio que é necessário apostar muito a sério nas questões do sistema de ensino. Precisamos de um novo sistema de ensino, pois

com o actual vamos perder o desafio da modernização da economia portuguesa. Isto é, se o não perdemos em termos substantivos, vamos ter uma modernização que nos vai ser imposta de fora para dentro. Não vamos ser agentes activos, nem protagonistas, mas vamos ver os espanhóis, os franceses, os alemães a dizerem aos portugueses que modernização é que eles querem para Portugal, para aproveitarem as vantagens comparativas e, geralmente, todas elas são contrárias à defesa do interesse colectivo nacional.

Deste modo, a questão da educação e do sistema de ensino é uma questão fundamental. Mas, em primeiro lugar, é preciso ganhar os portugueses, porque não se ganha o desafio de 1992 se não ganharmos os portugueses para esse desafio. Não se ganha o desafio de 1992, se a sociedade portuguesa não participar num debate nacional sobre a questão do sistema de ensino. Não se ganha o desafio de 1992, se os jovens não acreditarem no que se está a fazer. Não se ganha o desafio de 1992, se, neste momento, os professores estiverem revoltados como estão com as medidas que estão a ser aplicadas e que, efectivamente, constrangem o exercício da sua actividade docente, porque até, inclusivamente, são medidas que atentam contra a sua dignidade e contra a sua valorização profissional.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — É um debate aberto, vivo, que nos envolva a todas, de uma forma descomplexada e descomprometida, que devemos levar a cabo e o Governo tem essa obrigação e essa responsabilidade, não deve perder esta oportunidade, porque na sociedade portuguesa e na sociedade civil há confederações sindicais, há confederações patronais — sou eu que o digo aqui — há confederações patronais, que querem participar, discutir, dialogar — e o Governo não permite que tal aconteça em termos constantes e em termos substantivos — num debate que seja um debate sistematizado e profundo.

Aplausos do PS.

O Sr. Nuno Delerue (PSD): — Está um autêntico deputado europeu!!

Risos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lilaia.

O Sr. Carlos Lilaia (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo tem tido face ao Mercado Único, quer uma atitude irresponsável, quer um comportamento antidemocrático. Conforme as conveniências assim faz do Mercado Único um mito, uma solução mágica para os nossos problemas, ou o transforma no «papão» justificativo da sua política anti-popular e das suas actuações injustificáveis.

Mas não faz a única coisa que o interesse nacional lhe exigia que tivesse feito: lançar um vasto programa de identificação das consequências, positivas ou negativas, para a sociedade e economia portuguesa da criação do grande mercado europeu.

Em 1993, ou o mais tardar do final do período de transição, Portugal irá integrar-se num espaço económico, onde representará uma ínfima parcela, com um

nível de riqueza médio duplo do seu, mas com alguns trunfos que lhe permitirão com as políticas adequadas aproximar-se significativamente dos seus parceiros europeus.

Infelizmente, o Governo não tem percebido uma coisa elementar: que governar é tomar antecipadamente as medidas que atenuem os efeitos negativos e potenciem as consequências positivas dos processos em curso. Ou o Governo considera que o Mercado Único é insignificante e tem-nos andado a enganar ou entende a importância de 1993 e tem sido irresponsável ou não se preocupa com as consequências? Há outra alternativa: a fé cega na infalibilidade do Sr. Primeiro-Ministro.

O Governo não tem prestado suficiente atenção ao potencial negativo do Mercado Único para a sociedade portuguesa.

Pessoas responsáveis têm vindo a alertar nos últimos tempos para a possibilidade de na agricultura virrem a ser libertados centenas de milhares de activos agrícolas. Sabe-se que os preços agrícolas portugueses terão na generalidade que descer para se aproximarem dos preços comuns e que os diversos subsídios irão desaparecer. Um estudo já antigo, mas ainda actual, do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura, datado de 1983, previa que, em resultado da plena integração agrícola, o rendimento dos agricultores poderia reduzir-se em perto de 8%.

Na indústria fala-se na possível destruição do sector agro-alimentar em resultado da competitividade dos produtos espanhóis, nas ameaças aos têxteis no desaparecimento da metalomecânica pesada.

Na construção civil as empresas portuguesas poderão ser ameaçadas no seu próprio mercado e nos serviços há um risco de o terciário superior ser a escala ibérica «polarizado por Madrid».

Os segmentos mais rentáveis da economia portuguesa serão cada vez mais dominados por capitais estrangeiros ao que o Governo está a dar uma boa ajuda com a política de reprivatizações.

Será talvez um cenário catastrófico. Mas poderá o Governo comprometer-se com a não verificação de nenhuma destes efeitos? E, mesmo que o faça, todos sabemos o que valem as previsões governamentais. Que medidas já tomou ou pensa tomar para impedir que se venha a verificar?

Mas igualmente grave é nada se fazer para aproveitar as potencialidades do Mercado Interno. Apesar de tudo, Portugal dispõe de bons trunfos para enfrentar o desafio. Refiram-se apenas: o Japão, os Estados Unidos, os países da EFTA e outras não querer instalar-se na Europa e Portugal pode jogar aí com os seus mais baixos custos salariais na primeira fase da implementação do Mercado Interno.

As condições climáticas poderão ser aproveitadas para desenvolver em boas condições produções agrícolas em que a Europa é deficitária. Os nossos portos e aeroportos podem constituir boas portas de entrada de bens e de pessoas na Europa. Mas, para aproveitar esses e outros trunfos, não basta dizer que vamos ganhar 1992, não chega referir que a indústria tem de procurar nichos de mercado, que o tecido produtivo deve ser modernizado. É antes de mais necessário encontrar a capacidade organizadora e a capacidade de diálogo para equacionar opções e depois prosseguir-las de forma coerente.

Todos sabemos que o tecido empresarial português não tem por si só capacidade de reconversão; sobretudo, por falta de perspectivas, porque não existe uma aposta nacional, porque os riscos apresentam-se como muito concretos, mas as potencialidades são, apenas hipóteses que ninguém sabe bem o que significam. A grande questão que não pode ser iludida é que o sistema económico, os seus agentes, os empresários, os líderes de opinião económica, os trabalhadores perderam decididamente a confiança neste Governo. Tudo o enquadramento orçamental e das grandes opções do plano, discutidos nesta Assembleia, há pouco mais de cinco meses, está posto em causa. Erros e falhas de previsão, de uma amplitude inimaginável, colocam a política económica deste Governo numa situação ridícula.

Onde está esse Primeiro-Ministro que nunca se engana? Que segurança podem ter os nossos empresários e os nossos trabalhadores, com um Governo que invariavelmente falha nas suas previsões? E, Srs. Deputados, sem qualquer excusa aceitável, aliás, nem sequer esboçada.

Há cinco meses, defendeu aqui o Sr. Ministro das Finanças que o saldo da Balança de transacções correntes seria, em 1988, positivo e da ordem dos 100 milhões de dólares. Sabe-se que o seu verdadeiro valor rondará os 1000 milhões de dólares, mas negativo. Admitia-se também, no quadro das opções que aqui discutimos, para 1992 um défice previsível de 1800 milhões de dólares.

Já o vamos atingir este ano, Srs. Deputados da maioria. A responsabilidade é vossa, são VV. Ex. as que viabilizam a incompetência e transformam os erros de previsão em notáveis performances do Professor Cavaco Silva.

É o próprio Sr. Ministro Cadilhe que admite já um défice de 1500 milhões de dólares, enquanto qualificados analistas apontam para 2000 dólares, no final deste ano. E tudo isto passou-se há cinco meses, momento em que esta matéria foi discutida pela Câmara.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Isto tem a ver com a forma como vamos atingir 1992, em que estado vamos lá chegar. Já nem é preciso falar da taxa de inflação. É este o Governo que nós está a conduzir para lá chegar. Já nem é preciso falar da taxa de inflação. É este o Governo que nós está a conduzir para 1992. Um Governo que, sistematicamente, se engana, ou que, sistematicamente, mente à esta Câmara e ao país.

O Sr. Primeiro-Ministro havia prometido aos portugueses que não mais teríamos políticas do tipo *stop and go*.

O *go*, já lá vai e o *stop* já está aí, porque, se dúvidas existissem, ali estavam as últimas medidas contracionistas e o imposto inflação a fazerem, mais uma vez, os portugueses apertarem o cinto.

Mas o que importa e causa grande preocupação é que é este Governo que nos vai levar até ao Mercado Único de 1992.

Outro aspecto, que conviria discutir, Srs. Deputados, é que o Governo do Professor Cavaco Silva, subestimou, completamente, as grandes capacidades dos empresários industriais portugueses.

Saberá esta Câmara que os projectos que estão a ser apresentados, em termos do SIBR, ultrapassam

largamente as possibilidades de financiamento devidamente orçamentadas no Orçamento de Estado de 1989?

Mais, estão a ser recusados projectos considerados elegíveis por dificuldade de recurso ao nível do Orçamento do Estado.

Onde está a eficiência deste Governo? Sobre a candidatura ao SIBR de Dezembro já passaram cinco meses. À medida que vamos avançando no tempo os prazos de decisão do Governo sobre projectos de candidatura aumentam ao contrário do que seria de prever. Assim vai a preparação do Mercado Único.

Era obrigação do Governo ter, neste momento, ideias claras sobre as implicações do Mercado Único e sobre as oportunidades que o mesmo abre à economia portuguesa, ou, pelo menos, ter em curso os estudos adequados. Não o fez e nisso revelou-se irresponsável.

Que esta Assembleia não possa ser acusada do mesmo.

O PRD apresentou, oportunamente, o projecto de resolução n.º 22/V para que o Governo, nos termos legais aplicáveis, informasse a Assembleia da República, através da Comissão de Assuntos Europeus, do andamento e perspectivas de evolução do processo de formação do Mercado Único Europeu.

O referido projecto de resolução acabou por não ser agendado.

Por isso, e dada a extrema acuidade da situação vigente, vamos apresentar na Mesa um novo projecto de resolução para que a Assembleia da República possa tomar a responsabilidade de desencadear os trabalhos conducentes a identificar o impacto do Mercado Único Europeu e as medidas adequadas para ganhar o desafio de 1992.

Srs. Deputados, não podemos demitir-nos das nossas responsabilidades. Temos que redobrar esforços, energias e capacidade para nos substituirmos à indiferença e incúria do Governo em matéria de Mercado Único Europeu.

Passaria agora, nos termos do projecto de resolução que o meu grupo parlamentar vai apresentar na Mesa, a enunciar os principais pontos deste projecto.

Primeiro, é criada, no seio da Comissão de Assuntos Europeus, uma subcomissão especializada para acompanhamento do processo da formação do Mercado Único Europeu.

Segundo, a referida subcomissão é desde já mandatada para, no prazo de 90 dias, promover a elaboração de um estudo sobre o impacto da formação do Mercado Único Europeu no sistema produtivo, incluindo a identificação das principais políticas e medidas a adoptar para optimizar as incidências daquele mercado.

Terceiro, a subcomissão em apreço poderá, sempre que tal seja deliberado por maioria, solicitar a presença para prestação de esclarecimentos dos membros do Governo, em especial do Sr. Secretário de Estado da Integração Europeia. O estudo a que alude o ponto dois do presente projecto de resolução será debatido em Plenário com carácter de urgência.

Aplausos do PRD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é sem alguma estranheza que

vemos forças políticas, que sempre revelaram total oposição à adesão de Portugal às Comunidades Europeias, manifestaram neste momento, pelo menos aparentemente, um particular interesse pelas questões decorrentes da nossa integração nesse espaço económico e político.

Pasma-se ao ver tais forças partidárias a proclamarem ser elas que, agora melhor poderão empenhar-se por Portugal e pela Europa Comunitária, através de representantes seus a escolher e a mandatar nas eleições para o Parlamento Europeu que se aproximam.

Nesta estratégia se insere à interpelação ao Governo sobre o Mercado Único Europeu, que ocorre hoje aqui neste Plenário da Assembleia da República.

É evidente que à Oposição não lhe agrada o êxito, o acerto e os resultados que o Governo tem obtido em política de integração europeia.

Só que, neste particular, mais do que em qualquer outro sector, os êxitos e os benefícios conseguidos, na nossa postura em que colocamos o interesse nacional acima das questões partidárias, tais êxitos e benefícios não são do Governo, nem para o Governo, mas são sim de Portugal e para os portugueses.

Penсamos a Europa e à nossa integração nas comunidades, não apenas na óptica dos fluxos financeiros de que temos vindo a beneficiar, mas sim também nos planos científico, cultural, social e político.

Porém, não seria honesto que não reconhessessemos que, particularmente, nesta fase transitória e até à plena concretização do Mercado Único em 1993, necessitamos de avultados apoios financeiros dos diversos fundos comunitários com que temos vindo a contar e que são indispensáveis à recuperação do atraso em que nos encontrávamos e à correcção de assimetrias, particularmente acentuadas, não só entre Portugal e os demais Estados membros, mas também dentro do nosso próprio país.

Perdoar-me-ão que ajuda de forma particular, nesta matéria, às regiões autónomas que melhor conheço e em especial à Região Autónoma da Madeira.

Registe-se, antes de mais, o trato especial que o Professor Cavaco Silva conseguiu obter na cimeira de Rhodes por parte das Comunidades e dos seus fundos relativamente às Ilhas Atlânticas, atento o seu carácter ultraperiférico. Se Portugal fez indiscutivelmente a opção certa ao decidir-se pela adesão às Comunidades Europeias, igualmente as regiões autónomas também o fizeram ao aceitarem, para elas, essa plena integração.

Tenho presente que a Região Autónoma da Madeira já auferiu ou está em vias de auferir, em processos em curso, cerca de 15 milhões de contos das Comunidades.

Por sua vez, a operação integrada de desenvolvimento envolverá subsídios comunitários na ordem dos 52 milhões de contos no quadriénio de 1989/1993 e 60 milhões de contos de 1993 a 1997.

Só uma articulada actuação política entre o Governo Regional e o Governo da República permitiu tais resultados:

Igualmente a acção empenhada do deputado do Parlamento Europeu, Virgílio Pereira, profundo conhecedor das realidades insulares, contribuiu largamente para sensibilizar as instituições comunitárias para as carências e especificidades das regiões autónomas portuguesas.

Aliás, as Comunidades têm respeitado escrupulosamente a letra e o espírito da declaração comum adicional ao tratado de adesão relativa às regiões autónomas, na cobertura que têm mostrado relativamente aos projectos por eles apresentados.

E porque tal declaração deve estar presente no espírito dos titulares dos órgãos de soberania, e em especial desta Câmara, admítimo-lá aqui, procedendo à sua leitura:

Declaração comum relativa ao desenvolvimento económico e social das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

As Altas Partes Contratantes lembram que entre os objectivos fundamentais da Comunidade Económica Europeia se inclui a melhoria constante das condições de vida e de trabalho dos povos dos estados membros, bem como o desenvolvimento harmônioso das suas economias pela redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas.

Tomam nota de que o Governo da República Portuguesa e as autoridades das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira se encontram empenhados numa política de desenvolvimento económico e social que tem por fim ultrapassar as desvantagens destas regiões, decorrentes da sua situação geográfica afastada do continente europeu, da sua orografia particular, das graves insuficiências de infra-estruturas e do seu atraso económico.

Reconhecem que é do seu interesse comum que os objectivos desta política sejam atingidos e lembram que as disposições específicas relativas às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira foram adoptadas nos instrumentos de adesão.

As Altas Partes Contratantes acordam em recomendar, para o efeito às instituições da Comunidade que dediquem especial atenção à realização dos objectivos acima referidos.

Assim, estamos certos de que o Governo garantirá, por seu lado, o co-financiamento necessário aos projectos que as regiões estão a desenvolver com o apoio comunitário. Estamos igualmente seguros de que o Governo continuará a acautelar, junto das instituições comunitárias, os regimes especiais das zonas francas industriais das regiões autónomas e do *off shore* da Madeira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O meu companheiro e amigo, Sr. Deputado Rui Almeida Mendes, abordará, dentro de momentos, com a profundidade e saber que lhe são sobejamente reconhecidos, questões de carácter económico e financeiro, atinentes ao Mercado Único Europeu.

Gostaria agora de debruçar-me um pouco sobre questões de natureza institucional, que, a par da implementação do Mercado Único Europeu, se colocam às Comunidades e, naturalmente, a Portugal.

É de todos sabido que os movimentos que antecederam a criação das Comunidades Europeias foram desde logo, marcados por duas correntes que comungando da ideia de uma Europa unida, não deixavam de ter opções diferentes quanto à forma de atingir esse objectivo;

Por um lado, tinhamos os federalismos que acentuavam a vertente da «supranacionalidade» e almejavam a «fédération politique européenne».

Por outro lado, os defensores da corrente pragmática, mais ciosos da soberania dos Estados, inclinavam-se para a construção europeia baseada numa ainda que acentuada, mera cooperação intergovernamental.

A estrutura que as Comunidades adoptaram e a distribuição de poderes entre os seus principais órgãos institucionais — conselho, comissão e Parlamento — reflecte, de certo modo, o degladiar das duas correntes, e o acerto a que foi possível chegar entre elas.

A verdade é que no decurso da sua existência e evolução aquelas duas correntes fundamentais na forma de pensar e realizar a Europa têm-se reflectido nos avanços e recuos que a integração europeia tem registado, e que se vêm traduzido, umas das vezes, na política do «passo a passo» e outras na do «salto qualitativo».

Porém, o objectivo da «União Europeia», ainda que, muitas vezes, como mera forma de estimular esforços e impedir que desfaleça a consciência europeia, não tem deixado de ser alvo de cíclicas declarações solenes por parte dos superiores responsáveis pelos países comunitários, reunidos em Cimeira.

Por sua vez, o Parlamento Europeu vem assumindo, há uns anos a esta parte, o papel do motor da União Europeia que se conjuga com o reforço de poderes que para si próprio reclama, designadamente, no âmbito do processo legislativo comunitário; e que entende legítimo no sufrágio directo donde emanam os seus membros.

Ao longo dos trinta anos de existência das Comunidades têm sido várias as tentativas de instituição da União Europeia.

A preocupação de que a aproximação entre os Estados membros não se centre apenas é volta de objectivos económicos, ou seja, de que as Comunidades não passem de um mero Aduaneira, tem estado sempre presente ao longo de todo o processo de integração.

Pode dizer-se que uma das suas primeiras manifestações se traduziu na tentativa falhada de uma «Comunidade Política Europeia», em 1952, que, em, circunstâncias conhecidas, e a par da Comissão Europeia de Defesa, não logrou vingar.

Seguiram-se, mais tarde, tentativas várias de instituição da União Europeia, de que se salientam, entre outras, o «Plano Fouchet», o «Relatório Davignon», o «Plano Gencher/Colombo», o «Relatório Tindemans», e, principalmente, o Projecto do Tratado sobre a União Europeia, de que foi relator o deputado Spinelli e que foi aprovado pelo Parlamento Europeu, em 14 de Fevereiro de 1984.

Os artigos 236.º do Tratado CEE, 96.º da CECA e 204.º e 206.º da CEEA, prevêem os trâmites adequados à revisão dos tratados.

De tais disposições resulta que não cabe institucionalmente ao Parlamento Europeu qualquer iniciativa no âmbito dessa revisão. Só aos Estados membros e à comissão cabe tal iniciativa, submeterendo proposta ao conselho sobre o qual este, por sua vez, consultará o Parlamento Europeu. Porém, o Parlamento Europeu, na prática, vem sustentando que não deve nesta matéria, ficar passivamente à espera de tais iniciativas.

O Parlamento Europeu entende que o processo que conduziu à aprovação do Acto Único Europeu deve levá-lo a procurar que um novo projecto de tratado de

União Europeia não deve exigir a mesma tramitação, ainda que tal possa acontecer, um tanto à revelia do estritamente estabelecido nos tratados.

É que, refere-se, por exemplo, no Relatório Herman, sobre a estratégia do Parlamento Europeu para a União Europeia, o Acto Único pouco recolheu do Projecto de Tratado da União Europeia e até ao próprio Relatório do Comité «Dodge». Com isto se quer salientar que o sistema estabelecido pelos Tratados inviabiliza a União Política com as inerentes cedências de soberania por parte dos Estados a favor das Comunidades.

Pretende-se que o Parlamento a sair das próximas eleições chame a si a tarefa de implementar a institucionalização da «União Europeia».

Os caminhos que o Relatório Herman aponta são, em alternativa, os seguintes: ou, um pouco em conformidade com o artigo 236.º do Tratado de Roma se realize uma Conferência intergovernamental a que se atribui a incumbência de elaboração de um novo Tratado; ou, para evitar que se prolongue demasiadamente o desencadear daquele processo, confiar-se-ia ao Parlamento eleito a elaboração do acto constitutivo da União Europeia através de um mandato do Conselho Europeu, que contivesse as linhas gerais do projecto.

De seguida, o projecto de Tratado elaborado seria submetido pelos governos à ratificação dos Parlamentos Nacionais, segundo as regras constitucionais internas. Quer a comissão, quer os governos, poderiam participar nos debates, no Parlamento Europeu, sobre a matéria.

A par desta fórmula, o Relatório Herman apela para uma discutível interpretação do artigo 130.º-L, que conjugaria com o artigo 83.º do seu projecto de Tratado da União Europeia, visando a possibilidade de o projecto ser aprovado apenas por alguns Estados, com o argumento de que não é legítimo que um número menor de Estados membros possa impor a sua vontade em prejuízo dos demais e da concretização da União Europeia.

Em abono de tal solução aponta-se o caso do Sistema Monetário Europeu e dos acordos de redução do controlo de fronteiras entre o Benelux, a Alemanha e a França.

Os princípios que inspirariam o novo projecto de Tratado da União Europeia seriam os seguintes:

Princípio de subsidiariedade, em virtude do qual apenas serão transferidos para a União os poderes que, na opinião geral, podem ser exercícios com mais eficácia e a um custo menor ao nível europeu do que ao nível nacional; sistema das competências de atribuição, segundo o qual a União deverá exercer apenas as competências que lhe são expressamente atribuídas, pertencendo aos Estados membros as competências não atribuídas; duração ilimitada da União e carácter irreversível do acervo comunitário; primazia do direito da União sobre o direito nacional no âmbito das suas competências; princípio da separação, do equilíbrio e do controlo democrático dos poderes; carácter evolutivo da União, segundo o qual as matérias de competência nacional podem, por acordo unânime, tornar-se matérias da competência concorrente ou exclusiva da União; carácter representativo, democrático e conforme ao Estado de Direito da União e dos seus órgãos.

As questões mais melindrosas que se põem, nomeadamente a Portugal, têm a ver com a pretensa possibilidade de institucionalização da União Europeia

contra a vontade de um ou mais Estados membros e a diferença de estatutos que caberia aos Estados que a aprovavam e aos Estados que não lhe dessem o seu acordo.

Os relatórios que se conhecem são omissos quanto às discriminações a estabelecer entre uns e outros.

Salvo melhor opinião, porém, e não obstante perfilarmos inteiramente a solução integracionista e o consequente fortalecimento da Europa, colocamos reservas, quer do ponto de vista dos Estados e da sua soberania, quer do ponto de vista da própria unificação política da Europa, que uma solução que conduzirá, necessariamente, à discriminação entre os actuais Estados membros, possa ser tida como boa e adequada à construção da Europa em que apostamos.

Pensamos que é tempo de todos reflectirmos nesta problemática da evolução institucional das Comunidades Europeias em que estamos integrados.

Adiantamos, com ousado atrevimento, a opinião pessoal de que, na sequência das fórmulas de aprofundamento da cooperação política que o Acto Único veio consagrar, devíamos ponderar, numa oportuna alteração dos tratados que, como transição para a União Europeia, instituisse uma Comunidade Política e Económica Europeia, privilegiando-se, uma vez concretizado o Mercado Interno, a vertente política da integração.

De qualquer modo, a tarefa que o futuro nos reserva nesta matéria, da maior importância para o nosso destino colectivo, impõe que se tenha presente a avisada advertência do meu companheiro e amigo António Capucho, que em recentes declarações públicas sobre a posição de Portugal na Europa afirmou: «Temos à nossa frente uma oportunidade histórica para valorizar e enriquecer o património cultural e natural da Europa, salvaguardando e reforçando a nossa identidade nacional.»

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Torres Marques.

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As políticas de coesão económica e social são um princípio fundamental do Acto Único e traduzem o conjunto de acções de contrapartida ao Mercado Interno que permitam que, em 1993, haja nos doze países da CEE, mais harmonia social e geográfica, mais bem-estar e maior igualdade de oportunidade para todos.

Este conjunto de políticas tornou-se imperativo pois compreendeu-se que, se se deixasse ao livre jogo da economia a liberalização do Mercado Interno — se as políticas liberais só por si funcionassem —, a Europa dos doze em conjunto podia crescer mais e mais depressa, mas à custa de maiores desigualdades sociais e espaciais, à custa de zonas de grande desenvolvimento e simultaneamente com grandes bolsas de pobreza e de desertificação espacial, ou seja, a liberalização iria dar origem ao aumento das desigualdades sociais, espaciais e económicas.

A criação do «Mercado Interno» pressupõe, como se sabe, a livre circulação, até ao final de 1992, de pessoas, dos bens e serviços e de capitais no interior da Comunidade Europeia.

Ao que se tem assistido até agora é a avanços, nalguns casos rápidos, da liberalização da circulação de capitais, dos bens e serviços, e ao impasse sobre as medidas de carácter social que deveriam ter acompanhado ou até mesmo precedido, a concretização dos aspectos financeiros.

A conclusão que temos a tirar é que, até agora, os governos têm estado mais empenhados na resolução dos problemas financeiros que o «Mercado Interno» pressupõe e não têm tido a vontade política necessária para avançar com os aspectos sociais.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Para o Partido Socialista esta situação não pode continuar. Há que inverter valores. Há que pôr os homens e as mulheres, os problemas sociais e o equilíbrio regional no cerne das políticas comunitárias e é, nesse sentido que vou enumerar os três aspectos principais que caracterizaram a posição do PS sobre as políticas de coesão económica e social.

São as nossas políticas alternativas às políticas do Governo do PSD e são o que nos diferencia dos outros partidos. São propostas coerentes entre si e extremamente concretas.

Primeira proposta: liberdade de circulação das pessoas prévia à liberdade de circulação de mercadorias, serviços e capitais. É uma opção ideológica: prioridade absoluta aos problemas e à situação das pessoas.

Para nós é inconcebível que se avance na liberalização económica e financeira e que a liberdade de circulação das pessoas seja postergada como se fosse um problema menor.

Para nós é este o maior problema. Queremos vê-lo resolvido e bater-nosmos por isso até Janeiro de 1991.

Quando nos referimos à liberdade de circulação de pessoas não queremos referir só os trabalhadores. Evidentemente os trabalhadores, mas também todos os outros cidadãos da Comunidade Europeia: jovens, reformados, todos, enfim, para que passem a sentir-se cidadãos internos desta Europa política que estamos a ajudar a criar.

Segunda proposta: 50% das verbas do Fundo Social Europeu devem, até 1993, destinar-se à Educação.

Num interessantíssimo estudo sobre «Portugal na perspectiva de 1993», que o «The Economist» acaba de publicar, evidencia-se que uma das principais consequências da política de Salazar é o enormíssimo grau de analfabetismo e o baixíssimo grau de instrução que Portugal apresenta e que é consequência da política elitista que seguiu na Educação e do pouco esforço financeiro dedicado ao sector.

O Sr. António Barreto (PS): — Muito bem!

O Orador: — Como consequência, em Portugal, 65% da população activa e 80% da população total tem, quanto muito, a instrução primária como habilitação máxima!

Assim se comprehende a baixa produtividade e os baixos salários que em Portugal se praticam.

Foi uma política suicida, que atrasou Portugal e que, como refere o relatório do «The Economist», «fez com que muitos portugueses apenas votassem com os pés, emigrando para a Europa».

O 25 de Abril veio mudar radicalmente esta situação. Mas o que foi feito ainda é pouco para vencer o atraso que trazemos.

Por isso, para o Partido Socialista não basta aprovar as verbas do FEDER para o sector da Educação se o projecto PRODEP vier a ser aprovado por Bruxelas, o que naturalmente desejamos.

Achamos que não precisamos só de investir nos edifícios, é preciso criar condições para que haja mais e melhores professores, mais bem remunerados e com melhores condições de ensino. O sucesso da recente greve dos professores, histórica pela sua proporção e significado, bem o evidencia.

Por isso, propomos que, em vez das 5% das verbas do Fundo Social Europeu que o Governo pretende destinar à Educação, esse valor seja de 50%.

As verbas de formação profissional utilizadas em pessoas com um grau de escolaridade mais alto, são naturalmente muito mais rentáveis.

O que desejamos é que o Governo do Professor Cavaco Silva, que acha natural que Portugal perca anualmente 20% a 25% das verbas deste fundo, renegocie a sua aplicação a Portugal e gaste integralmente as verbas a que temos direito na Educação.

O Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Dr. Mário Soares, no preâmbulo do 3.º volume das suas «Intervenções», que recentemente foi publicado, acentua que não há definição de prioridade para a Educação se esta prioridade não tiver tradução orçamental. É uma posição que nós naturalmente subscrevemos.

O Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Terceira proposta: criação das regiões administrativas no continente português.

A decisão do Governo de defender a não regionalização do continente português transforma o nosso país, na perspectiva de Bruxelas, num Estado-região, como se fossemos mais uma região de Espanha ou, quanto muito — porque felizmente há as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores —, como se fossemos a Região Autónoma do Continente.

O Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Plano de Desenvolvimento Regional, que devia constituir o instrumento fundamental que colocaria Portugal em posição de estar preparado para o «Desafio de 1992», é, com grande pena nossa, um documento iníquo onde se faz um razoável diagnóstico da situação portuguesa, mas onde se não perspectivam metas quantificadas nem se definem estratégias de desenvolvimento, quer nacionais, quer regionais.

É este, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, um facto indescritível.

Quem ler o PDR não poderá deixar de constatar o que acabo de dizer.

Quem ler o PDR verificará que o Governo do Professor Cavaco Silva não tem uma ideia do que quer para Portugal, as regiões — excluindo as regiões autónomas — não foram ouvidas e o que o Governo nos propõe são 66 fichas de projectos, muitos deles já anteriormente previstos, mas para os quais não havia cobertura financeira.

O Sr. António Gameiro (PS): — Muito bem!

O Orador: — São projectos não coerentes entre si, mas que, a fazerem-se — porque pressupõem uma despesa de 12 mil milhões de contos, dos quais do Fundo Comunitário 1600 milhões —, não poderão deixar de melhorar as *performances* do País.

É claro que, com uma despesa como nunca foi feita, a economia portuguesa crescerá. Mas de que forma? O que acontecerá à Balança de Transacções Correntes? Novos défices insuportáveis? E a inflação? E o défice público? Nada é referido. As desigualdades regionais, em vez de se corrigirem, acentuar-se-ão, as desigualdades sociais também e o País desertificar-se-á ainda mais de tal forma que corremos o risco de, em 1993, a continuar a seguir a política deste Governo do PSD, o País se entornar para o mar, tal a concentração da sua população no litoral.

Não pensem que estou a exagerar. Quem vir qual a perspectiva que este Governo tem, por exemplo, para o Alentejo, definido como área de CCR de Évora, ou seja, uma área correspondente à da Bélgica, compreenderá bem o que quero dizer.

Fiquem os portugueses em geral, e os alentejanos em especial, sabendo que, a seguir-se este PDR, a região não só não se irá desenvolver, nem se criará perspectivas de criação de novos empregos e, em 1992, o Alentejo continuará a perder população e mesmo assim o Governo acha um sucesso que a taxa de desemprego passe a ser de 13%.

É inacreditável! Alguma vez, se houvesse regionalização, a estratégia de desenvolvimento do Alentejo, do Baixo e do Alto Alentejo, que entretanto não deixaria de existir, permitiria uma tal situação?

Conhecer-se-iam as perspectivas de desenvolvimento e os objectivos que se pretendiam atingir e os meios e políticas necessárias para esse fim e quais os parceiros intervenientes, que não seriam, como indica o PDR, sistematicamente os ministérios, as secretarias de Estado, as Direcções Regionais e as CCR.

Seriam órgãos regionais eleitos, representando realmente os interesses das populações e ouvindo-as, sob pena de elas entenderem, e muito bem, que o que estava a ser proposto contribuiria ou não para a resolução dos seus problemas.

Para o PS, a criação das regiões administrativas é condição indispensável para o desenvolvimento harmonioso do País em termos regionais e para o aproveitamento real dos nossos recursos endógenos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Apostar prioritariamente nas pessoas, na educação e nas regiões, eis as nossas políticas alternativas às do Governo do Professor Cavaco Silva.

São aquelas que acreditamos que poderão fazer com que os portugueses sejam verdadeiros cidadãos da Europa que estamos a criar.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, normalmente nas marcações dos tempos, há uma pequena diferença que deve situar-se entre o início da marcação dos tempos pela Mesa e o computador. Neste momento, a Mesa tinha marcado quatro minutos mais cinco cedidos pelo PRD, que era todo o tempo de que dispunha, pelo que fez uma intervenção de nove minutos.

O Sr. Deputado Basílio Horta está inscrito para pedir esclarecimentos, mas a Sr.ª Deputada já não dispõe de tempo para responder.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Nós podemos dar-lhe algum tempo.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr.ª Deputada Helena Torres Marques, a minha pergunta baseia-se fundamentalmente numa necessidade que gostaríamos de ver satisfeita e que consiste em saber como é que o PS, que uma e outra vez aparece como alternativa a este Governo, resolve um ou outro problema que consideramos importante em termos de adesão ao Mercado Comum.

O Governo tem vindo aqui dizer que — e nós temos de concordar com isso — em termos de crescimento económico e de desemprego tem conseguido alguns resultados positivos. É um facto!

Em termos de desemprego, os nossos índices situam-nos numa posição muito confortável; em termos europeus, veremos se os desenvolvimentos tecnológicos mantêm a taxa de desemprego ao mesmo nível. Talvez não. Aí até estamos de costas voltadas para a Espanha. A Espanha tem o índice de desemprego maior, nós temos o mais baixo, mas, de qualquer maneira, é assinalável esse facto.

O mesmo acontece em termos de crescimento económico, ou seja, desde 1986, o País tem crescido economicamente e se verificarmos a formação bruta de capital fixo no produto interno bruto, aí ainda mais, o que se comprehende, porque o atraso era maior. A pergunta que se podia aí colocar era se esses investimentos são correctamente dirigidos, porque acredito que uns o sejam, obviamente, em indústrias competitivas, outros eventualmente em indústrias menos competitivas, fundamentalmente tendo em conta o perfil industrial da Alemanha, da Itália, para já não falar da Espanha. De qualquer maneira, é um facto, quer na formação bruta quer em termos de investimento, que tem havido crescimento, embora crescimento atenuado desde 1988, o que também é preocupante.

Mas, quanto ao resto, o problema é muito mais complicado. Neste momento, a nossa taxa de inflação, afasta-se da média europeia cerca de 7,75%, acima da média europeia e se virmos a conta trimestral são 7,5%. Percentagem que nos coloca imediatamente a seguir à Grécia em piores resultados em termos de inflação.

Um segundo aspecto, a percentagem do PIB em termos de défice da Balança de Transacções apresenta um dos piores resultados dentro da Europa e com uma agravante: é que o nosso défice com a Comunidade Económica Europeia agrava-se trimestralmente de uma maneira progressiva e óbvia. Neste momento, o maior défice que temos em termos de comércio externo é precisamente com os países da Comunidade, o que é revelador.

E isto é ainda mais revelador quando o Sr. Primeiro-Ministro diz — muito satisfeito — que tem o Banco de Portugal cheio de divisas. Donde é que elas vêm? Não é da exportação, nem é do *superavit* da nossa Balança Comercial, não é pela competitividade da nossa economia. Estou em crer que será pelos investimentos, será mais pelos investimentos estrangeiros do que pela competitividade da nossa economia. Mas este é também um aspecto obviamente importante.

E depois o mais grave de todos é a percentagem do défice em termos de PIB. Esse é talvez o mais grave

de todos. A Espanha tinha um problema semelhante, mas, neste momento, está abaixo da média comunitária. Nós não, nós continuamos com a Grécia e com a Itália, nas piores médias da Comunidade, o que significa necessidade de financiar a dívida.

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

O que significa, portanto, necessidade de financiar a dívida, significa obviamente pressão interna sobre as taxas de juro, significa tudo isto que nós sabemos.

Finalmente, sabendo nós que os planos estruturais de 1988 a 1992 vão duplicar, o que significa maior procura, maior inflação, maior investimento, pergunto, face a isto, quais são as soluções alternativas do PS para a inflação, para o défice do sector público, para as balanças de transações. Nós temos as nossas, agora, gostaríamos de saber quais eram as vossas.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, quero, numa brevíssima interpelação, dizer o seguinte: em primeiro lugar, os quadros electrónicos, pelos vistos, não fazem aqui qualquer papel útil, porque, na verdade, eles são, em princípio, para nos apercebermos do tempo que está a ser gasto ou o tempo que remanesce. Parece, no entanto, que isso não está a acontecer como deve ser, porque a informação que a Mesa tem e a que nós temos é absolutamente diferente, não é coincidente.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Não tenha medo, Sr. Deputado!

O Orador: — Parece que o CDS teve um pequeno susto. Julgou que eu ia dizer outra coisa ou que ia tirar outras ilações, mas não vou, como é evidente, e se me conhecesssem bem, como conhecem, não iriam dizer nem pensar uma coisa dessas.

Para ultrapassarmos este problema dos quadros electrónicos e também o problema dos tempos que o PS gastou e já não tem, como é natural, se calhar também haveria algum discurso de uma outra pessoa que dizia que os tempos se deviam gastar sem qualquer tecto orçamental. É natural, pois VV. Ex. as estão perfeitamente em consonância com essa possibilidade.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Mas isto é uma interpelação ou uma intervenção?

O Orador: — ..., mas o que gostaria de dizer, Sr. Presidente — como verá o Sr. Deputado Narana Coissoró atempadamente —, é que não queria deixar que o PS ficasse sem tempo para responder a estas duas invectivas do CDS, de maneira que o PS vai ter três minutos do PSD para responder com bravura a estas investidas do CDS.

Risos.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — O PSD já está europeu! Já não era sem tempo!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Encarnação, penso que a sua interpelação à Mesa merece uma explicação, embora creio que já a tenha dado, mas provavelmente não fui suficientemente preciso.

Segundo posso verificar, ao fim de quatro horas de debate, há uma diferença provavelmente entre o darse a palavra até as pessoas a assúmirem. A Mesa carregava no botão exactamente quando o orador começava a falar, havendo, pois, uma diferença de cerca de um minuto e meio a dois minutos entre a marcação da Mesa e a do quadro electrónico. Isso levou a que eu tenha dito há pouco que, contrariamente ao que marcava, o PS, em vez de dois minutos, dispunha de quatro e o PRD, em vez de 3,7 minutos, tinha 5, portanto é a tal diferença de um minuto e tal. E CDS fez a sua intervenção no tempo que tinha disponível; restando ainda, de acordo com as mesmas contas da Mesa, 1 minuto que foi cedido à Sr.ª Deputada Helena Torres Marques.

Neste momento, a Sr.ª Deputada dispõe de 4 minutos, atendendo à manifestação do PSD pela voz do Sr. Deputado Carlos Encarnação.

Tem, pois, a palavra a Sr.ª Deputada Helena Torres Marques, se assim o desejar.

A Sr.ª Helena Torres Marques (PS): — Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, agradecer a disponibilidade de tempo que me deram para responder à pergunta muito interessante do Sr. Deputado Basílio Horta, que dava para um debate sobre qualquer desses temas durante a tarde inteira e sem estes limitares de tempo que temos. Realmente esta «lei de minutos» que temos disponível não estimula o debate.

O primeiro problema que o Sr. Deputado colocou foi o do desemprego. Temos uma taxa média de desemprego muito baixa, teoricamente excelente. Simplesmente, esta taxa é a média nacional e o que queremos com as políticas de coesão económica e social é uma harmonização regional e não que ela seja excelente à custa de grandes disparidades.

Neste momento, de acordo com os números do Governo, por exemplo, no Alentejo, a taxa de desemprego é de 14% e a grande perspectiva de desenvolvimento que o PDR oferece é passar a taxa de desemprego para 13,3% e reduzir a população, o que significa que não há qualquer programa que tente resolver este problema.

Além disso, como o Sr. Deputado sabe muito bem, este número também é mistificador por mais dois aspectos. Primeiro, não se fez a reestruturação da agricultura nem a modernização da indústria. Quando isto se verificar, há uma libertação de pessoas e um acréscimo de desemprego na agricultura e na indústria, portanto, este número não é verdadeiro. Depois, temos os contratos a prazo e até os empregados pelo Fundo Social Europeu. Era bom que este número fosse verdadeiro, mas efectivamente não é.

Bom, mas como é que este problema se resolve? Com um conjunto de medidas que propusemos, por exemplo, com a livre circulação de pessoas prévio, com um esforço enorme no sector da educação e da formação profissional, por forma a que estas pessoas estivessem disponíveis para o mercado de trabalho.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — E as despesas públicas?

A Oradora: — Ora bem, outra das soluções que é fundamental avançar, na minha perspectiva, é a renegociação com a CEE, em termos da participação portuguesa, da contrapartida portuguesa, porque o que é certo é que a CEE cada vez que nos dá verbas através dos fundos comunitários exige uma contrapartida. O nosso Orçamento este ano já tem um défice de 600 milhões de contos e uma das perguntas que faço ao Governo — porque não vem no PDR — é a seguinte: qual vai ser a tradução dos dois milhões de contos que se vão investir, em termos de défice orçamental e até em termos de défice da Balança de Pagamentos?

Ou seja, entendo que se a CEE está francamente interessada em que Portugal, que é a região menos desenvolvida da Europa, dê um salto para a frente, então, as contrapartidas portuguesas terão de ser bastante menores, por exemplo, ao nível dos 10% e podem ser simbólicas. O que é fundamental é que Portugal consiga avançar sem que o seu défice aumente, e considero que a redução do défice — todos o entendemos — é determinante para baixar a inflação.

Como é que a CEE quer que entremos para a União Monetária Europeia? Como não podemos entrar com as taxas de inflação ao nível das que temos e se a CEE quer que isso se verifique, então que nos ajude a resolver o problema do défice, porque o peso da nossa economia é pouco mais de 1% do PIB europeu e, portanto, resolver este problema pode ser uma solução política para Portugal entrar a médio prazo na União Monetária Europeia.

Penso que existiriam soluções se o Governo fosse dialogante, se tentasse encontrar posições consensuais ao nível do País e não tentasse sozinho resolver problemas que não consegue só piorando a maneira de viver dos portugueses.

Em resumo, para resolver este problema, o que precisamos é de acabar com este Governo do Sr. Professor Cavaco Silva.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A passos largos e incompatíveis com a política do *slogan* entorpecente a construção do Mercado Único vem colocar aos trabalhadores portugueses a questão da dimensão social, tantas vezes proclamada mas que continua, essa sim, a marcar passo, ao contrário das medidas concretas e precisas, para facilitar a concorrência dos monopólios europeus e a livre circulação de capitais e mercadorias.

Em torno da dimensão social do mercado interno, trava-se uma luta política ao nível de cada país e ao nível comunitário, na qual, dum lado, estão as forças democráticas progressistas e sindicais, que se batem pela definição de uma dimensão social elevada, baseada na evolução das conquistas obtidas pela classe operária europeia nas últimas décadas, e, do lado contrário, os monopólios e os partidos conservadores, que pretendem a desregulamentação pura e simples, na melhor das hipóteses, uma dimensão social nivelada pelos mais baixos direitos e regalias praticados nos países comunitários. O Governo de Cavaco Silva, alinhado à direita, sem soluções globais ou de fundo, tenta aplicar a nível nacional algumas das piores receitas dos

partidários do mercado único: precarização no emprego, moderação salarial, redução dos níveis de intervenção e participação dos trabalhadores e das suas organizações e redução das prestações sociais, são os fios condutores da política governamental que conduzem inevitavelmente ao agravamento das desigualdades sociais; aos fenómenos da marginalização e do individualismo.

No entanto, a Constituição da República, no plano dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores, porque é solidária, moderna e progressista, poderia e deveria constituir um insubstituível instrumento, para dar corpo a uma verdadeira dimensão social, dar sentido e expressão à igualização no progresso inscrita no artigo 117.º do Tratado de Roma, retomada pelo artigo 118.º-A do Acto Único. Mas não!

Enquanto a Constituição afirma e os trabalhadores reclamam o direito ao trabalho e à segurança no emprego, o Governo promove a precarização do emprego na administração pública, aplaude as entidades patronais e administrações que a fomentam, aprova uma lei de liberalização dos despedimentos, com sacrifício do lucro e com sacrifício da estabilidade no emprego. Os números frios das estatísticas referem 600 mil contratados a prazo, 70% dos jovens trabalhadores têm hoje um vínculo contratual precário, e quando aqui se afirma que a juventude está desmotivada das obrigações laborais, aceitando os subsídios da formação profissional, como fim não como meio de valorização profissional, é falar da árvore e esconder a floresta, falar dos efeitos e esconder as causas.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Vale a pena, ler o trabalho sério, recentemente publicado pela Juventude Operária Católica, ver que mais de 80% dos cursos são promovidos pelas entidades patronais, na maioria dos casos para ir buscar fundos à CEE, que 70% dos jovens fizeram um curso com menos de um ano, e metade destes frequentaram um curso com menos de seis meses, que os jovens são inscritos como formandos nas empresas onde trabalham, mas continuam a executar precisamente as mesmas tarefas que até aí executavam, ou seja, os jovens nunca chegam a frequentá-los. Se falam são despedidos.

Recorrendo à corajosa denúncia, e ao trabalho da JOC, vale a pena terminar com o depoimento que aqui vem escrito: «Sou J, vinte e dois anos, trabalho numa empresa de cortiça que é a Amorim Irmãos, S.A. Há cerca de três anos abriu um centro de formação profissional, da empresa, eu fui inscrita num curso de formação de seis meses, a única vez que fui à escola foi só para fazer testes, fui chamada ao escritório para assinar uns papéis, diziam eles que era para mandar para a CEE a fim de receber o dinheiro que era para depois seguirmos para a escola, hoje já fechou o centro e nunca lá fui. Mas não fui só eu, eramos cerca de um centena de jovens.»

Vozes do PCP: — É uma vergonha!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sem número e sem estatística, existem hoje milhares de crianças que não terão tempo de ser meninos, trabalhando nas obras da construção civil, na têxtil subsidiária da multinacional ou na indústria do calçado,

milhares de homens e mulheres sujeitos ao trabalho clandestino à peça, à hora, são domiciliados ao grecíbo verde, sem protecção nem estatuto social, com medo ou sem possibilidade de exercerem as liberdades sindicais. Enquanto a Constituição incentiva as forças progressistas da comunidade se batem pela participação e intervenção dos trabalhadores a vários níveis, o Governo mutila, na Lei dos Despedimentos, direitos de protecção especial aos representantes dos trabalhadores, impede a actividade sindical nos estabelecimentos fabris das forças armadas e na PSP e receia o controlo nas empresas públicas e nacionalizadas. Quando a Constituição procura valorizar e dignificar a contratação colectiva como direito fundamental, o Governo comporta-se como árbitro patronal, limitando a liberdade de negociações de vida dos professores, dos trabalhadores da função pública e das empresas do sector empresarial do Estado.

Enquanto a Constituição é solidária com a velhice, com os reformados e pensionistas das próprias instituições comunitárias aprovam medidas favoráveis para este sector mais desfavorecido, o Governo insiste em deixar à sua própria sorte e à luta diária pela sobrevivência centenas de milhares de portugueses que, de acordo com os parâmetros internacionais, vivem na esmagadora maioria, abaixo do limiar da pobreza.

É uma evidência, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que aquilo que é determinante é o desenvolvimento económico. Mas será possível esse desenvolvimento, se pode ter-se como aceitável que em nome do Mercado Único se aniquilem conquistas sociais; se desperdice e ataque a responsabilidade, a criatividade e o empenhamento da força de trabalho em nome do lucro desmedido e da exploração desenfreada?

No final do século XXI, numa época tão fascinante face às realizações e avanços do homem nos domínios da ciência e da técnica, como se podem fazer recuos tão grandes e soluções tão velhas que fizeram prática e fizeram lei há 50 anos para trás? A nível dos direitos dos trabalhadores?

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP) — Boa pergunta.

O Orador: — Quem tem uma visão de progresso, solidariedade, modernização e desenvolvimento tem de recusar este caminhos.

Por isso, nós, comunistas, reclamamos uma harmonização social no progresso. Colocamos o combate ao desemprego como primeira prioridade da política económica, contra a desregulamentação social e o nível de batemos-nos por uma carta europeia dos direitos sociais fundamentais.

Opomo-nos a uma estratégia de crescimento baseada exclusivamente no baixo nível dos salários, das condições de trabalho e das condições de vida em geral, e, por causa disso, também no baixo nível de qualificação da força de trabalho e da produtividade doutrinal.

A nível do Fundo Social Europeu impõe-se um verdadeiro plano nacional de formação profissional de forma a possibilitar a correcta e transparente utilização do fundo, sem discriminação das associações sindicais em todas as acções de formação profissional. Exigimos e exigiremos que o Governo português na sua actuação, acautele os interesses nacionais, os direitos

dos portugueses e, em especial, dos trabalhadores, numa posição firme e previdente, não na posição de pedinte. O que é a sua opinião, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Com certeza, a nível nacional, os trabalhadores portugueses lutam-se lutaram para que esta política arrepie caminho; eles sabem que é aqui que começa a linha de defesa avançada dos seus direitos e liberdades.

Os que, embriagados pelos slogans, perderam já a perspectiva de saber onde acaba a audácia e começa o risco, transformando a aplicação do Mercado Único, não num desafio, mas num operação de alto risco, incorrem num clamoroso erro histórico: se desperdiçarem afrontarem a força determinante das classes laboriosas, as suas aspirações e a sua capacidade transformadora e participativa.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Almeida Mendes.

O Sr. Rui Almeida Mendes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Julgo que nunca serão de maiores os debates que se fizérem sobre o Mercado Único, é efectivamente a data 1992 um grande desafio, um grande desafio para Portugal, um desafio para os portugueses, um desafio para os outros países da Europa Comunitária, mas também para aqueles que estão de fora dela, esses, sejam empresas dos EUA ou japonesas, têm também presente esta realidade. Mas o que representa 1992?

A data de 1992 representa a livre e plena liberdade de circulação de pessoas e mercadorias de serviços de capitais. Eram objectivos que não são novos, já estavam plenamente consagrados no Tratado de Roma, e muitos vinham sendo a pouco e pouco executados.

A liberdade de circulação de mercadorias, pois com certeza que já existia, não pagavam direitos aduaneiros, mas, contudo, era de tal forma burocrática a sua movimentação que na prática era impedida.

O mesmo se passa com a livre circulação de pessoas, é aquilo que foi designado pelos custos da nova Europa, esses valores são significativos. Calcula-se que em entraves burocráticos se perdia, ou por outro se gastava, mais de 10% do valor dessas mesmas mercadorias. Por outro lado, na reserva dos mercados públicos, ou seja, das grandes aquisições do Estado, disso representava qualquer coisa como 10% do PIB europeu. Tudo isto somado leva a que se conclua, segundo estudos feitos, que a criação do Mercado Único Europeu pode representar um aumento de 3 a 4% do PIB. Por outro lado, existiam outros entraves: não de natureza comercial, mas de natureza técnica. Eram as normas que outros países, com elevado grau de imaginação, tinham conseguido criar para dificultar o acesso das mercadorias. O mesmo produto que podia ser legalmente comercializado por um determinado país da Europa era impedido por normas técnicas de circular ou ser comercializado noutro país. Tal não sucederá a partir de 1992, visto que basta que seja legalizado num determinado país para que possa circular em todo o espaço comunitário. Isto representa de facto a criação desse Mercado Único. Isto é só o princípio, o princípio é Este é mercado tem como VV. Ex: compreenderão regras de concorrência de muito maior grau de que as actuais e esta realização do Mercado Único, não é um

Este mercado tem, como VV. Ex.^{ss} compreenderão, regras de concorrência de muito maior grau de que as actuais e esta realização do Mercado Único não é um objectivo novo, na história da CEE; é efectivamente um sistema novo de negociação, ou seja, abandonou-se o antigo sistema de se ir harmonizando as normas nacionais de cada país, para se visar o objectivo global o objectivo final da livre circulação dos diversos factores, e, portanto, deixa-se plena liberdade aos Estados membros de actuarem ou não conforme entendem no que respeita às suas normas internas. É isso, Srs. Deputados, um grave problema para os países comunitários: aqueles que não criarem condições para que as suas empresas possam competir da mesma forma que as suas congêneres europeias serão penalizados.

É o mercado, por si só, que vai distribuir as cartas desse novo jogo europeu. Portanto, cabe-nos a nós, para além de aspectos de natureza económica e social que aqui foram muito focados, de aspectos de locação de fundos comunitários e atribuição de verbas, cabe-nos a nós, portugueses, criar condições para que as nossas empresas possam funcionar com rapidez e eficácia neste mercado, tanto no mercado português, como no mercado comunitário ou internacional.

Exige-se efectivamente a desburocratização. Muitos dos obstáculos que existem ao investimento são puros obstáculos de carimbo, do selo e da autorização. São custos acrescidos que penalizam, julgo que indevidamente, as nossas empresas.

Mas, talvez a melhor preparação que estamos a fazer para 1992 esteja a ser realizada nesta Assembleia da República. Refiro-me à Revisão Constitucional.

É, de facto, um elemento importantíssimo para que a nossa economia se possa integrar plenamente dentro das regras comunitárias. É a Revisão Constitucional que nos fará encarar naturalmente a privatização de um empresa ou a sua nacionalização, caso se justifique por algum motivo quer seja de ordem económica, quer seja de ordem estratégica. Eu diria: banalizemos a economia pública e privada, deixemo-nos de dogmas, deixemo-nos de fantasmas! É essa tarefa que estamos neste momento e rapidamente a concluir que será sem dúvida a melhor preparação para 1992.

No âmbito da Comissão de Assuntos Europeus, tem-se procedido nesta Câmara a uma audição dos diversos sectores económicos sobre os problemas que o Mercado Único levanta. Do que aqui ouvimos e do que aqui hoje foi dito talvez não nos tenhamos apercebido que o maior desafio se coloca na área monetária e na área financeira.

Será a banca, os seguros e os sectores ligados aos serviços financeiros, aqueles que sofrerão o maior impacto, visto que, por um lado eram os domínios onde existiam maiores restrições, nomeadamente em países como a França, que, contudo, nos últimos anos que seja no governo Socialista de Laurent Fabius, quer no governo Chirac, quer no actual governo, sempre procurou modernizar rapidamente as suas estruturas financeiras, mas, por outro lado, países como a Itália ainda concedem grandes restrições à movimentação de capitais. De maneira que, Srs. Deputados, a livre circulação de capitais que existirá em 1992, poderá tornar totalmente inevitáveis, totalmente ineficazes, muitas das barreiras que ainda existem nos países da Comunidade. Quando pudermos, de Lisboa, perguntar para Dusseldorf, para Londres ou para Milão, qual

a melhor taxa de um seguro, e passarmos um cheque em escudos portugueses para pagar esse serviço que nos é prestado, as barreiras desapareceram.

Temos, portanto, nesse domínio, que estar particularmente atentos e julgo que o Governo está empenhado numa fase de actualização e modernização dos mercados de valores imobiliários, bem como das regras que regem os seguros, dando plena satisfação aos agentes económicos quer públicos, quer privados, que actuam nesse campo.

No caso da banca, os problemas colocam-se com maior dificuldade, nomeadamente, no que respeita à capitalização de certos bancos privados que precisam de um reforço dos capitais próprios.

No que respeita à indústria seguradora, ela já está suficientemente adaptada à concorrência estrangeira. Atingem diversas dezenas as companhias seguradoras estrangeiras instaladas em Portugal, e, por seu lado, há seguradoras portuguesas que já operam no estrangeiro.

De maneira que a preparação de 1992 não é a preparação do Governo, mas tem de ser a preparação das empresas, dos sindicatos, dos trabalhadores, dos agentes económicos em geral. Considero, porém, Srs. Deputados, que está no bom caminho.

Por outro lado, 1992 abre-nos outra perspectiva, a perspectiva da colaboração, da política económica, da política europeia científica e tecnológica, visto que a Europa no seu conjunto, os diversos países da comunidade, gastam mais em investigação e desenvolvimento que o Japão e os Estados Unidos juntos, para termos resultados que, no fundo, devido à duplicação e à dispersão dos esforços, se podem considerar, no mínimo, decepcionantes.

Qual é a grande vantagem e o grande desafio para Portugal do mercado de 1992?

É a plena circulação de mercadorias, o acesso ao mercado de trezentos e vinte milhões de consumidores com um elevado poder de compra.

Srs. Deputados, muito aqui foi referido: as restrições ao crédito, as dificuldades do consumo. Por outro lado, temos verificado que, de facto, existe em Portugal uma ânsia de consumo que, infelizmente, não pode ser satisfeita plenamente como todos nós desejariam. Contudo, esse mercado europeu que se nos abre está plenamente receptivo aos nossos produtos, que, de uma maneira geral, têm procurado melhorar de qualidade.

A Sr.ª Deputada Helena Torres Marques acentuou aqui um aspecto com o qual concordo plenamente e que diz respeito à livre circulação de pessoas. É uma matéria em que Portugal tem de ser intransigente e em que não podemos admitir quaisquer restrições a coberto seja de protecções de ordens policiais, judiciais, ou de outra natureza.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Não há nisto criminosos, Sr. Deputado!

O Orador: — Portugal e os cidadãos portugueses tem de ter plena liberdade de circulação. É uma matéria para a qual se torna necessário um eco desta Câmara para que os nossos negociadores tenham a possibilidade de defender com a maior veemência essa liberdade.

Julgo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o desafio de 1992 vai ser ganho, está a ser ganho. Ouvimos aqui o que o Governo nos disse do que tem sido feito; ouvimos nesta Assembleia aquilo que os agentes económicos

e as empresas estão a fazer para se prepararem para esse desafio. Como já ganhamos os primeiros anos de adesão também ganharemos o desafio de 1992.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo pedidos de esclarecimento nem mais inscrições para esta fase do debate propriamente dito, vamos passar à fase do seu encerramento.

Entretanto, solicitava que os líderes parlamentares pudessem ter uma brevíssima reunião com o Sr. Presidente, de imediato, no seu gabinete.

Creio que o assunto que o Sr. Presidente deseja pôr à consideração dos líderes temáticas verificadas na agenda-mostra de amanhã e, portanto, convinha que essa reunião se fizesse ainda no decorrer desta mesma reunião. Não havendo objecções, vamos suspenso a sessão por cinco minutos e imediatamente a seguir daremos inicio à fase de encerramento do debate.

Está suspensa a sessão.

Eram 19 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 20 horas e 23 minutos.

O Sr. Presidente: — Para a fase de encerramento do debate, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A interpelação ao Governo sobre o estado da preparação do País para enfrentar o já próximo embate de 1992 confirmou-se necessária e oportuna.

O debate travado durante o dia de hoje, possibilitado pela interpelação que o PCP promoveu, mostrou-se concludente sobre quatro aspectos.

Em primeiro lugar, o debate veio reafirmar que uma estratégia nacional para enfrentar o «Mercado Único» é absolutamente necessária e inadiável, sob o risco de Portugal vir a ser fortemente atingido por todos os aspectos negativos da criação desse mercado e não aproveitar nenhuma das suas eventuais potencialidades.

Em segundo lugar, o debate que hoje se travou deixou bem claro que o Governo não só não tem assumido um política activa de preparação do País para enfrentar 1992, como continua, de forma demagógica, a iludir os riscos e dificuldades que Portugal vai enfrentar a curto prazo e a semeiar as ilusões da «terra prometida».

Em terceiro lugar, a interpelação ao Governo desencadeada pelo PCP permitiu concluir que os resultados mais recentes da política económico-social e da acção governativa, inversamente ao que é exigível, afasta cada vez mais a economia e a sociedade portuguesas da convergência necessária para enfrentar 1992 com a possível e desejável minimização dos riscos.

Em quarto lugar, foi possível extraír dos debates travados um significativo consenso de condenação ao Governo pela «passividade irresponsável» com que Cavaco Silva e o PSD encaram o que já foi chamado de «verdadeiro vêndaval na economia e sociedade portuguesas» que a criação do «Mercado Único» significaria.

O Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como o debate de hoje, mais uma vez, demonstrou, a criação do Mercado Único, ao eliminar as barreiras alfandegárias, técnicas e fiscais não criará um mercado aberto, acessível e igual a todas as economias e empresas dos Estados comunitários. Criará, isso sim, um mercado mais aberto à concorrência transfronteiras, em que as vantagens competitivas aproveitam fundamentalmente às economias mais ricas e às grandes empresas instaladas no espaço da Comunidade, pelas economias de escala de que beneficiam, pela dimensão dos recursos financeiros de que dispõem, pelo acesso mais facilitado que têm à investigação e inovação tecnológica e, importa não o esquecer, à sua enorme influência política nas decisões a nível comunitário.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Neste contexto, o caminho que a criação do Mercado Único deixa aberto às economias mais frágeis é menos competitivas e às empresas de menor dimensão, é um caminho demasiado estreito, que não se compadece com o improviso, com erros de percurso e com atrasos. Pelo contrário, para que esse caminho estreito se não feche irreversivelmente, as economias mais atrasadas da CEE — à cabeça das quais se coloca a economia portuguesa — estão confrontadas com a necessidade de, num excessivamente curto prazo de tempo, se apetrecharem o melhor possível, maximizando o aproveitamento de todos os recursos disponíveis para suportar a luta sem tréguas dos mais poderosos.

Isto é, e como resultou do debate hoje realizado, para que a economia portuguesa possa sobreviver ao «vendaval» de 1992, «como economia portuguesa» e não apenas como área regional doutras economias, impõe-se numa imediata mudança de rumo na política prosseguida pelo Governo, substituindo as suas repetitivas e sofisticadas superficialidades e a sua passividade prejudicial por uma estratégia activa de preparação da economia e da sociedade portuguesas.

Para que Portugal possa enfrentar 1992 sem que a sua economia se transforme sobretudo «numa economia barata para ser comprada» por estrangeiros, é absolutamente indispensável não apenas uma modernização de empresas e correspondente preparação para a concorrência acrescida, mas, fundamentalmente, a criação de uma economia nacional mais forte e competitiva.

Ora, isto exige uma estratégia nacional e participada que defina um modelo diferente de especialização produtiva, visando uma participação mais activa e equitativa na divisão internacional do trabalho e uma melhor adequação às exigências colocadas pelo Mercado Único.

Fortalecimento da economia que não é possível com a via que o Governo vem seguindo, de abandono exclusivo às forças do mercado, pois, como hoje foi amplamente demonstrado, essa via só tem conduzido ao agravamento das fragilidades estruturais da economia portuguesa e da injustiça social, ao aprofundamento das assimetrias regionais, ao alargamento do fosso que nos separa das outras economias comunitárias e ao domínio crescente das nossas empresas por interesses estrangeiros. Perante as mudanças que a criação do Mercado Único nos impõe, tem toda a pertinência

a afirmação de que «o mercado é ignorante quanto ao futuro, pois o futuro é cada vez menos um prolongamento do passado».

Inversamente ao caminho trilhado pelo Governo, a adequada preparação para 1992 exige o rápido planeamento e programação do futuro da nossa economia, já tão próximo. Exige a necessária compatibilização do aproveitamento dos nossos recursos naturais e humanos e da maximização da utilização das capacidades de financiamento disponíveis, com a redução das assimetrias regionais, o desenvolvimento dos sectores de actividade em que podemos ter maiores possibilidades de sucesso e a melhoria das condições de vida e de trabalho dos portugueses.

O chamado Plano de Desenvolvimento Regional elaborado pelo Governo não corresponde a essa necessidade. Elaborado à revelia da Assembleia da República, das autarquias locais e dos agentes económicos, sociais e culturais, numa manifestação da prática centralista e anti-democrática do Governo, o PDR não consubstancia um projecto nacional participado e mobilizador, não passando de um mero amontoado regional de propostas sectoriais.

Identicamente, as afirmações do Primeiro-Ministro contra o processo de regionalização — passiva e incompreensivelmente «dirigidas» pelo PS — considerando a regionalização do País um luxo, são contrárias aos interesses do desenvolvimento equilibrado e da própria coesão económica e social que a preparação para 1992 impõe e exige.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Não pode, aliás, deixar de ser considerada uma despudorada manobra demagógica a recente proposta do Governo para a realização na Assembleia da República de um debate sobre a regionalização.

Depois das estultas afirmações de Cavaco Silva, no preciso momento em que a maioria parlamentar do PSD impõe o aditamento do Acordo PSD/PS para a Revisão Constitucional não permite que o debate se realize em tempo útil, a proposta do Governo não é séria, não passa de um sofisma com inqualificáveis objectivos eleitoralistas.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E, no entanto, a regionalização do País é uma componente indispensável de um projecto democrático para a preparação do País para enfrentar 1992.

Tal como são indispensáveis os recursos que os diversos fundos comunitários transferirão nos próximos anos para Portugal, desde que esses recursos sejam programada, democrática e transparentemente aplicados ao serviço das necessárias mutações na estrutura produtiva, do reforço da capacidade profissional dos portugueses, da eliminação dos estrangulamentos nos actuais polos industriais e do desenvolvimento das regiões mais atrasadas e desfavorecidas, e bem assim, utilizados ao serviço do progresso nas condições de vida e de trabalho dos portugueses. Isto é, os fundos estruturais são úteis ao país desde que o Governo os não continue a aplicar, entre muito desperdício e corrupção, ao sabor das pressões exercidas pelos agentes com posições preponderantes no poder económico em detrimento da sua

utilização na resolução coerente e equilibrada dos graves problemas que o presente e o futuro nos colocam.

Importa ter presente que os fundos estruturais e específicos da CEE trazem consigo custos que o Orçamento do Estado está em condições de continuar a suportar. Sendo, no presente, a enorme dívida pública portuguesa — que o Governo do PSD tem vindo a agravar — um dos principais constrangimentos ao desenvolvimento económico, impõe-se que as Comunidades Europeias reconheçam com medidas concretas e adequadas a singular especificidade da economia portuguesa, o que passa, designadamente, pelo aumento dos fundos colados à disposição de Portugal, pela redução a níveis relativamente simbólicos das comparticipações exigidas ao orçamento nacional e pela diversificação das acções passíveis de beneficiar desses fundos, alargando-as, nomeadamente, aos sectores da educação e da habitação social. Importa ainda que os fundos sejam aplicados de forma democrática e transparente, o que não se compadece com a não existência de um regulamento legal para o FEDER, já que o que existia foi declarado inconstitucional e ainda não substituído, nem com a limitação da fiscalização pelo Tribunal de Contas que o Governo e o PSD querem impor.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, também foi recordado que os péssimos resultados da política económica do Governo em 1988 e nos meses já decorridos de 1989, em especial no que diz respeito aos défices das balanças comercial e de transações correntes e ao disparar da inflação, aumentam os problemas e riscos colocados pelo Mercado Único e vão no sentido inverso ao da necessária coesão económica e social.

E assim sendo, como é, mais estultas e irresponsáveis são as afirmações de membros do Governo que anunciam para breve a integração do escudo no Sistema Monetário Europeu e que apoiam a aceleração do projecto da União Monetária.

É a irresponsabilidade de um Governo que privilegia a hipertrofia da esfera financeira em relação à esfera produtiva, premiando a especulação e agravando os desequilíbrios económicos, regionais e sociais.

Por um lado, o objectivo fundamental a que se deve subordinar a política das Comunidades Europeias não pode ser a convergência nominal monetária e cambial mas sim a muito proclamada e pouco concretizada coesão económica e social.

Por outro lado, Portugal não poderá encarar a sua adesão ao mecanismo cambial do Sistema Monetário Europeu antes de resolver os seus principais desequilíbrios, designadamente o défice estrutural da balança comercial, o nível da dívida pública e as elevadas taxas de inflação. Desequilíbrios que o Governo tem agravado e para cuja solução são se vê qualquer «luz ao fundo do túnel». Inversamente às intenções governamentais, o que o interesse nacional exige é que não só sejam utilizados eficazmente todos os períodos transitórios e todas as derrogações e claúsulas de salvaguarda, mas ainda que para alguns aspectos se negocie desde já o alargamento de alguns aspectos desses períodos transitórios, como, por exemplo, para a livre prestação de serviços financeiros e para a liberalização dos movimentos de capitais de curto prazo.

O debate mostrou ainda que a evolução da indústria portuguesa vai no sentido inverso ao desejado

e necessário e que cresce aceleradamente a participação do capital estrangeiro nas empresas portuguesas, transferindo parte importante das decisões empresariais para o exterior do País, acentuando a dependência estratégica da economia nacional.

Impõe-se que Portugal mantenha nas suas mãos os centros essenciais da sua economia, quer no âmbito da esfera produtiva, quer no que respeita à esfera financeira e, na situação objectiva da economia portuguesa, isso só é possível com a defesa, reestruturação e dinamização do sector empresarial do Estado. Só o sector empresarial do Estado permite a unidade estratégica de direcção de um amplo e diversificado número de empresas, de relativamente grande dimensão, capaz de enfrentar com o mínimo de sucesso a concorrência externa e preservar o núcleo central do poder português na economia nacional.

A política do Governo de promover o maior número possível de privatizações — objectivo agora facilitado pelo Partido Socialista na Revisão Constitucional — é contrária aos interesses nacionais de preparação para 1992, enfraquecendo a economia portuguesa e colocando sectores fundamentais da estrutura produtiva e financeira portuguesa sob controlo de grupos transnacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Revelou-se útil e oportuno que o PCP tenha possibilidado, com esta interpelação ao Governo, que a Assembleia da República se pudesse pronunciar sobre a ausência de uma estratégia nacional para a preparação da economia e da sociedade portuguesas para enfrentar 1992.

Foi assim dada voz institucional às preocupações, críticas e dúvidas publicamente assumidas por múltiplos agentes económicos e sociais:

E às censuras ao Governo que nos mais diversos sectores da sociedade crescem diariamente, em resultado das suas políticas económicas e sociais, juntou-se aqui, na Assembleia da República, a condenação de todos os partidos da Oposição.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na minha intervenção de abertura referi muitos números mas, a juizlar pelo conteúdo de alguns dos discursos e comentários que ouvi, convém utilizar indicadores mais sintéticos para exprimir a correção da política que temos vindo a seguir ao longo dos últimos quatro anos.

De 1986 a 1988, os valores das taxas de crescimento do produto interno bruto da média comunitária dos doze países membros e de Portugal foram os seguintes:

| | 1986 | 1987 | 1988 |
|------------|------|------|------|
| Comunidade | 2,6 | 2,8 | 3,6 |
| Portugal | 4,1 | 4,6 | 4,2 |

Os valores das taxas de crescimento da formação bruta de capital fixo foram os seguintes:

| | 1986 | 1987 | 1988 |
|------------|------|------|------|
| Comunidade | 3,4 | 4,8 | 7,6 |
| Portugal | 10,9 | 20,2 | 16,0 |

Os valores da taxa de desemprego foram os seguintes:

| | 1986 | 1987 | 1988 |
|------------|------|------|------|
| Comunidade | 11,1 | 10,7 | 10,3 |
| Portugal | 8,5 | 7,1 | 5,7 |

E os valores das taxas de crescimento das exportações — há pouco houve quem criticasse as reservas do Banco de Portugal — foram os seguintes:

| | 1986 | 1987 | 1988 |
|------------|------|------|------|
| Comunidade | 2,1 | 3,6 | 5,8 |
| Portugal | 7,7 | 10,8 | 7,1 |

Todos estes indicadores permitem verificar que Portugal tem feito um esforço de aproximação notável. Acelerando o passo, tem vindo a reduzir a distância que o separa das médias da Comunidade Europeia, enquanto que alguns dos nossos parceiros se têm delas afastado.

Todos os valores que citei mostram que caminhamos no sentido da convergência porque todos eles são melhores do que as médias comunitárias. Estamos, assim, a recuperar atrasos. Mas é evidente que não estamos satisfeitos porque ainda não usufruímos do nível e da "qualidade de vida" correspondentes às médias comunitárias. Para lá nos dirigimos, mas ainda não chegámos a essa meta; aliás, ela própria evolutiva porque as políticas comunitárias também estão a determinar ao conjunto um progresso com aceleração.

O plano que fizemos ataca os estrangulamentos maiores que temos de ultrapassar: primeiro, 62,2% do investimento que ele pressupõe destina-se às infra-estruturas económicas e ao investimento produtivo; segundo, 21,1% há-de orientar-se para a preparação adequada dos recursos humanos; e terceiro, 16,7% visa a correção dos desequilíbrios entre parcelas diversas do nosso território. Mas, insisto, o sucesso não virá somente deste investimento.

A economia portuguesa é muito aberta mas padece dos malefícios associados a um padrão demasiadamente tradicional. O Governo promoverá a educação e a formação profissional, equipará laboratórios e dará bolsas para a preparação de investigadores, criará centros de racionalização de natureza diversa, como são os mercados abastecedores, e apoiará a construção de pavilhões de exposição, centros de divulgação, etc... Mas conta com o esforço de muitos parceiros, porque o isolamento não se quebra senão através das pessoas, os mercados não se conquistam senão com empresários agressivos, as melhorias de produtividade não se alcançam senão com trabalhadores muito preparados, a "qualidade" não se promove se não for controlada por agentes competentes e em laboratórios rigorosos... A sociedade portuguesa tem de quebrar com muitos elementos de rigidez e de insistir em flexibilidades que a façam adaptar-se à envolvente muito dinâmica que os cinco grandes blocos mundiais existentes ou emergentes, vão determinar.

Não sei de actividade que possa escapar às repercuções da onda de influências que a abolição de fronteiras vai determinar. A informação é já hoje essencial, mas será cada vez mais fulcral para as decisões rápidas que vão ser requeridas. O Governo está a melhorar as comunicações e as telecomunicações; mas a informação precisa de ter emissoras que saibam o que transmitir, receptores que entendam o que se transmite e mensagens claras capazes de levar os segundos a agir, nas suas actividades, de modo consequente. Sirvo-me deste exemplo para dizer, de outro modo, aquilo que referi na minha intervenção inicial:

O sucesso de 1992 não será só do Governo. Ou nos convencemos todos de que o que está em jogo é uma grande estratégia a cuja escala nos temos todos de adaptar, não nos confinando nem nos esgotando em perspectivas de horizontes limitados ou, então, teremos de dispersar energias aplicando algumas a preparar o futuro e outras a convencer os mais renitentes de que esse futuro não espera e de que teremos de ser nós a construí-lo.

Pela nossa parte estamos a fazê-lo com determinação e, na opinião de independentes, com competência e eficácia. Mas esta só será plena se conseguirmos estimular os que têm algo para nos dar, de que chegou o momento de o fazerem, não se limitando alguns a queixarem-se de que ninguém os ouve. Se tiverem, realmente, propostas a fazer, elas serão estudadas porque, insisto em repetir, o sucesso de 1992 ou será de todos ou não terá a dimensão que merecemos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está encerrado o debate sobre a intervenção ao Governo.

A próxima reunião terá lugar amanhã, às 10 horas. Do período da ordem do dia consta a apreciação dos projectos de lei n.º 45/V (PS), 60/V (PRD), 69/V (CDS), 129/V (Os Verdes) e 134/V (PCP), sobre regionalização. A partir das 15 horas terão lugar as votações relativamente à Revisão Constitucional.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 45 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata: (PPD/PSD):

Adriano Silva Pinto.
António de Carvalho Martins.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António José Caeiro da Motta Veiga.
António Mário Santos Coimbra.
Carlos Manuel Duarte Oliveira.
Carlos Manuel Oliveira da Silva.
César da Costa Santos.
Cristovão Guerreiro Norte.
Fernando José Alves Figueiredo.
Gilberto Parca Madail
Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
Hilário Torres Azevedo Marques.
João Costa da Silva.
Joaquim Eduardo Gomes.
José Alberto Puig dos Santos Costa.
José de Almeida Cesário.
José Ângelo Ferreira Correia.

José Augusto Santos Silva Marques.
José Lapa Pessoa Paiva.
José Manuel Rodrigues Casqueiro.
José de Vargas Bulcão.
Luís António Martins.
Manuel Ferreira Martins.
Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.
Rui Alberto Limpo Salvada.

Partido Socialista (PS):

António José Sanches Esteves.
Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
Helder Oliveira dos Santos Filipe.
João Barroso Soares.
José Apolinário Nunes Portada.

Partido Comunista Português (PCP):

Manuel Rogério de Sousa Brito.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
Basilio Adolfo de M. Horta da Franca.
José Luís Nogueira de Brito.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.
Adérito Manuel Soares Campos.
António Manuel Lopes Tavares.
Armando de Carvalho Guerreiro Cunha.
Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Cecília Pita Catarino.
Ercília Domingues M. P. Ribeiro da Silva.
Fernando José R. Roque Correia Afonso.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Flausino José Pereira da Silva.
Francisco Mendes Costa.
Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
Jaime Gomes Milhomens.
José Augusto Ferreira de Campos.
José Mendes Bota.
Leonardo Eugênio Ribeiro de Almeida.
Luís Manuel Costa Geraldes.
Manuel Albino Casimiro de Almeida.
Manuel da Costa Andrade.
Manuel José Dias Soares Costa.
Margarida Borges de Carvalho.
Maria Assunção Andrade Esteves.
Maria Manuela Aguiar Moreira.
Pedro Manuel Cruz Roseta.

Partido Socialista (PS):

Alberto Marques de Oliveira e Silva.
Alberto de Sousa Martins.
António Carlos Ribeiro Campos.
António Domingues Azevedo.
António Magalhães da Silva.
António Poppe Lopes Cardoso.
Carlos Cardoso Lage.

Carlos Manuel Martins Vale César
 Carlos Manuel Natividade Costa Cândido
 Francisco Fernando Osório Gómes
 Jaime José Matos da Gama
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Rui Gaspar de Almeida
 Jorge Fernando Branco Sampaio
 Jorge Luís Costa Catarino
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Florêncio B. Castel Branco
 José Luís do Amaral Nunes
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 Leonor Coutinho Pereira Santos
 Luís Geordano dos Santos Covas
 Maria do Céu Fernandes Esteves
 Mário Manuel Cal Brandão
 Raul Fernando Sousa da Costa Brito
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira

Partido Comunista Português (PCP); não sei q
 Domingos Abrantes Ferreira
 João António Gonçalves do Amaral
 Manuel Anastácio Filipe
 Maria Odete Santos
 Partido Renovador Democrático (PRD)
 Francisco Barbosa da Costa
 Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV)
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Deputados Independentes:
 Carlos Mattos Chaves de Macedo
 Raul Fernandes de Moraes e Castro
 OS RÉDACTORES: José Diogo — Maria Leonor Ferreira — Cacilda Nordeste

DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8819/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco cominado.

PORTO
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 4\$50; preço por linha de anúncio, 93\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTEPNÚMERO 207\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex